



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MARCIAL HUMBERTO SAAVEDRA CASTRO**

***RÔMULO ALMEIDA E A PROBLEMÁTICA DO  
PLANEJAMENTO:  
O PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA BAHIA (1955 – 1961)***

Salvador  
2010

**MARCIAL HUMBERTO SAAVEDRA CASTRO**

***RÔMULO ALMEIDA E A PROBLEMÁTICA DO  
PLANEJAMENTO:  
O PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA BAHIA (1955 – 1961)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Israel de Oliveira Pinheiro

Salvador  
2010

---

C 355 Saavedra Castro, Marcial Humberto  
Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômico na Bahia (1955-1961) / Marcial Humberto Saavedra Castro . – Salvador, 2010.  
138 f.

Orientador: Prof. Dr. Israel de Oliveira Pinheiro

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

1. Bahia - História. 2. Planejamento econômico. 3. Almeida, Rômulo, 1914-1988. I. Pinheiro, Israel de Oliveira. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

MARCIAL HUMBERTO SAAVEDRA CASTRO

***RÔMULO ALMEIDA E A PROBLEMÁTICA DO PLANEJAMENTO:  
O PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA BAHIA (1955 – 1961)***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 20 de dezembro de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Israel de Oliveira Pinheiro – Orientador

Doutor em Ciência Política pela Universidad Nacional Autonoma de Mexico  
Universidade Federal da Bahia

---

Lina Maria Brandão de Aras

Doutora em História pela Universidade de São Paulo  
Universidade Federal da Bahia

---

Valdemar Ferreira de Araújo Filho

Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
Universidade Federal da Bahia

A Ray e Naomi,  
Companheira e filha, com quem comparto os desafios da vida.

Aos meus pais, Ninfa e Luis,  
embora distantes geograficamente, inspiram a escrita da minha história.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho de dissertação não é fruto única e exclusivamente do autor, ele teve a valiosa participação e contribuição de diversas pessoas e instituições, sem as quais o mesmo não teria alcançado a sua materialização. Registrar cada uma delas sempre desafia nossa memória, por isso, na eminência de alguma omissão, peço a compreensão e minhas devidas desculpas.

Agradeço à Universidade Federal da Bahia – UFBA – por me acolher na comunidade estudantil, primeiro como aluno especial nas disciplinas do mestrado, depois como aluno regular do Mestrado em História Social. Este agradecimento institucional não poderia prescindir do valioso quadro de pessoal que abrange desde a direção, os seus professores, estudantes, bibliotecários, pessoal administrativo até a importante e solícita presença da equipe de apoio, os quais, direta ou indiretamente contribuem para a promoção do conhecimento e de modo específico, o fizeram para a obtenção deste trabalho.

Agradeço particularmente ao meu orientador Israel Pinheiro, pelo estímulo dado para definir meu objeto de estudo e a importância de resgate histórico da personalidade de Rômulo Almeida, assim como pelas valiosas sugestões, informações e recomendações acadêmicas. O vínculo construído vai além da formalidade institucional professor-aluno sedimentando uma respeitável e sólida amizade.

À professora Lina Aras pelo bisturi acadêmico do seu olhar pulverizando páginas, que em penosas e solitárias madrugadas escrevemos contaminados pela convicção absoluta, ou adubando terrenos que pareciam ressecados, inférteis e sem perspectiva para a nossa primeira infância de cientista social. Destaco de forma especial as suas sábias palavras à hora de me submeter à seleção recomendando amadurecer o meu projeto e apresentá-lo num momento mais apropriado.

À professora Maria Hilda, pelas teológicas analogias à hora de enfrentar a fase de entrevistas da seleção. Trazendo à memória as inquietações de Lutero quando teve que defender suas ideias diante do papa, me aconselhou para conservar a calma já que o único que restava a fazer era defender o que já tinha escrito.

Ao professor Antônio Guerreiro, pelas suas observações criteriosas na abordagem metodológica do meu projeto. Enquanto professor da disciplina História da Bahia contemporânea, as suas considerações com relação ao contexto político e econômico do estado foram de vital importância qualificando o texto da minha dissertação.

Ao IRAE – Instituto de Altos Estudos Rômulo Almeida – pela sua valiosa contribuição e acesso aos seus arquivos sobre Rômulo Almeida. Agradecimentos especiais ao professor Aristeu Almeida, diretor dessa instituição e irmão de Rômulo Almeida, pelas suas valiosas informações e principalmente pelo solidário gesto de compartilhar os seus contatos pessoais para poder incorporá-los à minha pesquisa.

À gentileza e profissionalismo da bibliotecária do IRAE, Solenar Nascimento e a sua secretária Alane, cuja dedicação incondicional à preservação da memória documental de Rômulo Almeida, merece meu reconhecimento. Sua gentileza e atenção à hora de pesquisar os documentos, devidamente catalogados, foram de suma importância facilitando o levantamento e seleção dos mesmos.

Ao ex-Governador do Estado Dr. Waldir Pires, pela entrevista concedida para esta pesquisa e pelo grato momento compartilhado rememorando o seu exílio no Chile, no Uruguai e na França. Agradeço ao Governador Dr. Roberto Santos, pela entrevista e pelas valiosas informações sobre a sua administração como Governador do Estado.

À Prof.<sup>a</sup> Maria Brandão e ao Prof. Fernando Pedrão pela gentileza das suas entrevistas e pelo olhar crítico sobre o protagonismo de Rômulo e pelo planejamento na Bahia. Agradecimentos generosos ao Prof. Gabriel Almeida, irmão de Rômulo, pela entrevista concedida e pelas suas apreciações sobre o período estudado e a sua participação no planejamento econômico do Estado.

Ao Senhor Alberico Paiva, amigo de Rômulo Almeida, pelas valiosas impressões da sua entrevista rememorando bons momentos compartilhados ao lado desse economista. Minha sincera gratidão ao prof. Luis Henrique Tavares pelas suas considerações sobre a Bahia e idiossincrasia dos baianos.

Meu especial agradecimento a Vanessa Magalhães, colega do mestrado, que dedicou parte do seu valioso tempo à revisão e formatação desta dissertação, evitando o caos lingüístico e um texto ilegível, considerando os vícios da minha língua materna, o espanhol, e minhas limitações gramaticais no português do Brasil.

Agradeço de modo especial e carinhoso à minha companheira Ray e a minha filha Naomi, pelos momentos alegres e conflituosos que a vida acadêmica impõe. A compreensão e o estímulo estiveram incondicionalmente expressos, minimizando a problemática dessa difícil equação entre vida doméstica e vida acadêmica.

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de pesquisa contribuindo para as demandas materiais desse importante período.

## Resumo

O trabalho aborda a problemática do planejamento econômico na Bahia implantado pelo economista Rômulo Almeida a partir da Comissão de Planejamento Econômico-CPE. Analisa-se a realidade política, social e econômica do Estado da Bahia, o papel da sua elite e o protagonismo de Rômulo Almeida na esfera federal e estadual. Analisa-se de forma específica o planejamento implantado no Estado da Bahia no governo de Antonio Balbino e de Juracy Magalhães, tendo como centro de gravitação a CPE, o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário – FUNDAGRO e o Plano de Desenvolvimento da Bahia – PLANDEB. Contextualmente identificou-se o planejamento no Brasil a partir da década de 1930, especialmente o segundo governo de Getúlio Vargas e sua Assessoria Econômica, o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek e o Plano Trienal de João Goulart. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica histórica e a história oral como recurso metodológico para o resgate dos discursos das personalidades que protagonizaram esse período histórico estudado. Conclui-se que o Planejamento na Bahia, dirigido por Rômulo Almeida, teve a possibilidade de materializar importantes projetos, mas não foi capaz de remover as raízes do atraso nem de conciliar linguagem técnica com linguagem política.

**Palavras - chave:** Rômulo Almeida; Planejamento econômico; História da Bahia.

## Abstract

The research focus an economic plan designed to promote Bahia State development formulated by the Economic Planning Commission (Comissão de Planejamento Econômico) team led by the economist Rômulo Almeida. Through an analysis of the political, social and economic reality of Bahia State in contrast with the role played by upper classes, the research also discuss the leadership of Rômulo Almeida as a personality of national and local relevance. Considering the economic plan was developed during the administration of two different elected governors – Antonio Balbino e de Juracy Magalhães – the analysis also focus the political context, including the institutional relations between the Economic Planning Commission (Comissão de Planejamento Econômico) and other governmental organization such as the Fund of Agribusiness Development (Fundo para o Desenvolvimento Agropecuário). Relying on the historical facts and documents, the research reveals aspects of the economic planning development that in Brazil starts by the third decade of the last century, during the administration of Getúlio Vargas while President of the country and his economic advisory board but also is connected with his successors governance: Juscelino Kubistchek that developed a Target Plan (Plano de Metas) and João Goulart wich designed the Trienal Plan (Plano Trienal). Oral history and bibliographic research were used as methodological approach in order to rescue speech of relevant personalities and its debates along this historical period. The research findings emphasizes, as a partial conclusion, that the economic plan designed to promote Bahia State led by Rômulo Almeida established important projects but was not enough to promote changes neither was able to conciliate technical and political discourses.

**Keywords:** Rômulo Almeida; Economic Planning; History of Bahia State.



## ABREVIATURAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
AUB	Associação Universitária da Bahia
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDE	Banco Nacional de desenvolvimento Econômico
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEPAL	Comissão Econômica para America Latina
CFCE	Conselho Federal do Comércio Exterior
CMBEU	Comissão Mista Brasil - Estados Unidos
CME	Coordenação de Mobilização Econômica
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPIC	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CONDEB	Conselho de Desenvolvimento
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
CTEF	Conselho Técnico de Economia e Finanças
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
ELETRORÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EXIMBANK	Banco de Exportações e importações dos Estados Unidos
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNDAGRO	Fundo de Desenvolvimento Agropecuário da Bahia
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFEB	Instituto de Fomento Econômico da Bahia
INT	Instituto Nacional Tecnológico
IRAE	Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos
ONU	Organização das Nações Unidas

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S.A.
PL	Partido Liberal
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PRB	Partido Republicano da Bahia
PRD	Partido Republicano Democrático
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RLAM	Refinaria Landulpho Alves – Mataripe
SALTE	Saúde, alimentação, transporte e energia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESP	Secretaria de Saúde Pública
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UB	Universidade de Brasília
UDN	União Democrática Nacional
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I</b> .....	20
A BAHIA DESEJADA .....	20
<b>1.1. De província a estado</b> .....	29
<b>1.2. As elites baianas no século XX</b> .....	36
<b>CAPÍTULO II</b> .....	48
RÔMULO ALMEIDA: O HOMEM E SUAS IDEIAS .....	48
<b>2.1. Estudos e formação na Bahia</b> .....	49
<b>2.2. Assessoria econômica</b> .....	62
<b>CAPÍTULO III</b> .....	76
PLANEJAMENTO NA BAHIA .....	76
<b>3.1. As Pastas Cor de Rosa</b> .....	78
<b>3.2. Programa de Recuperação Econômica da Bahia</b> .....	87
<b>3.3. O PLANDEB</b> .....	92
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	104
PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL .....	104
<b>4.1. O planejamento no segundo governo Vargas (1951- 1954)</b> .....	114
<b>4.2. O Governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1960)</b> .....	119
<b>4.3. O planejamento no governo João Goulart (1963-1964)</b> .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	130
<b>LISTA DE FONTES</b> .....	134
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O planejamento econômico operado na Bahia entre os anos de 1955 e início da década de 1960, durante os governos de Antonio Balbino<sup>1</sup>, bacharel em direito, ex-autonomista e Ministro de Educação e Saúde em 1953 e Juracy Magalhães, respectivamente, teve como principal protagonista e formulador o economista Rômulo Almeida. No estado dirigiu a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e desempenhou-se como Secretário da Fazenda do governo de Balbino, entre os anos de 1955 e 1957, e como Secretário sem pasta no governo seguinte.

Rômulo chegou à Bahia depois de fecundo trânsito por diversas instituições e agências de desenvolvimento federal, além de haver participado, desde sua juventude, em diversas agrupações com padrão ideológico que nutriam o debate político desde a década de 1930. Entre as de maior relevância se encontra o movimento integralista, que na figura de Santiago Dantas e dos seus primos Landulpho e Isaías Alves<sup>2</sup>, representou o umbral para sua consagração como economista e sua consequente integração ao núcleo central do poder Varguista.

Dantas foi o elo de ligação entre o jovem Rômulo Almeida e as personalidades mais influentes das instituições de âmbito público e privado que protagonizaram uma vigorosa contenda sobre os destinos econômicos do Brasil na segunda metade da década de 1940. A partir desse relacionamento, Almeida ingressou no restrito grupo de colaboradores que formavam a Assessoria Econômica da Presidência da República aos quais Vargas delegou confiança no seu segundo mandato.

Balbino convidou Rômulo para o seu governo como reconhecimento do seu prestígio a nível federal e por ter participado na implantação de instituições como a Petrobrás, o Banco

---

<sup>1</sup> MELLO, Agenor. *Cartilha histórica da Bahia*. Rio de Janeiro: Continente, 1986, p. 296.

<sup>2</sup> Landulpho Alves, (1893-1954), baiano, Engenheiro Agrônomo, foi diretor da Divisão de Fomento Animal do Ministério da Agricultura e nessa época nomeado interventor Federal da Bahia, em 1938, no lugar do destituído Juracy Magalhães, Transferiu a Escola da Agronomia de Lajes para a cidade de Cruz das Almas. Durante seu governo realizou-se o primeiro plano rodoviário na Bahia, articulando os centros produtores do litoral. Na área da educação criou a Faculdade de Filosofia e Letras, além do Instituto Normal e o Grupo Escolar Duque de Caxias. Em 1950, elegeu-se senador pela Bahia pelo PTB; Isaías Alves foi professor do Colégio Ipiranga e do Ginásio da Bahia. Em 1931 foi nomeado membro do Conselho de Educação e, em 1938, exerceu o cargo de Secretário de Educação e Saúde, no governo de seu irmão Landulfo Alves, interventor da Bahia. Em 1941, fundou a Faculdade de Filosofia da Bahia, atuando como Diretor e ministrando aulas até a década de 1970.

do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), dentre outros. Além disso, considerava que Almeida poderia agregar valor à sua administração, coordenando o planejamento econômico do seu período administrativo.

Na CPE e na Secretaria da Fazenda Rômulo “qualificou o governo Balbino de uma forma extraordinária e introduziu a preocupação do planejamento econômico.”<sup>3</sup> Sua participação no executivo estadual deixou um legado de estudos, projetos e instituições, que foram o resultado de uma tarefa coletiva empreendida por um grupo de jovens acadêmicos e intelectuais, na sua maioria Bacharéis em Direito ou Engenharia.

À sua volta criou-se um grupo sempre maior de jovens intelectuais, que, recrutados principalmente entre bacharéis em Direito, nasciam para uma profissão que ganhava prestígio novo e que praticamente nascia entre nós: a de economistas, antes procurada, em geral, apenas por quem se considerava sem forças para seguir a carreira jurídica, então a de maior prestígio no campo das ciências sociais.<sup>4</sup>

Desse encontro surgiu o primeiro diagnóstico sobre a economia baiana com o primeira tentativa de desvendar o denominado “enigma baiano”<sup>5</sup>, frase de retórica utilizado para

---

<sup>3</sup> Waldir Pires. Baiano, nascido em 21 de outubro de 1926. Em 1955 foi eleito deputado pelo PTB, sendo líder do governo Balbino na Assembleia Legislativa no período 1955-1959. Foi Consultor Geral da República no governo de João Goulart sendo exilado no Golpe civil-militar de 1964; de regresso ao Brasil na redemocratização é escolhido, em 1985, Ministro da previdência Social para o governo de Tancredo Neves cujo posto será mantido por Jose Sarney; eleito Governador do Estado da Bahia no período de 1986- 1990, deixa o governo em 1989 para candidatar-se a vice-presidente na chapa de Ulisses Guimarães pelo PMDB. Após passar pelo PDT de Brizola e do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, ingressa nas fileiras do PT. Em 2002 é convidado pelo Presidente Lula para ocupar o cargo de Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União (CGU) restituindo-lhe o cargo que ocupava no ano de 1964. Em 2006 assume O Ministério da Defesa renunciando ao cargo em junho de 2007, após uma crise aérea do setor. Desde o retorno do seu exílio terá como seu mais visceral adversário na política baiana o governador Antonio Carlos Magalhães. (Entrevista 27. 12. 2009).

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Ary. *Um sistema para o desenvolvimento; governo baiano e industrialização*. Salvador: Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1966, p. 31.

<sup>5</sup> Entre os autores que abordaram o “enigma” para suas análises estão: AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. In: *Planejamento*. Salvador, nº 5, v. 4, out./dez., 1977, p. 123-136; ALBAN, Marcus. O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital. In: *Revista Desenhavia*, nº 4 / mar. 2006; ALMEIDA, Rômulo. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. In: *Planejamento*. Salvador, 5 (4), out/dez, 1977, p. 123-136 e *Rômulo: Voltado para o Futuro*. Fortaleza: BNB, 1986; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia; uma tentativa de interpretação histórica*. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975; BATISTA, Celeste Maria P. *A intervenção planejada do estado: uma interpretação do caso baiano*. Salvador: SEPLANTEC/BAHIA, 1979; BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Meio Século de propostas sobre o planejamento regional da grande Salvador*. Salvador: SEI, 2001. (Texto Inédito); DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Espelhos na Penumbra: o enigma soteropolitano (1947-1958)*. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996 e *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006; GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit.; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia: 1930-1964*. 1982. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982; OLIVEIRA, Nelson de. *A outra fase da Moeda*. Salvador: Comissão Justiça e Paz, 2000; SANTANA, Carlos. *Intelectuais, planejamento e clientelismo*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002; SPINOLA, Noelio Dantaslé. *A Economia Baiana: Os condicionantes da dependência*. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano VI, nº 10, Julho de 2004, Salvador e *Política de localização industrial e*

expressar, em linguagem codificada, uma realidade inquietante com as destinos econômicos do estado. O documento adjetivado de “pastas cor de rosa”<sup>6</sup> foi o primeiro trabalho elaborado no curto período entre o resultado das urnas e a posse de Balbino como Governador do Estado.

Posteriormente veio um projeto de relevância para a execução da política de planejamento do governo Balbino denominado “Programa de Recuperação Econômica”. Ainda nesse mesmo período foi elaborado um plano mais consistente e de caráter global, iniciado no final desse mesmo governo, finalizado e publicado no governo posterior de Juracy Magalhães intitulado “Plano de Desenvolvimento Econômico da Bahia (PLANDEB).

O PLANDEB, embora mais bem estruturado dos projetos feitos até então, não mereceu tratamento condizente com as circunstâncias e nem sequer chegou a ser votado na Assembleia Legislativa do Estado. O Governador era o udenista Juracy Magalhães e o seu governo era majoritariamente formado por políticos da UDN, tendo como Secretário da Fazenda Aliomar Baleeiro, figura bastante representativa da oposição ao projeto desenvolvimentista de Getúlio Vargas.

Todos esses estudos e projetos não ficaram isentos de resistência e oposição a essa nova mentalidade administrativa que se implantou no estado e na dinâmica da administração pública. Rômulo e a CPE se transformaram no alvo do desabono por parte da elite dirigente da Bahia e, de modo particular, pelo principal matutino do Estado o jornal *A Tarde*, de propriedade de Simões filho.

A Comissão de Planejamento Econômico, coordenada pelo economista Rômulo Almeida tinha como finalidade a racionalização administrativa do estado. Este processo trouxe para o campo administrativo, ideias e formulações que nortearam a ação governamental do executivo estadual, na tentativa de implantar uma estratégia de planejamento e industrialização para a Bahia.

---

*desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: UNIFACS, 2003; TAVARES, Luís Henrique Dias. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: UFBA, 1966; GUERRA, O. e TEIXEIRA, F. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In: *Bahia. Análise & Dados*, v. 10, n.1, p. 87-98, jun, Salvador, 2000; VIANA FILHO, Luiz. *Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967 – 1971*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.

<sup>6</sup> Conhecidas também como as “pastas cor de rosa”, as “contribuições preliminares para planejamento”, são um documento de rica importância, ainda esperando uma publicação oficial por parte dos órgãos competentes. Contêm os primeiros estudos elaborados no estado visando à implementação de um planejamento administrativo e econômico destinado a alavancar o desenvolvimento do estado da Bahia durante o governo de Antonio Balbino. A denominação de “pastas rosa” foi resultado da adjetivação dada às mesmas pelo jornal *A Tarde*, periódico que se transformou em porta voz dos grupos opositores ao governo Balbino e à sua política de incentivos.

Configurou-se, assim, um trabalho pioneiro em termos estatísticos e documentais despertando interesses contrários a um projeto inovador que ia de encontro a uma mentalidade clientelista e patrimonialista. Esses ataques se explicitaram no momento em que o governo se voltava mais diretamente para interferir na esfera privada dos assuntos econômicos e, principalmente, quando procurava ordenar o desenvolvimento, através de um planejamento mais sistemático.<sup>7</sup>

Portanto, este trabalho tem como objetivo principal analisar a problemática do planejamento econômico no estado da Bahia a partir das ações perpetradas e protagonizadas pelo economista Rômulo Almeida. Tem como objetivos específicos analisar a trajetória do economista Rômulo Almeida e a problemática inerente ao planejamento econômico, assim como, dimensionar o grau de confronto que as ideias de planejamento provocaram na elite dirigente do Estado e os desdobramentos políticos da sua atuação nas esferas estaduais do governo.

Para este trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica histórica e diversas fontes impressas como livros, dissertações, teses, jornais (estaduais e nacionais), assim como numerosas fontes primárias disponibilizadas em arquivos públicos do Estado, Secretaria do Planejamento e no Instituto Rômulo Almeida (IRAE)<sup>8</sup>. Para a coleta de dados, foi utilizada a investigação documental e entrevistas com sujeitos chaves que participaram desse período de forma direta ou indireta.

Publicações de jornais impressos da época, com circulação estadual, como o jornal *A Tarde*, serviram como subsídio para este trabalho, já que o mesmo é um veículo que oferece ângulos de análise sobre o papel da oposição que enfrentou o planejamento e os argumentos levantados pelos mesmos a partir de interesses de grupos dominantes no estado.

A validade do recurso oral se constituiu elemento convergente, no sentido de captar a capilaridade das relações e dos conflitos que gravitaram em torno das ideias do planejamento e a relevância dos sujeitos envolvidos. Portanto, complementarmente, foi utilizada a História Oral como suporte metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa, visando estabelecer um cruzamento analítico entre as fontes impressas e as entrevistas realizadas com familiares e personalidades que vivenciaram o referido contexto.

A partir da contextualização histórica, da análise do discurso e da interpretação dos mesmos, ampliou-se a possibilidade de compreensão e identificação de novas facetas na

---

<sup>7</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 14.

<sup>8</sup> No IRAE (Instituto Rômulo Almeida), encontram-se diversos artigos, pronunciamentos, entrevistas a diversos jornais locais e nacionais, homenagens, depoimentos, discursos, dados sobre suas atividades públicas e privadas, congressos e conferências, etc.

tessitura das relações em estudo. Nesta perspectiva, a história oral contribui para a constituição de novas fontes para a pesquisa histórica privilegiando a verbalização dos sujeitos e paralelamente permitindo novos ângulos e novas ponderações.

Nesta perspectiva, trabalhar com o recurso da história oral significa “[...] produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato, ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’”<sup>9</sup>. Portanto, o uso das fontes orais permite a materialização de importantes diálogos com os documentos tradicionais que foram utilizados na construção e desenvolvimento do trabalho historiográfico.

Nesta linha, a história oral emerge neste trabalho como uma alternativa à tarefa do historiador no que diz respeito à renovação das visões sobre seu envolvimento com os sujeitos da pesquisa e os problemas levantados. A história oral ofereceu, ainda, uma ampla gama de contribuições, ao flexibilizar os ângulos e perspectivas limitadas pelas fontes tradicionais, posto que:

[...] a tarefa de produzir conhecimentos historiográficos se torna válida, especialmente rica e atual, já que implica em reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimentos científicos, isto é, um processo que permite ao pesquisador se transformar no que sempre pretendeu um historiador [...]<sup>10</sup>.

Os estudos sobre planejamento e de racionalização administrativa mereceram, neste trabalho, uma análise mais atenta. Na sua passagem pela Assessoria Econômica de Vargas, Rômulo já expressava sua preocupação com as inquietações que a palavra *planejamento* produzia nos círculos econômicos e políticos do período, pois, a mesma, representava “um instrumento de um governo que queria ganhar mais poder”<sup>11</sup>.

Planificar a economia provocava ojerizas nos grupos acostumados a gerir os negócios do Estado de modo pessoal e clientelista<sup>12</sup>. Portanto, a partir de 1955, as iniciativas do governo estadual enquanto promotor de incentivos fiscais via planejamento econômico foi alvo de serias deturpações e de resistências nutrindo um incisivo discurso de desabono, já que a CPE, propunha uma forma nova de abordar as questões de caráter público, “então ela introduziu isto, na metodologia da administração e da política, da visão política”<sup>13</sup>.

---

<sup>9</sup> FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>11</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit.

<sup>12</sup> NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar/Brasília: Enap, 1997.

<sup>13</sup> Waldir Pires (Entrevista 27. 12. 2009).



As referências relacionadas à intervenção do Estado na economia estavam centradas geograficamente numa região distante do território nacional. Até então, as experiências sobre planejamento estavam restritas à experiência dos países socialistas o que levava à necessidade de esclarecer que planejamento não significa estatismo e, sim, “demonstração de que o homem tem capacidade para dirigir, em termos racionais, os seus próprios destinos”<sup>14</sup>.

O planejamento operado fora da órbita socialista e, em particular, na região nordeste do Brasil, implicava em diferentes posicionamentos e abordagens. Considerando o caso específico do Brasil, enquanto marco de um sistema capitalista de produção, “[...] a possibilidade de planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e, portanto sociais que fundam esse sistema [...]”<sup>15</sup>.

Evidencia-se, assim, de modo antecipado, o cunho político que norteia o planejamento confrontando-se de forma explícita com o caráter técnico do qual Rômulo veio imprimir ao universo econômico do Estado da Bahia. Destarte, e visto que ele (o planejamento), não se limita a uma simples alocação de recursos, senão, a uma complexa trama de relações que vão além da esfera estritamente produtiva, leva a encarar o planejamento a partir “[...] da ótica da homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista vigente no Brasil [...]”<sup>16</sup>.

Na Bahia, a modernização econômica proposta por Rômulo Almeida e respaldadas, inicialmente, pelo governador Antonio Balbino não se limitaram ao quadriênio 55-59. Os esforços serão galvanizados institucionalmente pela equipe da CPE, pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB) e pelo Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDAGRO), as quais, conjuntamente, tinham o sentido de incorporar o estado ao projeto nacional de desenvolvimento atendendo aos apelos nacionalistas do governo federal amparados nas demandas que objetivam minimizar as assimetrias federativas do país.

O desenvolvimento mereceu abordagem conceitual pelo economista Celso Furtado na década de 1960, época na qual participou ativamente do plano de metas de Juscelino Kubitschek e, posteriormente, do Plano Trienal do governo de João Goulart. Nesse dinâmico momento do debate sobre desenvolvimento e planejamento econômico, Furtado definia o desenvolvimento como “basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na

---

<sup>14</sup> AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. In: *Planejamento*. Salvador, nº 5, v. 4, out/dez, 1977, p. 123-136. Texto publicado originalmente pela Comissão de Planejamento Econômico e pela Livraria Progresso Editora, na série “Desenvolvimento Econômico Regional”, em Salvador, 1958, p. 126.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 23.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 25.

quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”<sup>17</sup>.

Uma década depois, com a economia e a política do país sob intervenção militar, Furtado revisou o seu conceito dando uma perspectiva menos economicista. O desenvolvimento foi contemplado pelo autor como um verdadeiro mito para a realidade brasileira já que

Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.<sup>18</sup>

A necessidade de adaptar as teorias econômicas de desenvolvimento e planejamento à realidade social do país ficou evidente nos postulados de Furtado. Fazia-se necessário, então, contemplar não só as questões estritamente produtivas e porcentuais da dinâmica econômica, traduzindo esse esforço em benefícios sociais.

Este trabalho se compõe de quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda de forma abrangente a realidade da matriz econômica baiana desde seu momento áureo de produção açucareira até a década de 1950, quando seus dirigentes se encontram à frente do denominado “enigma baiano”.

A elite baiana mereceu atenção especial neste capítulo, no sentido de entendê-la a partir da sua gênese, a qual remonta ao período colonial e se estendeu pelos séculos posteriores desempenhando um papel de inibidora de qualquer iniciativa coletiva. Ancorada em títulos nobiliárquicos, a posse da terra e o caráter triunfal do seu parasitismo econômico, descartava qualquer abordagem científica para desvendar o seu atraso esculpindo frases destinadas a explicações abstratas e ausentes de realidade.

Complementa este capítulo, uma análise sobre o Estado e sua dinâmica política, social e econômica. Pautado na herança colonial trazida pelos portugueses, o Estado brasileiro e baiano será reflexo da ausência institucional presente no início da Colônia, condicionando a formação do mesmo a partir da iniciativa privada de grupos e famílias. Nos séculos posteriores o estado adquiriu forma, motivado pela dinâmica econômica e pelos interesses e pressupostos de um reduzido grupo dirigente.

As oscilações do horizonte produtivo alteraram o panorama econômico, marcado pelo atraso e pela predominância da monocultura agrícola que teve como centro gravitacional,

---

<sup>17</sup> FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cultura, 1961, p. 115-116.

<sup>18</sup> Idem. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974, p. 75.

primeiro, o açúcar do recôncavo e depois o cacau da região de Ilhéus e Itabuna. A produção agrícola implicava na manutenção de uma estrutura econômica ausente de inovações. Este atraso era fruto do modelo colonial de produção o qual conseguia crescer “[...] mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos da produção e, portanto na produtividade [...]”<sup>19</sup>

Destarte, o estado foi palco de disputas de grupos e de indivíduos desvirtuando seriamente o caráter público de sua institucionalidade. Os grandes proprietários incorporaram o estado e o seu papel a seu patrimônio particular e pessoal. O patrimonialismo prevalecerá como base para a identidade dessa elite baiana e os seus beneficiários transformados em clientela.

O segundo capítulo trata, especificamente, da trajetória de Rômulo Almeida, suas ideias e sua trajetória na esfera governamental federal e estadual. As referências familiares em Santo Antônio de Jesus e os seus primeiros estudos em Salvador conformaram importante fase na sua infância e adolescência até os seus estudos de Direito na década de 1930.

O relacionamento com Santiago Dantas mereceu especial atenção enquanto elemento dorsal para a projeção e êxito profissional de Almeida. Acresce-se a essa circunstância, o protagonismo dos seus dois primos, Isaías e Landulpho Alves que, juntamente com Dantas, o aproximaram do Integralismo e, conseqüentemente, do núcleo central do poder político e econômico do país.

A partir de sua atuação como funcionário federal ele foi ator privilegiado das iniciativas empreendidas por Getúlio Vargas, a partir da instituição do DASP, no sentido de implantar critérios racionais ao funcionalismo público. A partir da sua amizade com Dantas, Almeida se aproxima de Roberto Simonsen, empresário paulista responsável pela promoção do planejamento econômico orientado ao desenvolvimento da indústria e da economia nacional.

O relacionamento com Simonsen significou o reconhecimento de Almeida enquanto técnico da área econômica e intelectual comprometido com os rumos do país dentro de um horizonte de desenvolvimento nacionalista. Isto posto, o empresário paulista recomenda o nome de Rômulo para fazer parte de um seletivo grupo que assessorou e atendeu às novas demandas institucionais do segundo governo de Getúlio Vargas.

A sua passagem pela Assessoria Econômica de Vargas o consagrou de forma definitiva como um economista de renome e reconhecimento a nível nacional e internacional.

---

<sup>19</sup> FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976, p. 61.

Nesse mesmo período Rômulo ingressa às fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de cuja legenda se elege Deputado Federal no ano de 1954, sendo convidado posteriormente por Antonio Balbino para participar do seu governo.

O terceiro capítulo tem como palco principal o Estado da Bahia, terra natal deste economista e campo de confronto entre a linguagem técnica do planejamento e as práticas políticas dos grupos conservadores do Estado. O governo do estado será o território de atuação de Almeida no período estudado, primeiro participando como Secretário da Fazenda e dirigindo a CPE, no governo Balbino e posteriormente como Secretário sem pasta no governo de Juracy Magalhães.

Na Bahia, Almeida introduziu o planejamento econômico como elemento dinamizador da administração pública e como instrumento de racionalização econômica do estado. Dirige a CPE, institui o FUNDAGRO e elabora o PLANDEB, como corolário desse vigoroso processo ancorado em projetos e estudos destinados a mudar o “enigma” do atraso econômico da Bahia.

Nesse período que vai do ano 1955 a 1961 Almeida desfrutou de uma primeira fase de explícito poder e prestígio conquistando apoio para os seus projetos e estruturando iniciativas de substantiva importância para a institucionalidade estadual. A partir de 1957, Rômulo deixa o governo Balbino incorporando-se ao governo de Juracy dentro de um quadro político adverso traduzido no boicote do seu principal projeto, o PLANDEB, e acrescido pelos confrontos pessoais com Juracy e principalmente com Aliomar Baleeiro, Secretário da Fazenda de Juracy e líder da UDN abandonando suas funções e participação na esfera estadual em 1961.

O quarto e último capítulo analisam o planejamento econômico no Brasil e os seus desdobramentos no período de 1930 até 1960, transita pelo Estado Novo e as agências governamentais que surgiram e que orientaram o desenvolvimento nesse período. Em termos de planos econômicos se aborda o Plano Salte do governo Dutra e no âmbito da década de 1950 é analisada a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos e o Trabalho do Grupo Misto Cepal/BNDS.

O capítulo em questão se completa com o exame criterioso e sobre a importância adquirida pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e, como decorrência do mesmo, o Plano Trienal do governo João Goulart. O estudo desse período e dos seus respectivos planos econômicos representou importante subsídio para a compreensão do debate desatado em função da definição de uma política de desenvolvimento de cunho nacionalista para o Brasil e os desdobramentos da mesma para o Estado da Bahia e a sua sociedade.

## CAPÍTULO I

### A BAHIA DESEJADA

No início do século XX a economia baiana, que havia desempenhado papel relevante na dinâmica econômica da nação, se deparou com evidente atraso em relação a outros estados da federação. A produção açucareira, desde o século XVI era responsável pelo protagonismo econômico do estado, entrou em franca decadência, configurando no início do século XX, inevitável retração econômica.

A realidade desfavorável agravava-se em função da ausência de condições apropriadas para participar da lavoura e cultivo do café da região sudeste. Embora nas primeiras décadas desse século o cultivo do cacau tivesse reativado as perspectivas econômicas, em comparação com o final do século anterior, isto não foi suficiente para que a Bahia participasse do pujante desenvolvimento do sudeste do país estimulado pela cafeicultura.<sup>20</sup>

Diversos fatores contribuíram para que o cultivo do açúcar perdesse posição de destaque na economia do país. Almeida<sup>21</sup> destaca dois: evasão da mão-de-obra escrava decorrente da mineração do ouro, a partir do século XVIII e a elevação dos custos de produção, acrescentando, ainda, a competição internacional, a qual contribuiu para que, já no final do século XVIII, o Brasil participasse com pouco mais de 10% do mercado mundial de açúcar.

As condições adalfoclimáticas, de vital importância para as plantações de cana e sua vitalidade, condicionaram severamente os canaviais e o caráter pendular do clima provocou, no período entre 1809 e 1889, 25 anos de seca e 11 anos de chuvas intensas, as quais atingiram a Bahia alterando a capacidade dos solos argiloarenosos da região do Recôncavo, comprometendo seriamente sua produtividade. Acresce-se, ainda, o próprio desgaste dos

---

<sup>20</sup> ALBAN, M. O novo enigma baiano, a questão urbano – regional e a alternativa de uma nova capital. *Revista Desenhahia*, nº 4 / mar. 2006, p. 84.

<sup>21</sup> ALMEIDA, 1977, op. cit., p. 123-136. Texto publicado originalmente pela Comissão de Planejamento Econômico e pela Livraria Progresso Editora, na série “Desenvolvimento Econômico Regional”, em Salvador, 1958.

solos, os quais, uma vez desmatados, eram explorados como minas maximizando sua exploração num curto espaço de tempo.<sup>22</sup>

Num balanço sobre o século XIX, Almeida demonstra que a economia baiana apresentou uma expansão no início do século, baixas nas décadas de 1820 e 1830, recuperação nas décadas de 1840 e 1850, logo interrompida, ligeira recuperação na década de 1860, para cair, em seguida, com a guerra do Paraguai e registrar nova alta a partir de 1890. Nessa sucessão de crises que não correspondiam às crises do sudeste, as quais merecem, segundo o autor, melhor análise, “a Bahia se foi recolhendo no tempo”<sup>23</sup>. O período em questão foi caracterizado pela sucessão de ciclos de longa e média duração na sua economia. Suas principais atividades agroindustriais, pilares importantes no comércio exterior, como o açúcar, o algodão, o tabaco e o cacau, sofreram os abalos dos períodos de crise e de bonança, fragilizando seu horizonte produtivo.<sup>24</sup>

Ainda assim, no início do século XIX a participação da Bahia na dinâmica econômica das primeiras décadas resultou numa balança comercial favorável, revitalizando as perspectivas dos seus produtores. Porém, a produção e exportação de açúcar e do algodão sofreram uma redução significativa de 79%, entre os anos de 1821 e 1823, como consequência da guerra da Independência.<sup>25</sup>

O gasto com homens e com armas destinados à guerra consumiu significativos recursos desfazendo propriedades e fortunas, comprometeu o crescimento das primeiras duas décadas do século, além de provocar um elevado custo para a região. Os efeitos não se limitaram à segunda década do século XIX, nem ao âmbito estritamente comercial, estendendo os seus transtornos no decorrer dos anos posteriores.

Entre os fatores que contribuíram para este processo incluem-se, também a guerra do Paraguai, que no ano de 1865, demandou homens para as fileiras e vultosos recursos, como também a posterior abolição da escravatura, que contribuiu negativamente para a desorganização das lavouras e sua produção.<sup>26</sup> O século XIX teve, ainda, como agravante, os

---

<sup>22</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

<sup>23</sup> ALMEIDA, 1977, op. cit., p. 75.

<sup>24</sup> MATTOSO, op. cit., p. 571.

<sup>25</sup> Francisco Calmon afirma que, em 1823, as exportações de açúcar, que alcançaram as 29.288 toneladas, sofrem uma redução de 79% com relação a 1821, diminuindo para 6.163 toneladas em consequência da guerra da Independência. No caso do algodão, a redução, no mesmo período, alcança os 80%, reduzindo de 2.800 toneladas em 1821 para 556 toneladas em 1823. In: CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: CPE, 1978.

<sup>26</sup> A guerra do Paraguai demandou vultosos recursos humanos e materiais, esvaziando os campos de homens válidos, que partiram a compor as fileiras, seja por patriotismo ou “voluntários a pau corda”, reforçando o prestígio dos chefes locais. Por outro lado, o resto da poupança acumulada em períodos anteriores era utilizado

contínuos períodos de oscilações climáticas que atingiram a Bahia restringindo de forma significativa o potencial agrícola.

No que diz respeito à indústria, as primeiras fábricas de tecido na Bahia surgiram na década de 1830.<sup>27</sup> No decorrer das décadas essas fábricas se multiplicaram em número e produtos abrangendo a produção de tecidos, charutos, chapéus, calçados, móveis, sabões, biscoitos, etc. Num retrospecto do século XIX, alguns autores apresentam discordâncias, todavia, as cifras são reveladoras do impulso que a economia atingiu nesse período.<sup>28</sup>

No ano de 1845 foi criada uma instituição financeira como decorrência dessa fase dinâmica da economia. O Banco Comercial da Bahia surgiu como banco emissor<sup>29</sup>, seguida por outras instituições com a mesma finalidade: Sociedade Mercantil da Bahia (Caixa Hipotecária), o Banco Hipotecário da Bahia, a Caixa Comercial da Bahia e a Caixa de Reserva Mercantil, as quais tiveram uma vida curta cerrando suas atividades antes de findar o século.<sup>30</sup> Entre elas, as únicas exceções foram a do Banco Econômico da Bahia e do Banco da Bahia, denominados, desta forma, só a partir de 1890. Este quadro de desestímulo às atividades econômicas e financeiras era reflexo das

[...] limitações de um mercado interno incipiente, produzido por um sistema não-monetário de base escravagista, a carência total de suporte tecnológico, a perda de representatividade política a partir da primeira república e o domínio do capital agrário-mercantil que comandou o estado até a metade do século XX.<sup>31</sup>

Uma parte dessa limitada capitalização se destinava a satisfazer as demandas de consumo das elites locais, as quais eram, na sua totalidade, de produtos importados oriundos da Europa. Deste modo, não só o sistema econômico da Bahia, senão também a formação de sua elite, condicionou e limitou o seu desenvolvimento retraindo a importância na economia do país.<sup>32</sup>

O século XIX se caracterizou por ter uma economia pendular e instável, indo de um extremo a outro e sem ter uma estrutura de racionalização da sua economia em períodos adversos transitava entre a euforia momentânea e a depressão. Desfrutou num determinado

na onerosa ascendência política dos estadistas baianos, sem vantagens de ordem pessoal ou regional. In: MARIANI, Clemente. Análise do Problema Econômico Baiano. In: *Planejamento*. Salvador, nº 5, v. 4, out./dez., 1977, p. 62.

<sup>27</sup> SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891 – 1973*. Salvador: UFBA, 1975, p.50

<sup>28</sup> CALMON (1978) registra 123 fabricas em atividade; TAVARES (1966) relaciona 331 para todo o Estado; AZEVEDO (1975), usando como referência o ano de 1892, cita 142 indústrias.

<sup>29</sup> CALMON, 1978, op. cit., p. 83.

<sup>30</sup> AZEVEDO, Thales de; LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia: 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

<sup>31</sup> SPINOLA, 2004, op. cit., p. 92.

<sup>32</sup> Ibidem.

momento, de indicadores favoráveis enfrentando, em décadas posteriores, a desorganização de suas lavouras e a inquietação dos seus produtores.

Embora autores como Tavares, Calmon, Almeida, Sampaio e Azevedo<sup>33</sup>, descrevessem com algumas discrepâncias o número de fábricas a partir de 1800, esta realidade não mereceu ser enquadrada dentro de um consistente processo de industrialização. Segundo o próprio Tavares, a maioria dessas denominadas fábricas eram, na realidade, indústrias de transformação que nem sequer conseguiam satisfazer as demandas de manufaturados da província, limitando-se ao *status* de oficinas de tipo artesanal.

O que a província da Bahia tinha para suprir, ela própria, suas necessidades de manufaturados, era praticamente nada. Mas a questão desvia-se de seus aspectos principais quando descansa na simples listagem de indústrias de transformação existentes na província da Bahia dos anos trinta para os anos noventa do século passado. No particular, há toda uma literatura admirativa dos trechos das “Fallas” e dos “Relatórios” [...]. É, todavia, um caminho de enganos inventariar “fábricas” de cigarros, charutos, chapéus, fósforo, sabão, etc., como manifestações de industrialização, quando realmente eram realmente oficinas artesanais<sup>34</sup>.

Apesar da diversificação das atividades econômicas, a passagem do século XIX para o século XX foi de perda substancial de sua competitividade em relação às outras regiões do país, principalmente o sudeste. O açúcar, que era o principal elemento da economia da região perdeu lugar para outras culturas, ficando na última década do século XIX, atrás de produtos como o cacau e o café. Essa conjuntura evidenciou o eclipse econômico e político da província, em parte, alimentado pelas esperanças de recuperação e pela retomada do protagonismo da sua elite na esfera nacional.

A cultura do cacau, embora rendesse significativos recursos à união, não materializou mudanças de relevo na região. O cacau, embora já no final do século XIX fosse incorporado como uma nova cultura agrícola se tornou relevante em termos econômicos a partir da década de 1920 do século seguinte. Deste modo, este produto ocupou o lugar que no passado detivera a cultura do açúcar, tornando-se o carro-chefe da economia agro-exportadora da região.<sup>35</sup>

Em decorrência disso, a região sul da Bahia, em especial as cidades de Ilhéus e Itabuna, se transformaram em centros prósperos e importantes para o estado. A riqueza do fruto da terra traduziu-se em suntuosas mansões e em mudanças que ostentavam o luxo a emulação dos centros mais renomados da Europa. As mudanças projetadas por essa cultura

<sup>33</sup> TAVARES, 1966, op. cit.; CALMON, 1978, op. cit.; ALMEIDA, 1977, op. cit.; SAMPAIO, 1975, op. cit. e AZEVEDO, 1975, op. cit.

<sup>34</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. A economia da província da Bahia na segunda metade do século XIX. *Universitas*, jan/abr. 1982, p. 37.

<sup>35</sup> FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Os donos dos frutos do ouro*. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.



animou as elites econômicas, no sentido de retomar sua influência exercida em épocas pretéritas a nível nacional.

O cacau passou, nas primeiras décadas do século XX, de posição secundária nas exportações do estado para uma de destaque, chegando a seu mais alto patamar em 1927, quando participa com o 53% do valor total das exportações.<sup>36</sup> Entretanto, essas perspectivas favoráveis não se materializaram em alterações substanciais na região, seja por motivos internos, relativos aos próprios condicionamentos da agricultura local, seja por motivos externos, vinculados ao comércio exterior

O cacau, embora se desenvolvendo, como o café, desde o final do Século XIX, não tinha condições para impor uma dinâmica de grandes proporções na Bahia. De um lado havia as limitações de um mercado internacional relativamente estreito. De outro, havia as limitações internas – edafo-climáticas e de infra-estrutura – que inviabilizavam a expansão acelerada da lavoura. Assim, mesmo com um preço relativo muito superior ao café, o desenvolvimento engendrado pelo cacau era limitado<sup>37</sup>.

A possibilidade de diversificar as culturas agrícolas e expandir o mercado agro-exportador restringiu a economia a uma única lavoura e a uma única região do estado. Era a continuidade da monocultura, fazendo o estado se acostumar a trocar um produto por outro, limitando o seu horizonte econômico.

Embora as exportações tenham alcançado patamares confiáveis no período, as cidades de Ilhéus e Itabuna se mantiveram à margem de qualquer surto desenvolvimentista. Até o final da década de 20 os benefícios econômicos obtidos pelo cacau não representaram o alterações significativas no quadro da economia da região e nem sequer numa representatividade nos centros de decisão do país reforçando, assim, sua vocação agrícola.<sup>38</sup>

O cacau, apesar de responder, desde o início do século XX, expressivamente às exportações e à reativação da economia, a sua elite produtora não conseguiu se materializar como força hegemônica na política estadual. O controle, tanto da política como da própria máquina estatal, se manteve nas mãos dos decadentes setores vinculados à economia açucareira, assim, o Estado

[...] que vivia sempre em constantes dificuldades fiscais, apropriado por uma classe econômica decadente, irá se agarrar debilmente ao sucesso de uma única cultura para manter uma estrutura parasitaria, composta por um segmento social interessado em manter privilégios seculares, incapaz de orientar os excedentes econômicos para

<sup>36</sup> FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 – 1940*. Ilhéus: Editus, 2001, p. 114.

<sup>37</sup> ALBAN, op. cit., p. 84.

<sup>38</sup> FREITAS e PARAÍSO, op. cit., p. 113.

a diversificação da base produtiva, visando escapar de uma vulnerável estrutura agrário-exportadora<sup>39</sup>.

Na metade do século XX, a retração econômica adquiriu contornos de preocupação no âmbito das lideranças políticas e intelectuais da Bahia. A riqueza retórica e verbal de suas elites encontrou no simbolismo fenomenológico, a palavra mais apropriada para delegar a responsabilidade para a evidente evasão da indústria e o ostracismo da região. O eufemismo denominado “enigma baiano” foi lapidado pelo governador Octavio Mangabeira, como forma de justificar o atraso da Bahia em relação aos outros estados da federação, especificamente os do centro sul. Porém não bastavam adjetivos ou recursos literários para argumentar em favor das evidências históricas e palpáveis da estagnação econômica, eram necessárias explicações concretas e científicas para o preocupante fenômeno.

O “enigma” mereceu diversas abordagens na tentativa de decodificar e equacionar o mesmo. Aguiar, no seu trabalho “Notas sobre o enigma baiano”<sup>40</sup>, apontava como fatores de estagnação: a instabilidade da nossa economia que era primária, reflexa e dependente, endógena e exogenamente; o desgaste do intercâmbio comercial interno com a política cambial vigente e a escassa capacidade de poupança e estímulo aos investimentos, agravando a tendência estrutural da deterioração da relação de preços dos produtos exportados para os outros estados e das mercadorias deles importadas.

Tavares, por seu lado, registra uma visível diferenciação entre os avanços obtidos pela região em diversas áreas da dinâmica urbana. Sua observação recai sobre os sistemas de transportes e de energia, na balança comercial externa, na receita tributária, no crescimento demográfico, no desenvolvimento urbano da capital, contrastando com a redução da importância da indústria, se comparado aos registros do final do século XIX, quando tudo levava ao “[...] prognóstico de que a velha província manteria destacada posição no evoluir da indústria no país [...]”<sup>41</sup>.

Baseado numa pesquisa em dados censitários entre os anos de 1920 a 1940 e complementada em fontes diversas, este mesmo autor registrava a estagnação nas indústrias fumageira e têxtil, tão importantes e promissoras no início do século. Constatava com preocupação “o desaparecimento do leque de empresas manufatureiras que se abria

---

<sup>39</sup> SANTANA, Carlos. *Intelectuais, planejamento e clientelismo*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002, p. 63.

<sup>40</sup> AGUIAR, op. cit.

<sup>41</sup> TAVARES, 1966, op. cit., p. 3.

multicolorido de esperanças naqueles primeiros anos da República”<sup>42</sup>. Porém, se fazia necessário racionalizar e, conseqüentemente quantificar esse “enigma”. Almeida, num trabalho comparativo entre o censo de 1920 e 1940, constata que

a participação da Bahia no total da indústria nacional, apurada no Censo de 1920, em capital aplicado (3,5%), de força motriz (4,0%) operários (5,7%) e produção (2,8%), caiu no censo de 1940 para, respectivamente, 1,9; 2,3; 3 e 1,3 %.<sup>43</sup>

Os trabalhos de Tavares como de Almeida apontavam para evidências incontestáveis com relação ao descompasso da economia local. Esta preocupação, em pleno contexto de pós-guerra, demonstrava que “[...] estamos para advertir não propriamente uma involução, mas antes a verificação de que as empresas manufatureiras criadas não cresceram em virtude do sistema econômico baiano, estruturalmente agrário-mercantil [...]”<sup>44</sup>. O paralelo com as regiões do sul, e seu pujante desenvolvimento, se fazia inevitável. Entre as razões para este descompasso se encontravam:

[...] o ritmo fraco de capitalização devido à decadência política da Bahia na república, efeito e novamente causa, as dificuldades de transportes e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial baiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração<sup>45</sup>.

Por outra parte, os esforços destinados à industrialização sofriam dupla resistência: de caráter externo e de caráter interno.

A questão mais grave no capítulo da industrialização é que as iniciativas encontravam dupla repulsa: da economia internacional dominante e da economia da província, uma economia de exportação de produtos primários, uma economia ainda movimentada pelas relações de trabalho escravo e semi-escravo. [...] Além disso, a própria economia de exportação rejeitava a industrialização com a mesma eficiência de quem sabe impossível o enxerto de pessegueiro em bananeira.<sup>46</sup>

A possibilidade de orientar os recursos para uma economia de base industrial se perdia nas colheitas destinadas ao exterior, esperando delas o maior benefício em menor tempo. Ao invés de um capital sadio, a economia de exportação gerava o capital usurário.<sup>47</sup> A necessidade de superar as abstrações e dar uma resposta mais real e conjunturalmente mais convincente levou a Almeida a nomear as suas causas. Numa tentativa de personalizar as ditas

<sup>42</sup> TAVARES, 1966, op. cit., p. 4.

<sup>43</sup> ALMEIDA, 1977, op. cit.

<sup>44</sup> Estas observações, em pleno pós-guerra, alertavam para a dependência do setor agrário e para a necessidade de racionalizar os recursos disponíveis. (TAVARES, 1966, op. cit., p. 5).

<sup>45</sup> ALMEIDA, 1977, op. cit., p. 72.

<sup>46</sup> TAVARES, 1982, op. cit., p. 37.

<sup>47</sup> Ibidem.

motivações, responsabilizou-se a falta de interesses dos ricos comerciantes da terra nos empreendimentos da produção, posto que eles “[...] não tinham tirocínio industrial e, com isso, o espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se [...] enquanto a indústria evoluía noutras partes [...]”<sup>48</sup>.

Por sua parte, Mariani<sup>49</sup>, em discurso na Escola Superior de Guerra no final dos anos 50, reforçava estas preocupações diagnosticando a economia e suas limitações. Sua análise remontava aos séculos iniciais da colonização, da situação privilegiada da Bahia e a sua posterior decadência econômica que teve, segundo ele, sua origem no século XIX com o início da crise do açúcar e as consequências no comércio exterior, tudo isso agravado com o fim da escravatura.

A revolução de 30, chamada por ele de “madrasta”, interrompeu o processo de recuperação derivada da cultura do cacau, adotando uma política cambial desfavorável à Bahia. Esse instrumento econômico do governo federal, cujo monopólio se manteve de diversas formas, acabou representando uma perfeita espoliação dos recursos da Bahia.

No contexto dos anos 1930, no governo de Juracy Magalhães<sup>50</sup>, foram criados pelo governo estadual o Instituto Baiano do Fumo e, juntamente a esta iniciativa, o Instituto de Cacau da Bahia. Ambas as iniciativas foram institucionalizadas com o intuito de poder organizar esses dois importantes produtos da sua economia e tentar estabelecer uma cooperação entre os produtores locais. Tentava-se sair, desta forma, da estupefação dos homens públicos diante do inquietante “enigma” baiano. A elite local compartia uma profunda insatisfação com o estado reinante já que o país e, em especial o sul, havia iniciado um processo dinâmico de industrialização e o estado da Bahia continuava predominantemente agro-exportador.

A retórica discursiva já não bastava, era necessário superar as limitações pelo uso racional dos seus recursos e tentar reverter o quadro alarmante do Estado. Na década de 1940, o próprio governador Mangabeira delegou a Ignácio Tosta Filho a realização dos estudos da realidade econômica do estado resultando, em 1948, na elaboração do Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia, no sentido de sugerir alternativas para enfrentar o preocupante dilema.

---

<sup>48</sup> ALMEIDA, 1977, op. cit., p. 43-44.

<sup>49</sup> MARIANI, op. cit.

<sup>50</sup> CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

Guimarães, entretanto, aponta que antes do governo Balbino houve outras três tentativas que merecem destaque: a primeira em 1930, a segunda em 1945 e a terceira nos anos de 1952 e 1953. Com relação a esse primeiro precedente nas iniciativas planejadoras do Estado

[...], pode-se citar o esforço do economista Inácio Tosta Filho, na década de 1930, no primeiro governo Getúlio Vargas, que deixou a criação de um sistema de órgãos de fomento, hoje infelizmente já envelhecidos, e de que resultou a criação do I.F.E.B., HOJE Banco do Estado, e um estudo que o mesmo economista principiou, mas que sequer chegou a levar à realização, de um programa no mesmo sentido, durante o governo Otavio Mangabeira.<sup>51</sup>

Passado o período do Estado Novo e a redemocratização política no Estado, outros dois esforços nesse sentido foram registrados na Bahia. Destaque-se que ambos os empreendimentos tiveram a participação indireta de Rômulo Almeida resultando das mesmas, além de documentação importante para posteriores iniciativas, assim como, contatos e conversas informais com a elite econômica do Estado.

Outras duas tentativas merecem mencionar-se, ainda, às quais esteve ligado o realizador do atual sistema: uma, em 1945, a pedido do então Secretário de Viação Helenauro Sampaio, de que nasceu um memorando de Rômulo Almeida sobre o assunto; a segunda, em 1952 e 1953, constituiu-se numa série de conversas informais entre Rômulo Almeida, o banqueiro e financista Clemente Mariani e o então Reitor Edgard Santos, com o objetivo de auxiliar o então Governador Regis Pacheco – antecedente que deu condições melhores aos entendimentos posteriores com o reitor, de quem o esforço renovador usufruiu precioso apoio para a criação do atual sistema.<sup>52</sup>

Importantes manifestações do âmbito público e do privado no sentido de equacionar esforços para enfrentar a assimetria econômica do Estado. Antecedentes importantes e que configuram o referente histórico do planejamento estadual todas, no entanto, não resultaram na materialização de uma política sistemática para enfrentar o problema da retração econômica baiana.

Na década de 1950, a Bahia projetava um horizonte favorável à industrialização e contribuíam para isto a construção da Usina Hidroelétrica de Paulo Alfonso e a exploração do petróleo na Refinaria Landulpho Alves – Mataripe, (RLAM). Em paralelo, se destacava a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), instituição importante para o financiamento de projetos de desenvolvimento na região. Essa dupla referência oferecia estimulantes

---

<sup>51</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

argumentos para o processo de germinação industrial, a saber: energia elétrica e óleos combustíveis.

A estagnação econômica que provocou sombrio horizonte no período que foi de 1920 a 1950 e que tantas angústias despertaram na intelectualidade e nas lideranças políticas e econômicas sinalizava sua fase de ruptura prometendo mudar seu horizonte agro-exportador. Essa mudança, porém, não demandava só propriedade de terras nem mão de obra escrava, prerrogativas tão caras à sociedade baiana. Impunha-se uma nova linguagem que implicava, concomitantemente, de uma nova mentalidade: o planejamento racional dos recursos.

### **1.1. De província a estado**

A província da Bahia, no alvorecer do século XX, contava com uma estrutura de Estado, cuja representação refletia interesses dos proprietários da terra, os quais, desde a época da colônia desfrutaram da delegação do poder pela metrópole portuguesa. Essa delegação de poderes fez com que os primeiros portugueses que chegaram ao Brasil não tivessem, na hora de organizar sua dinâmica social, nenhuma referência institucional à qual submetessem seus atos.

A metrópole, distante e sem condições de poder exercer uma fiscalização direta, entregou aos donatários a prerrogativa do poder. Uma vez em terras brasileiras, eles desenvolveram suas formas particulares de organização de seus territórios, longe e indiferentes, ou refratários a um poder de Estado.<sup>53</sup> O poder, sem controle efetivo da Coroa portuguesa foi condicionado a circunstâncias e interesses restritos, limitando suas funções a um horizonte territorial privativo. Na impossibilidade de colonizar suas terras de conquista, Portugal confiou ao patriarca, nascido na colônia, o papel de administrar suas terras e, diante do desamparo do poder central, origina-se uma hipertrofia de poder privado<sup>54</sup>.

A propriedade da terra possuía as condições primárias para estabelecer poder e influência, além de projetar o prestígio dos seus beneficiários. Diante do distanciamento da metrópole, coube ao proprietário privado exercer e guardar o poder delegado ao Estado, configurando uma peculiaridade na formação social do país onde a propriedade privada do solo e o poder autoadquirido irão preceder o poder político.

---

<sup>53</sup> DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Nacional, 1966.

<sup>54</sup> Ver: BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: EDUFBA, 1992, cap. IX.

A gestão do Estado brasileiro, influenciado pelo modelo patrimonial português contou, nos seus primórdios monárquicos, com a colaboração desse poder privado. O imperativo de delegar a colonização do território brasileiro aos donatários originou uma deformação na estrutura de poder público desvirtuando e particularizando suas funções. O processo de criação do Estado brasileiro não será a principal demanda para a dinâmica desse período. Seu papel e organização foram adaptados ao processo que comportou a Colônia, avançou pelo Império e se estendeu Independência afora. Destarte, o arcabouço administrativo estatal ficou alheio ao processo de formação dos Estados, ele foi:

mais transformado que criado. A gestão patrimonial portuguesa, o estado monárquico brasileiro tomou emprestada a colaboração do poder privado, nascido das próprias circunstâncias do processo colonizador. Foi o que garantiu o seu sucesso.<sup>55</sup>

Um Estado metropolitano ausente, com um poder privado onipotente, aos poucos ia tecendo sua particular forma de domínio e de configuração econômica-social. Realidade ambígua que originou uma forma de poder público com ganhas de proprietário, mudando a natureza desse poder para uma função privada.<sup>56</sup> Esse processo, nos primeiros anos de organização territorial influenciou de maneira singular a constituição da sociedade brasileira.

As referências políticas, econômicas e jurídicas, centradas em indivíduos, não obedeciam a uma instituição de caráter despersonalizada, o que deu origem a uma atrofia do Estado e uma hipertrofia do poder privado. A estrutura desse poder privado e descentralizado transitou desde a Colônia até a República, configurando-se como a forma mais acabada do poder pessoal e familiar. Com o decorrer das décadas esta autonomia adquiriu contornos de soberba e arrogância colocando os proprietários por sobre o Estado.

Uma das manifestações mais visíveis dessa realidade de poder exacerbado se traduziu em influência política e partidária, criando e sustentando instituições partidárias e elegendo seus privilegiados candidatos. Entre as famílias detentoras desse patrimônio real e simbólico, seus filhos foram os receptores diretos desses privilégios, mandando-os a se doutorar para poder partilhar da coisa pública e perpetuar esse poder.

Na província da Bahia, na ausência de uma economia pujante e dinâmica restava como fonte de trabalho segura o próprio funcionalismo público. Além das altas funções no Estado, a aquisição de diplomas de medicina ou direito caracterizaram o poder privado e sua capacidade

---

<sup>55</sup> MATTOSO, op. cit., p. 253.

<sup>56</sup> DUARTE, op. cit.

de penetração no tecido político, econômico e jurídico da sociedade baiana. Estudar Medicina ou Direito eram caminhos seguros e estáveis para ingressar na máquina pública.

De modo especial, a forte predominância de bacharéis em Direito consolidava uma base parlamentar confiável, não só a nível provincial, senão também com relação ao governo central, garantindo apoios valiosos na defesa de seus interesses. Destes poderosos aliados, a formação do Estado brasileiro não poderá prescindir nos seus primórdios.<sup>57</sup> A contribuição e apoio desses proprietários representaram indispensáveis elementos de coesão e sólidos pilares para a arquitetura da máquina administrativa e de poder do Brasil.

As funções do Estado na Bahia ficaram, a partir desses seletivos processos, nas mãos de um restrito círculo, plenamente fiel ao poder de turno. A direção do país compartilhada e distribuído entre poucas pessoas cristalizou a apropriação do Estado e a privatização de sua finalidade: a coletividade pública. Disfunção do Estado, portanto, subtraindo o caráter plural de sua existência deixando à margem boa parcela da sociedade, a qual não possuía propriedade de terras nem título de bacharel. Um Estado que, pelo seu caráter privativo, impossibilitava qualquer ação coletiva, alimentando um espírito ausente de urbanização.<sup>58</sup>

Nas últimas décadas do século XIX, a Bahia constatou sua visível perda de prestígio no cenário nacional; economicamente, os senhores do açúcar perdiam seu protagonismo para os senhores do café; e, politicamente, a abolição da escravatura provocava uma severa desorganização nas lavouras. Diante dessas adversas circunstâncias, a máquina do Estado era o caminho mais seguro para preservar o que restava de protagonismo dos tempos pretéritos de gloriosos engenhos. A política era território de poucos e os políticos, enquanto representantes, dispunham, proporcionalmente, de um eleitorado bastante insignificante. A população escrava, mesmo depois da abolição continuava sem exercer seu direito a voto limitando sensivelmente a porcentagem de participação nos assuntos de caráter público.

A carreira política, seja a nível provincial ou nacional, obedecia a ritos de passagem bastante seletivos, que incluía a origem familiar, o local de nascimento e o seletivo círculo social de relações. Em conjunto, eram pré-condições para incorporar-se ao núcleo de poder emoldurado, ainda, pelo diploma de bacharel, documento que legitimava e consagrava esse instrumental simbólico que tinha por objetivo uma prometedora carreira política.

O nascimento e o casamento representavam menor ou maior grau de franquia nas seletas esferas da sociedade. Ter nascido no Recôncavo ou na capital ou ter ingressado, pelo casamento, numa poderosa família de senhores de engenho eram triunfos suplementares para

---

<sup>57</sup> MATTOSSO, op. cit.

<sup>58</sup> DUARTE, op. cit.



fazer uma carreira de âmbito nacional<sup>59</sup>. O Estado era a extensão do patrimônio familiar ou grupal desta elite levando ao poder público a gravitar em torno de interesses privados, distante da sua finalidade coletiva.

O Estado deixava de ser uma entidade impessoal para incorporar o caráter pessoal dos políticos e proprietários de terras, os quais fizeram permanentes esforços no sentido de monopolizar os negócios públicos em benefício próprio. Deste modo, os três poderes constituídos perderam sua separação, autonomia e independência centrando suas atribuições nas mãos das mesmas pessoas. Munidos do título de bacharel em Direito ou Medicina, as funções do executivo, legislativo e judiciário, ficaram concentrados num verdadeiro círculo vicioso, desproporcionando e desvirtuando o exercício público.

A partir desse processo de dominação no âmbito político e da conseqüente apropriação do Estado, os políticos da província da Bahia e, principalmente, suas famílias, se revestiram de um poder excessivo. O resultado direto dessa atrofia será um Estado inoperante funcionalmente e incorporado ao patrimônio pessoal dos seus governantes. A estrutura do Estado a nível provincial foi peça importante para a projeção a nível nacional. No governo central, eles desempenharam papel relevante na formação, preservação e unidade do Estado nacional, incorporando-se como fiéis servidores à causa nacional.

Uma vez no governo central, exerceram papéis na assembleia geral ou, a depender de sua influência e centro de gravitação, um cargo de senador da República. Nestas posições da alta legislatura nacional, os políticos baianos se identificaram com a defesa das causas nacionais, deixando os interesses de sua província de lado. Este comportamento definiu o perfil do político baiano deixando suas marcas na estrutura estatal como circunstancialmente conveniente para a formação das alianças que o poder central demandava. Na defesa de sua sobrevivência política, optava pela adesão às causas alheias e distantes dos seus interesses províncias que, a rigor, representava.

Adesão que se traduz em preservação, ou manutenção de privilégios que nenhum deles desejava perder, menos ainda dividir com outros que não façam parte de seu restrito grupo. Sua fidelidade incondicional ao poder central, lhe oferece garantia de prerrogativas que provincialmente, projetaram seu poder de influência e seu patrimônio econômico. O lema era acomodar-se às circunstâncias sem importar o preço nem o ostracismo de sua região. Sua fidelidade representou a “adesão e acomodação. Acomodação que garantia a sobrevivência do

---

<sup>59</sup> MATTOSO, op. cit.

setor político de uma sociedade cuja base estrutural permanecia estática desde os tempos coloniais<sup>60</sup>.

A presença marcante dos políticos locais no governo central, em teses, deveria traduzir-se em benefícios relevantes para a província. O poder de influência e seu grau de fidelidade aos interesses nacionais e seu adesismo incondicional representariam benefícios vultosos para a província que lhes havia delegado poder. No caso da Bahia isto se materializava já que os políticos, imantados pelo poder central, não priorizam as demandas relacionadas à sua identidade representativa, nem menos ainda aos seus eleitores e representados.

A Bahia, com toda sua relevância no âmbito econômico e sua influente presença na administração pública não potencializou esta condição em benefícios concretos para a região.

Essa enorme participação na chefia do governo central poderia ter sido particularmente benéfica aos negócios da Bahia, se os políticos tivessem lutado pelos interesses de sua província de origem. [...] No poder, os homens se identificavam rapidamente com o Estado Nacional, e essa era uma condição para sua permanência frente aos negócios político – administrativos.<sup>61</sup>

De modo geral, a política baiana e o controle do Estado estiveram nas mãos destes grupos ou indivíduos que transformaram o exercício do poder em triunfos pessoais. Realidade ainda mais evidente no início do século XX onde o cenário político baiano era um cenário personalista e suas agremiações políticas gravitavam em torno de pessoas ou lideranças circunstanciais, distante de programas de abrangência coletiva.

O século XX se apresenta na Bahia com um Estado disputado por partidos de perfil pessoal, sem qualquer possibilidade de exercer suas funções nem de atender as demandas mais urgentes da região. Uma economia predominantemente num estágio agro-exportador e padecendo de evidente estagnação, uma máquina pública orientada para atender interesses privados e um descompasso comparativo com relação a outros estados do centro sul.

Proporcionalmente, a pugna pelo poder e pelo controle do Estado não demandavam a presença da população para eleger seus representantes. A disputa era entre facções ou famílias, as quais se dilaceravam pelo domínio da administração pública e pela preservação dos seus privilégios históricos. Lutas intestinas destinadas a estender seu patrimônio nos intramuros do Estado provocaram desavenças nem sempre reconciliáveis. Com relação ao povo que lhes

---

<sup>60</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República – Uma política de acomodação*. Salvador: Edufba, 1978, p. 185.

<sup>61</sup> MATTOSO, op. cit.

delegava o poder eles estabeleciam uma relação de favores com seus representados, transformando seus beneficiários diretos na sua clientela.

Desde as primeiras décadas do século XX a política baiana teve como centro de gravitação facções e correntes personalistas disputando o poder.

Até 1912, monarquistas conservadores, como Luiz Vianna, Severino Vieira e José Marcelino de Souza, comandaram a vida político – partidária do Estado. [...] Aos 12 anos que se seguiram correspondem ao período de dominação seabrista, dominação fortemente contestada pelas forças oposicionistas, tanto nos anos iniciais, como na fase final do período. [...] No último período de República velha, que vai de 1924 a 1930, calmonistas e mangaberistas foram os grupos dominantes.<sup>62</sup>

A personificação da política foi adquirindo corpo e gradativamente se incorporava às instituições partidárias e, como consequência disso, ao próprio Estado. Os partidos, embora com suas siglas definidas, ganharam o reconhecimento e o respeito pela referência à personalidade que representam e não pelo conteúdo ideológico dos seus programas. O partido se confunde com a pessoa, com seu proprietário e não com o caráter político do seu representante. Personalismo e patrimonialismo não se estenderam ao Estado, como instituição maior como também abrangia outras esferas da representação social.

Personagem que muitas vezes se confunde com a própria sigla partidária. Aliás, é muito mais conhecido do que a sigla que representa. O PRB. (Partido Republicano da Bahia) fundado em 1901 por Severino Vieira, então governador do Estado, era o partido severinista. Quando o novo governador José Marcelino do mesmo partido de Severino Vieira rompe com este último, o PRB, se divide não em outra coisa, mas em severinistas e marcelinistas. Da mesma forma os membros do PRD. (Partido Republicano Democrático) ligados a J. J. Seabra, duas vezes governador, eram chamados de seabristas e não de democratas, como era de se esperar. O mesmo se diga do viannismo e mais tarde dos calmonismo com referencia também a dois ex-governadores da primeira republica. O importante aqui é o personagem e não o partido, o indivíduo e não o estatuto, a relação pessoal e não a relação institucional.<sup>63</sup>

Essa ausência de instituições partidárias sólidas e socialmente refratárias foi, na Bahia, preenchida pela emergência dos indivíduos. Seu referente de coesão não são as ideias nem o programa, senão o carisma pessoal de seu chefe e as ideias do indivíduo as quais, em última instância, prevalecem por sobre as demandas da sociedade. Portanto, na Bahia, não se formaram partidos dentro de um horizonte republicano que contemplasse a participação do coletivo nas decisões políticas. O que se tem no estado, enquanto protagonistas centrais da política é uma extensa romaria de “ismos”, viannismo, severinismo, marcelinismo,

<sup>62</sup> SAMPAIO, 1978, op. cit., p. 186.

<sup>63</sup> PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismos. *Ideação*, Feira de Santana, n.4, p.49-78, jul./dez. 1999, p. 62-63.

calmonismo e outros, evidenciando uma íntima relação entre o partido e seu chefe e a cristalização de um poder fragmentado.<sup>64</sup>

A revolução dos 30, que inicialmente pretendeu combater as oligarquias e moralizar o processo eleitoral, se confrontou com estruturas locais poderosas e dispostas a defender imperativamente seus interesses. O que prevaleceu na Bahia, no entanto, foi o velho rito de iniciação política nos moldes políticos tradicionais, preservando as relações de parentesco e os vínculos de amizade e apadrinhamento, acomodando-se para repartir os novos postos de comando da sociedade.<sup>65</sup>

O interventor Juracy Magalhães foi recebido com muitas resistências pela oligarquia local, posto que era nascido no Ceará, jovem e militar, e além disso, não fazia parte do seleto grupo de bacharéis e notáveis políticos baianos. Magalhães teve que enfrentar o altar oligárquico formado por figuras proeminentes como J. J. Seabra, Simões Filho (fundador do jornal *A Tarde*), Pedro Lago, Góes Calmon e Octavio Mangabeira. Estes personagens da política baiana faziam parte do grupo que preservavam a herança espiritual do jurista Ruy Barbosa e de toda a retórica pretérita dos primórdios coloniais. Desde 1925 se mantinham no poder, governando a Bahia após a derrota de Seabra, alternando-se convenientemente ao sabor das circunstâncias. Eles foram os principais fundadores do partido autonomista, grupo que teve como elemento de convergência e de aglutinação a implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas. Uma de suas principais demandas era devolver a “Bahia para os baianos” e acabar com a intervenção estrangeira, referência à interventoria representada pelo tenente Juracy.

Os temores contra o interventor não eram alimentados particularmente pela personalidade do “forasteiro”, mas com a implantação de mudanças dentro desse estado de coisas, muito bem preservadas e perpetuadas desde o início do século. Não era o tenente que despertava desconfianças, mas sim, a possibilidade dele modificar a ordem das coisas que era o atraso, o provincianismo, a razão de ser e de viver destas elites.<sup>66</sup>

Com a volta do estado de direito em 1945, o governo da Bahia foi retomado pelo mesmo grupo que tinha sido expulso pela Revolução dos 30. Octavio Mangabeira retornou ao governo local constatando que o atraso da Bahia e a posição negativa com relação aos estados da federação era um verdadeiro “enigma” a ser esclarecido. A retórica baiana encontrava no seu principal erudito, o próprio governador Mangabeira, a síntese para décadas de

---

<sup>64</sup> PINHEIRO, op. cit., p. 62-63.

<sup>65</sup> SAMPAIO, 1978, op. cit.

<sup>66</sup> PINHEIRO, op. cit.

descompasso federativo e de privilégios de grupais e familiares. Apesar da redemocratização e do livre exercício das instituições político-partidárias, o poder no Estado continuou sendo um empreendimento privado de quem o detém e o clientelismo, sua forma mais concreta de distribuição.<sup>67</sup>

## 1.2. As elites baianas no século XX

A compreensão da sociedade baiana que dominava a cena na primeira metade do século XX impõe uma reflexão com relação aos seus condicionamentos socioeconômicos que lhe conferiram traços bastante peculiares, contribuindo para a formação de uma elite que comandou os negócios e a política local desde o período colonial. A plataforma produtiva, centrada na produção do açúcar, ofereceu elementos incontestes para a estrutura e unidade dessa sociedade alcançando patamares significativos de produção. Essa estrutura produtiva teve os seus melhores momentos entre os séculos XVII e XVIII, dando poder e prestígio ao grupo que exercia o domínio sobre o poder econômico e político da Bahia.

O século XIX, ao contrário dos anteriores, foi testemunha, como já explicitado, da mudança drástica que a produção açucareira vivenciou entrando em franco declínio, porém, sem perder sua importância enquanto base econômica responsável pela emergência de uma classe política dominante. À perda do seu protagonismo econômico como principal produtor de açúcar, acresce-se também a perda do seu predomínio político, este último em função da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 que relegou a província a um papel hegemonicamente secundário no país.

A partir de então, será o Rio de Janeiro a capital administrativa e centro da dinâmica político-econômica do país, aglutinando em torno dela significativa predominância durante todo o século XIX e parte do XX frustrando de forma definitiva as pretensões da Bahia enquanto centro de poder. Esses fatos, porém, não podem eclipsar o relevante papel que tiveram as personalidades baianas durante o Império oferecendo seus serviços de forma incondicional ao governo central.

Diversos políticos baianos desempenharam notáveis posições na administração pública nas esferas centrais do poder, assim como nos seus respectivos ministérios contribuindo para o projeto a nível nacional. O centro de atuação privilegiado desses políticos era aquele composto pelos lugares mais cobiçados do poder, entre eles, a Presidência do

---

<sup>67</sup> PINHEIRO, op. cit.

Conselho de Ministros, garantindo considerável influência nas altas instâncias decisórias. Destarte, no Segundo Reinado, independente do seu perfil conservador ou liberal, as lideranças locais chegaram a ocupar a terça parte das chefias de gabinete e a quarta parte das nomeações ministeriais.<sup>68</sup>

Desempenhando posições de destaque nas estruturas do Estado ou fazendo parte de prestigiadas famílias proprietárias de terras estes homens, de influência política e prestígio social, representavam a fina flor da elite baiana. Sua identidade gravitava em torno de um grupo de venturosos que, na área do Recôncavo e na cidade de Salvador, controlaram as atividades econômicas, especialmente as relacionadas com a produção e exportação do açúcar, e que apesar da sua decadência se refletia na ostentação pública desses grupos.

A orientação que guiava esse reduzido grupo estava determinada por uma série de fatores que iam além do comércio e da atividade pública. Seu perfil e sua forma de agir, tanto no Estado como a nível nacional evidenciava o raciocínio de que

A elite baiana [...] é aquela que desempenhou um papel oficial na formação do Estado nacional [...]. Algumas centenas de afortunados homens que – por laços familiares, alianças, riqueza, estudos e temperamento – souberam e quiseram servir a seu país, ajudando o imperador a organizar e fortalecer as estruturas do um Estado ainda jovem e mal estabelecido no contexto internacional.<sup>69</sup>

No cenário nacional eles desempenharam um papel de homens públicos notáveis e defensores de valores apropriados às circunstâncias, na sua unidade de origem estes mesmos homens transitavam dentro de uma estrutura social bem diferente e conviviam numa realidade onde predominavam as relações de tipo escravocrata e senhorial, sedimentadas pelo domínio da terra e legitimada em função das alianças familiares e por vínculos de tipo paternalistas decorrente das relações de trabalho predominantes nos canaviais da época.

Além do caráter paternalista dessa elite, os privilégios familiares e o clientelismo formavam o triângulo que emoldurava a sociedade e as relações de poder. A família, como herdeira direta do prestígio e do poder econômico e político transferia, a título de herança, esse poder aos seus filhos educando-os e preparando-os para ocupar os seus postos de comandos e perpetuar esse *status*.

Como forma de fortalecer essas relações de poder, os favores eram estendidos aos seus aliados e dependentes na medida de sua fidelidade e submissão delimitando um círculo, cada vez mais, reservado de domínio e privilégios. Esse restrito grupo de seletos homens tinha seus

---

<sup>68</sup> NORONHA, S. Sarmiento. A raposa e a Águia: Rui Barbosa e J. J. SEABRA na política baiana da primeira República. *Anais do IV Encontro Estadual de História – ANPUH – BA. V. da Conquista – BA, 2008.*

<sup>69</sup> MATTOSO, op. cit., p. 253.

atos e comportamento validados e consagrados por critérios de verticalidade e personalidade. Todavia, a posse da terra e os laços familiares não eram os únicos requisitos para fazer parte deste restringido grupo que conformava a elite baiana. Posições na administração pública, assim como títulos de acadêmicos, somavam força às possibilidades do ingresso a esse sedutor universo privativo e hermético.

Existiam funções (a magistratura e algumas elevadas funções do Estado, por exemplo) ou condições (diploma de direito ou de medicina, por exemplo) que abriam vias de acesso a essa posição social [...] a propriedade de terra era a certidão necessária e suficiente para ingressar no grupo de privilegiados oficiais, reconhecidos como integrantes da elite do país.<sup>70</sup>

Os esforços familiares se destinavam a garantir estudos superiores para seus filhos no intuito de galgar, inicialmente, uma carreira profissional e, posteriormente, abrir as portas da administração, ingressando, preferencialmente, no distinguido grupo dos funcionários públicos, seja no poder legislativo ou no judiciário. A conquista do título de bacharel em Direito, muitas vezes, implicava na ausência de universidades na província, na transferência para outros estados ou países, levando a realizarem seus estudos em Pernambuco ou fora do Brasil, em Coimbra, Portugal.<sup>71</sup> Os jovens, uma vez diplomados, buscavam a magistratura como campo de ação, contando para isto com importantes relações de parentesco e os seus vínculos de amizade e apadrinhamento.

Conhecer o arcabouço jurídico se tornava fator de relevante importância, tanto para a preservação e continuidade dos negócios familiares, como para a defesa dos próprios interesses grupais. A ordem constitucional vigente à época privilegiava a manutenção de uma sociedade, cujo poder, emanava do prestígio e da capacidade dessa elite de manter-se impermeável a qualquer tipo de mudança. Como resultado dessas circunstâncias, asseguravam-se legalmente as suas posições na sociedade e nas instituições, afastando-se qualquer percalço desfavorável para os seus.

A lei também fazia parte de sua obra o que dava mais garantia e imunidade à hora de desobedecê-la. O espaço reservado a essa elite era circunscrito a uma comunidade que estava organizada em torno de interesses e demandas comuns. O núcleo desses interesses se nutria não só a partir do poder dos terratenentes, mas também daqueles posicionados em outras áreas, como o capital mercantil exportador e, principalmente, o governo.<sup>72</sup> O âmbito

---

<sup>70</sup> MATTOSO, op. cit., p. 253.

<sup>71</sup> Ibidem.

<sup>72</sup> SPINOLA, Noelio Dantaslé. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Salvador: UNIFACS, 2009.

governamental era, nesta perspectiva, o campo preferencial a partir do qual se irradiavam as relações clientelistas com as camadas subalternas da sociedade. Política e comércio eram os pilares básicos que alimentavam o tecido de poder dessa elite que defendia em diversos campos as suas prerrogativas auto concedidas.

Caracterizavam-se por compartilhar elementos de referência comuns ao grupo e os seus descendentes, a maiorias deles filhos ou netos de proprietários rurais tinham no comércio de exportação um futuro que oferecia garantias de uma vida sem sobressaltos. Do mesmo modo, os descendentes de segmentos urbanos, uma vez consagrados com seus diplomas de estudos superiores, eram acomodados no aparelho do Estado ou na iniciativa privada, reconhecidos espaços destinados a garantir posições de mando.

Para galgar uma promissora carreira de homem público ou para compor os quadros do poder legislativo não bastava apresentar títulos ou se projetar a partir do respaldo das relações pessoais ou familiares. Prevalciam, ainda, condicionamentos geográficos, dotando de traços hierárquicos e a origem dos aspirantes a essa elite. Numa província como a Bahia, em que as distâncias entre Capital e interior pareciam, por vezes, intransponíveis, o lugar de nascimento era valor agregado e imprescindível. Isto posto, colocava aos candidatos a máquina pública oriundos da cidade de Salvador ou de sua hinterlândia em posições mais vantajosas, já que para propiciar um brilhante futuro “era preciso nascer na capital ou em seu recôncavo”<sup>73</sup>.

A partir dessa privilegiada posição amadureceu neste grupo a noção de pertencerem a uma plêiade constitutiva, de um pólo matricial merecedor de deferências no tempo e no espaço. Essa ideia será reforçada a partir da importância econômica da Bahia, dos destacados postos de liderança política no Reinado e de pertencer a uma província reconhecida como a primeira capital da colônia. A preservação desse *status* implicava em nutrir argumentos de coesão nessa coletividade ostentando um desfile de palavras, verbos e frases representativas de uma exclusividade grupal. Transmitir confiança em si mesmo era um dos elementos destinados a aprimorar esse discurso ativo, de compartilhadas posições e sincrônica crença dando corpo e caráter a uma restrita gama de ações galvanizando, assim, um horizonte de interesses comuns.

No nível concreto desses interesses prevalecia também a elaboração de um discurso no sentido de respaldar a imprescindibilidade do seu papel na sociedade baiana. O pretenso sentido de patrimônio embrionário, não aquele para usufruto de toda a sociedade, mas aquele que dota de méritos especiais a um reduzido número de pessoas, será o elemento de máxima

---

<sup>73</sup> MATTOSO, op. cit., p. 276.



expressão. As expressões públicas eram requintadas de elogios e adjetivações de toda ordem e a verve se nutria com o mais reluzente da sociedade local da época. A cristalização desse processo se evidenciava nas potencialidades reveladas e certos dons e talentos característicos apenas de sua elite.<sup>74</sup>

O advento da República, embora respaldada pelo discurso renovador e de cunho independentista, não provocou na elite baiana um estado de espírito favorável à promoção e implantação da nova ordem política. O conteúdo intelectual e a sutileza da sua retórica explicitavam o modelo predominante da sua formação, essencialmente jesuítico, o qual orientava suas potencialidades para a ostentação de insígnias de status, para reafirmação de distinções pessoais e de posições de sociais.<sup>75</sup> O processo de transição política na Bahia, não motivou alterações substanciais no que diz respeito à estrutura econômica e social. Sua base produtiva se manteve inalterada e as únicas modificações manifestas foram no sentido de consolidar o poder dos proprietários de terras e sua elite.

Paralelamente, os partidos políticos não escaparam a esse novo desafio republicano, incorporando novas denominações e novos rearranjos grupais visando, desse modo, sua própria sobrevivência. Os seus interesses adquiriram a retórica republicana, independente do caráter conservador que possuía cada um deles, contrastando com o ideário da nova ordem.

Os protagonistas locais, diante dessa nova cena nacional assistiam a evolução dos fatos evitando a deflagração da discórdia e da súbita ruptura nessa fração hegemônica. Agiam subordinando os imperativos republicanos à sua restrita dinâmica social, e destarte, suas ações se orientavam no sentido de constituir uma área que, segundo Sampaio, “revelava a impermeabilidade desses organismos a quaisquer influências que não fossem aquelas dos setores econômico e social dominantes”<sup>76</sup>.

A realidade material da Bahia e as prerrogativas da sua elite não sofreram, portanto, grandes mudanças, considerando que as alterações mais visíveis manifestaram-se só na forma, enquanto referências identitárias dos partidos políticos. Estes passaram de monarquistas para republicanos sem maiores esforços transformistas no seu conteúdo, tendo seus membros

---

<sup>74</sup> LEITE, Rinaldo Nascimento. *A rainha destronada: discurso das elites sobre as grandezas e infortúnios nas primeiras décadas da Bahia republicana*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>75</sup> SANTANA, op. cit., p. 52.

<sup>76</sup> SAMPAIO, 1978, op. cit.

aderido ao novo ideário com a explícita tônica de preservar seus postos no âmbito federal e estadual.<sup>77</sup>

A equação resultante das vantagens e desvantagens de defender a Monarquia explicitava a precipitação destas últimas, perdendo espaços de influência e fraturando sua genealogia patrimonial. A mentalidade provinciana contribuiu para adensar a ideia de que os esforços empreendidos, no sentido de incorporar-se à nova ordem, seriam plenamente compensados, preservando seu protagonismo e ampliando suas margens de poder tão preponderantes durante todo o Império.

Ao irromper o novo regime, os primeiros passos dessa elite foram norteados com o intuito de resguardar seus contingentes eleitorais. Nesse terreno, se manteve o mesmo controle exercido desde o Império, descartando qualquer iniciativa para qualificar e, conseqüentemente, dar autonomia a seus eleitores. Grupos humanos que, na sua maioria, viviam imersos no universo rural e num abissal distanciamento com relação à dinâmica política do país e da sua localidade mais imediata eram chamados a votar em épocas de eleições. O seu voto, na sua maioria voto de cabresto, não alterava sua condição de subalterno e menos ainda sua ascensão na pirâmide social.

A partir de 1889, o desdobramento das circunstâncias políticas levou as lideranças locais a um estreitamento do seu horizonte de ação. Sua influência dentro das esferas do poder, embora predominante e incisiva, no findante regime acabou perdendo elasticidade e abrangência, sem, no entanto, comprometê-la no que respeita às fronteiras dos seus próprios domínios, pois se reformulou o discurso e os interesses dos proprietários de terras hospedaram-se dentro da nova ordem prevalecendo, contudo, o espírito de província. Essa habitualidade característica presente nas relações de domínio nos seus redutos eleitorais e na formação das agrupações partidárias se manteve inalterada afastando qualquer ameaça a seus privilégios.

Deste modo, o controle decisório continuou nas mãos dos mesmos protagonistas como reflexo direto de uma realidade econômico-social baseada na agricultura e nas relações escravistas. Uma sociedade caracterizada pelos esforços de sua elite em embargar decisões e iniciativas destinadas a alterar ou ameaçar o seu *status*, o que lhe conferiu uma marcada resistência a mudanças e uma realidade que se notabilizava por ser adversa à presença de novas lideranças e alimentava um tipo de conservadorismo

---

<sup>77</sup> Sobre as mudanças operadas pelos partidos políticos monarquistas e suas especificidades locais na Bahia no momento da implantação da República, ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República* – Uma política de acomodação. Salvador: Edufba, 1978.

que repele qualquer tentativa de alteração nos valores estabelecidos [...] reflexo de uma sociedade maior, como aquela estruturalmente esclerosada. Conservantismo e moderação. Moderação inibidora de decisões que possam ameaçar os privilégios da minoria dominadora.<sup>78</sup>

Conservantismo e moderação, duas condições necessárias para disseminar uma perspectiva estática e inerte do estado, nutridas a base de méritos e virtudes daqueles que comungavam interesses comuns, distante das práticas republicanas. Uma elite amparada no patrimônio privado da terra e na estrutura do poder e, declaradamente refratária às relações mais igualitárias da sociedade. Os quadros dirigentes se esmeraram em superar essa transição de regime evitando comprometer a uniformidade de posições ou por em risco seu patrimônio político no âmbito federal e estadual. Diante dessa retração representativa a nível nacional, reforçaram sua influência e poder a nível local como forma de preservar sua influência e o controle da máquina estatal.

As preocupações, no entanto, iam adquirindo outra dimensão e o Estado começava a perder, gradativamente, o protagonismo na federação, ampliando a sua propensão assimétrica perante o conjunto das unidades representativas do país. Desde o preâmbulo da República a Bahia deixara de ser a província mais eminente e leal na dinâmica centrípeta do Brasil, e apesar de desempenhar papel importante no mecanismo do poder central, a mesma se recolheu à sua territorialidade.

Como corolário desse processo, essa elite vivenciou um sentimento de aflição com relação ao poder central que começou a prescindir gradativamente das outrora valiosas e importantes contribuições baianas. Na medida em que os dirigentes locais foram protelados das decisões a nível nacional, a Bahia, segundo Santana, “tornara-se marginal”<sup>79</sup>, realidade esta que exigiu compensação dentro do seu próprio berço natal, levando ao assenhoreamento da administração do Estado.

As férteis décadas de colaboração no período Imperial nutriram nesses representantes ideias meritocráticas monopolizando, ao mesmo tempo o poder político e os partidos, estendendo para a esfera pública sua riqueza pessoal e patrimonial. Nesta linha de raciocínio desprende-se que no regime imperial as funções do Estado, segundo Sampaio, ficavam nas mãos de poucas pessoas, e na República Velha a mesma se manifestou na “elaboração de um fechado esquema ofensivo-defensivo para a conquista do poder”<sup>80</sup>. Essa duplicidade atuava como dispositivo de não consentimento à emergência de qualquer competência, individual ou

---

<sup>78</sup> SAMPAIO, 1978, op. cit., p. 12.

<sup>79</sup> SANTANA, op. cit.

<sup>80</sup> SAMPAIO, 1978, op. cit., p. 12.

coletiva, que colocasse em risco o projeto político desse grupo. Como estratégia de preservação desse espaço, elaborou-se um processo seletivo dos seus membros respaldado por honrarias e prestígios como formas de legitimação de um círculo restrito e hermético a ameaças alheias.

Desde o fim do Império, 1889, até a revolução de 1930, prevaleceu uma estrutura conducente ao fortalecimento da lógica agro-exportadora e do controle privado da propriedade da terra. A riqueza obtida a partir desse modelo econômico era destinada ao consumo supérfluo e de ostentação, explicitando uma condição social cujas qualidades prescindiam de qualquer demonstração ou competência pública.

A legitimidade social dessa elite era respaldada pelas virtudes pessoais e familiares, derivando disto prerrogativas de natureza conservadora destinadas a embargar o desenvolvimento socioeconômico local. A distribuição de oportunidades não era a fórmula mais apropriada dentro desse círculo, seu universo particular não contemplava uma paisagem horizontal e, sim, a verticalidade dos seus favores e primazias.

O processo de homogeneidade dessa elite merece destaque no sentido em que o mesmo, além dos fatores materiais supracitados, demandou a emergência de instituições que dessem legitimidade às suas ideias. Nesta perspectiva, a Faculdade de Direito teve papel vertebral no processo de socialização dessas lideranças considerando que a mesma:

[...] tornou-se a responsável pela formação de pessoas destinadas aos cargos públicos, fornecendo promotores e juizes, vereadores, deputados e senadores. A quase totalidade dos líderes políticos baianos dos anos 1930 passou pela Faculdade Livre de Direito da Bahia, onde eram objeto de um duplo aprendizado: o jurídico e o político.<sup>81</sup>

Fundada no ano de 1891, desempenhou-se como força centrípeta na sociedade da época e as transformações políticas protagonizadas a partir do fim da República Velha fizeram da Faculdade uma ativa trincheira na resistência à centralização do poder dirigido pelo Presidente Vargas. Deste modo, essa instituição transformou-se em pólo aglutinador de personalidades baianas, as quais, nas primeiras décadas do século XX, estiveram diretamente vinculadas aos centros do comando nacional.

A partir dessa privilegiada localização institucional, a elite baiana acompanhou as mudanças significativas a partir dos anos de 1930 e, principalmente, as operadas no ano de 1937. A emergência do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas, e a consequente

---

<sup>81</sup> SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 – 1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000, p. 130.

verticalização da dinâmica política e econômica, posicionou os grupos locais em confronto aberto com a nova liderança da nação.

Como mecanismo adequado de dissensão, as manifestações apelavam para a retórica jurídica, muito bem assimilada na Faculdade de Direito como forma de defender interesses comuns. Enaltecer as glórias do passado era, também, um valioso recurso para reclamar posições que esse grupo foi perdendo, gradativamente, desde o fim do Império, porém, com a implantação do Estado Novo a elite local sentiu diretamente o impacto de ser preterida das decisões políticas relativas ao destino do país.

Outro fator que demanda registro é o fato de que a essa altura do século XX o cultivo do cacau já havia alcançado seu ápice na dinâmica econômica. Em processo ascendente desde a última década do século XIX, esse produto revitalizou a decadente economia baiana, sem que isto fosse traduzido em desenvolvimento nem na reacomodação dos seus dirigentes nas suas antigas posições de influência no poder central.

Condicionado politicamente pelo Estado Novo e economicamente pelos benefícios provenientes do cacau, o discurso dessa elite foi institucionalizado a partir da Faculdade de Direito da Bahia e, posteriormente, na segunda década do século XX, reforçado graficamente pelo jornal *A Tarde*. Esse matutino fundado no ano de 1912 por Simões Filho posicionou-se como porta voz das demandas específicas desse determinado grupo ilustrando seus titulares ao sabor das disputas políticas que envolviam os seus interesses.

A partir da existência desse veículo de informação a defesa dos interesses particulares ganhou um forte aliado na disseminação de uma opinião pública impressa, não se limitando ao restrito universo dos juristas nem à eloquência ardorosa dos estudantes de Direito. Assim, adquiriu densidade e força a promoção de uma ideia positiva da Bahia e a reafirmação do status social dos seus indivíduos, assentada nas virtudes pessoais ou nas grandezas desse específico grupo, entenda-se da sua elite.

Havia um insistente ressentimento por parte dessas lideranças locais com relação à transferência do estado e da sua economia dos centros decisórios. Não havendo protagonizado nenhuma transformação significativa, a sociedade baiana e, de forma especial, seus dirigentes, concentraram suas reivindicações promovendo uma disputa simbólica contra os hegemônicos estados do centro-sul.<sup>82</sup> Esse debate despertou acalorada mobilização intelectual preconizando um lugar condigno do estado e de seus virtuosos representantes na engrenagem centralizadora da nova ordem. Se na revolução dos 30 as lideranças baianas foram preteridas pelo imperativo

---

<sup>82</sup> LEITE, 2005, op. cit.

estadonovista, a partir do ano 1933, estas demandas foram decantadas resultando na aglutinação de relevantes personalidades no agrupamento denominado de “Autonomismo”<sup>83</sup>.

O autonomismo na Bahia adquiriu, nas fronteiras do estado, efervescente protagonismo político, na medida em que seus representantes foram deslocados do centro de decisões, restando-lhes posições secundárias ou meramente coadjuvantes no tabuleiro político varguista. Esse ressentimento foi ornamentado numa retórica de defesa à terra e às suas distintas e notáveis figuras representativas, condensado na frase “A Bahia para os baianos”, que se transformou em trincheira de combate cristalizada em verve e exaltada pelo brilhantismo da intelectualidade do estado.

Argumentava-se em favor da necessidade de contemplar a Bahia nas decisões políticas e econômicas do país, recuperando aquele passado glorioso de imprescindibilidade de suas lideranças. A elaboração desse discurso persuasivo coube, primordialmente, àquela elite que se ressentia de uma crescente inquietude diante do novo regime e principalmente perante a dinâmica econômica das entidades federativas do centro-sul. O Autonomismo reunia, assim, as figuras mais expressivas da política local, ressaltando que além desse espaço, as mesmas ocupavam o espaço econômico e intelectual do estado. A maioria deles compartia ademais do sentimento de ostracismo, um berço acadêmico comum: a Faculdade de Direito da Bahia e entre os mais relevantes desse agrupamento podem-se citar os nomes de Jaime Junqueira Aires, Nestor Duarte, Nelson Carneiro, Wanderley Pinho, Luiz Vianna Filho, Antonio Balbino, Clemente Mariani, Aliomar Baleeiro, e Octavio Mangabeira, entre outros.

Para eles, a perda do prestígio econômico e, posteriormente, político, teve sua origem fora do estado e distante de suas responsabilidades. O germe motivador do dito malefício atingiu o organismo baiano a partir da implantação da República, propagou-se por toda a República Velha e corporificou-se, de forma irremediável na Revolução de 1930, como incontestáveis causas do “declínio” e dos “anos de infortúnio”<sup>84</sup>.

Destarte, essa elite autonomista deu a tônica para referenciar interesses e exprimir demandas que alimentaram o contencioso político na segunda metade da década de 40 e toda a década de 50. O processo de redemocratização de 1945 fortaleceu as articulações no sentido de institucionalizar um projeto político para um estado onde cujas lideranças:

---

<sup>83</sup> A Concentração Autonomista da Bahia surgiu nas eleições de 1933, em oposição ao Estado Novo de Getúlio Vargas e ao interventor da Bahia, o cearense Juracy Magalhães. Seu lema “A Bahia ainda é a Bahia” sintetizava o discurso reivindicatório da autonomia do estado frente ao poder centralizador de Vargas e o repúdio pelo interventor “estrangeiro”. Reunindo destacadas personalidades locais, esta corrente era liderada por Octávio Mangabeira, baiano exilado após 1930, e Governador do estado entre 1947 e 1951.

<sup>84</sup> LEITE, 2005, op. cit.

irão catalisar o debate sobre a reorganização de um partido tipicamente liberal: a UDN. [...] Figuras como Otavio Mangabeira, Nestor Duarte, Aliomar Baleeiro, Clemente Mariani e outros darão contribuições significativas à uma formulação intelectual e jurídica daquilo que seria considerado o supro-sumo do liberalismo, sintetizado na carta de 1946.<sup>85</sup>

Dotada de refinada eloquência e sofisticada linguagem, essa elite transformou essa suscetibilidade em frases de efeito, locuções pomposas ou, circunstancialmente, em expressões de esmero, mitigadoras de uma existência adversa. O corolário dessa realidade encontra-se ilustrado no eufemismo denominado “enigma baiano”, memorável frase atribuída a Octavio Mangabeira, sintetizava a inércia econômica do estado e das suas lideranças.

Intrigava-me, desde muito, o que chamei o enigma baiano: porque razão a Bahia, cujas qualidades e riquezas, em geral, tão celebradas, se mantinha, todavia, em condições de progresso indiscutivelmente inferior.<sup>86</sup>

A década dos 50 foi recebida com o epitáfio de “enigma”. Traduzido numa linguagem corrente, o presente e futuro do estado estavam sentenciados por forças alheias e estranhas a sua decadência, não havendo políticas nem políticos dispostos nem habilitados a desafiá-lo. Delegava-se, deste modo, a responsabilidade por essa paralisia a fenômenos desconhecidos, imateriais, isentado integralmente os seus dirigentes. A genialidade das ilustradas lideranças locais encontraram a terminologia mais apropriada para eclipsar o senso comum e postergar o raciocínio óbvio.

Considerando que, de modo geral, a política baiana e o controle do estado estiveram nas mãos destes grupos ou indivíduos que formavam a elite local, os mesmos transformaram o exercício do poder e, principalmente, o seu espaço identificado como o estado, em triunfos pessoais. Entendam-se esses triunfos não como o resultado de um desafio ou competição, de uma luta ou disputa entre iguais, mas como forma de usufruir vantagens ou premiações autoatribuídas.

Os títulos adquiridos, material ou simbolicamente, eram ostentados como troféus, simbolizando ornamentos pessoais amparados, não pelo resultado de uma rivalidade e competência onde deve prevalecer o mais apto, mas pela via do auto-credenciamento, nutrido por uma ilusória honraria, fama, decência, nobreza e glória. Entretanto, o triunfo maior era aquele resultante do assenhoreamento da terra, da máquina do Estado e das oportunidades,

---

<sup>85</sup> SANTANA, op. cit., p. 89.

<sup>86</sup> MANGABEIRA, O. “Um período Governamental na Bahia”. *Jornal A Tarde* 30.01.1951.

tendo como projeto político tolher o espírito público e, por conseguinte, embargar o desenvolvimento da região.



## CAPÍTULO II

### RÔMULO ALMEIDA: O HOMEM E SUAS IDEIAS

A trajetória de Rômulo Almeida, desde seus primeiros estudos até seu protagonismo na política nacional e estadual, reflete os diversos caminhos trilhados por ele na busca por uma identidade como economista e com um projeto político de cunho nacionalista. Embora, declaradamente antivarguista, durante o Estado Novo, nas duas décadas seguintes trabalhou de forma convicta no projeto governamental, que teve Getúlio Vargas, como referência dorsal nos rumos da política desenvolvimentista do Brasil.

Sua formação na cidade de Salvador como bacharel em Direito, não trouxe o sucesso profissional almejado nem a tranquilidade econômica esperada. As atividades no âmbito da advocacia não eram muito prometedoras em função das próprias limitações da economia local e, por consequência, nos próprios negócios. Destarte, Rômulo Almeida, recém formado como bacharel em Direito, sintetizou seu estado de espírito diante das limitadas chances fora da faculdade “Sai me sentindo inteiramente desamparado”<sup>87</sup>.

Na década dos 30, a Bahia não oferecia possibilidades de trabalho, menos ainda de poder exercer uma profissão de relevância que garantisse sossego. A decadência já era uma realidade angustiante, e os filhos da terra abandonavam o estado em busca de melhores horizontes. Nessa época, o estado de Rio de Janeiro era o destino mais promissor para os jovens recém formados, que migravam rumo à capital do país em busca de uma posição mais digna e materialmente mais estável.

Foi através do contato com a linguagem das estatísticas que Rômulo adquiriu inclinação para as questões de cunho econômico, marcando de forma decisiva sua vida como homem público. Sua passagem pelo estado do Acre consolidou sua convicção referente à necessidade de condensar as análises sociais com os estudos econômicos, dando um perfil mais humanístico aos dados e amostras quantitativas.

De volta ao Rio de Janeiro, Almeida teve a oportunidade de ser apresentado a uma personalidade relevante do âmbito jurídico e econômico, o economista Santiago Dantas, fato que permitiu o ingresso deste baiano nas esferas do poder central de forma definitiva. O corolário desse encontro permitiu o ingresso de Rômulo na Assessoria Econômica no segundo

---

<sup>87</sup>ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 29.

governo de Getúlio Vargas, cujo protagonismo nesse restrito círculo o colocou no centro dos debates sobre industrialização e planejamento, consagrando-o como economista de prestígio.

Referendado no âmbito nacional, este economista foi convidado pelo recém eleito Governador da Bahia, Antonio Balbino, para participar no seu governo e implantar um programa de planejamento da economia estadual. Balbino delegou-lhe a Secretaria da Fazenda e a direção da CPE, como instrumentos institucionais importantíssimos para a implantação da política destinada a planejar o desenvolvimento econômico da Bahia e modificar o reclamado e “enigmático” atraso do estado.

## 2.1. Estudos e Formação na Bahia

Filho de Eduardo de Souza Almeida e Almerinda Barreto de Almeida, Rômulo nasceu na cidade de Salvador, no bairro da Lapinha, na Rua do Queimado, no dia 18 de agosto de 1914. Seu pai, Eduardo, em relatos escritos<sup>88</sup> sobre o nascimento do primogênito, o descreve como filho prematuro, o qual,

Era esperado alguns dias depois, mas a patroa movimentava-se bastante, as arrumações da mudança concorreram para adiantar a viagem da cegonha. Uma parteira diplomada assistio, não lembro-me do seu nome, mas tudo correu muito bem, o pimpolho bem disposto, a paciente também.<sup>89</sup>

Passado o momento dos primeiros cuidados, foi necessário dar um nome, sendo ele o primeiro filho homem, seu nome mereceu declarado senso de história, de grandeza imperial, de momento alegre e ímpar. A data do seu nascimento coincidiu, também, com o dia de uma santa católica, acrescentando-o ao nome do recém nascido. O episódio requeria certa solenidade e uma vez

Escolhido o nome do fundador de Roma, arquitetei que o nacíturno chamar-se-ia Rômulo Joaquim da Santa Clara (o dia era também de Santa Clara) Barreto de Souza e Almeida, nome de príncipe, gongorismo inventado pela satisfação do evento feliz de contentamento e alegria, nem só para nós, mas para todos os parentes. Os avôs maternos seriam os padrinhos.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> Estes relatos encontram-se reunidos no livro intitulado “Memórias de um Pária” de Eduardo de Souza Almeida, pai de Rômulo, escritos entre os anos de 1961 e 1962 e publicados recentemente pelos seus filhos e familiares. Contém valiosos registros sobre Santo Antônio de Jesus, Salvador e outros lugares por onde o autor viajou, comportando um período que abrange os anos de 1889 até 1970, ano do seu falecimento. ALMEIDA, Eduardo de Souza. *Memórias de um Pária*. Salvador: Adipro, 2006.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

As atividades do seu pai Eduardo, comerciante de poucos recursos, motivo que o levou a conviver com uma vida itinerante, o trouxeram até a cidade de Salvador, em busca de melhores condições de vida. Embora natural do município de Santo Antônio de Jesus, sua estada na capital da Bahia coincidiu com a chegada do primogênito, fato que o próprio Rômulo descreve como “uma circunstância”<sup>91</sup>. A família cresceu e, posteriormente, nasceram mais sete filhos, os quais compartilharam o universo lúdico do lugar e da própria idade.

A fase correspondente à sua infância e aos primeiros anos de estudos transcorreu imerso no cotidiano da cidade de Santo Antônio, município este que foi um dos primeiros do estado da Bahia a aderir à República.<sup>92</sup> O município de Santo Antônio, naquela época, era um centro que atraía muita gente e uma vida muito ativa, motivada pelas tropas de burros que traziam suas cargas e produtos diversos até o lugar, mas, o que lhe dava uma importância ímpar ao lugar, era o fato de desfrutar da denominação de “ponta de trilho”.

A Estrada de Ferro Nazaré chegava até Santo Antônio, atraindo para a localidade, não só a dinâmica comercial e seus benefícios, mas, também, pessoas de diversos lugares, que chegavam ou que partiam com destino a outros lugares, trazendo consigo ideias novas para a pacata cidade.

Ali era um ponto terminal da estrada de ferro que principalmente era um centro do comércio de café, de fumo e de toda importação de produtos para o interior. Isto fez com que se reunisse uma classe média mais cultivada, gente mais dinâmica, intelectualmente mais viva, determinando uma maior consciência cívica, uma maior presença no mundo.<sup>93</sup>

Posteriormente, a cidade perdeu essa condição de ponta de trilho para a cidade de Amargosa. Acresce-se a esta mudança a deflagração da primeira guerra mundial que afetou diretamente a cultura do café e do fumo, dois produtos que contribuíram para a vitalidade econômica da localidade e que entrou em decadência, processo de estagnação econômica que atingiu o próprio estado da Bahia nesse período.

Sendo o mais velho dos oito irmãos, teve influência marcante do seu pai como estímulo permanente para a leitura. Desde cedo, sua infância foi dividida entre as brincadeiras e a leitura dos jornais que seu genitor lhe dava para ler. Esse exercício cotidiano contribuiu para despertar o hábito pela leitura e se familiarizar com os nomes que preenchiam as páginas

---

<sup>91</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 13.

<sup>92</sup> Este fato é descrito com toda riqueza de detalhes pelo pai de Rômulo em ALMEIDA, 2006, op. cit.; pelo próprio Rômulo, em ALMEIDA, 1986, op. cit.; e pelo Aristeu Souza, primo de Rômulo, em SOUZA, Aristeu. *A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida*. Rio de Janeiro: A. Souza, 2006.

<sup>93</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 16.

dos noticiários, “porque meu pai me fazia ler o jornal com ele e meu pai me motivava muito”<sup>94</sup>.

A contradição de viver integralmente sua vida de menino, com as brincadeiras próprias da idade, e os esforços dos pais para lhe oferecer uma criação diferenciada, nem sempre chegaram a bom destino, principalmente quando o menino Rômulo já entrava na puberdade e começava a expressar traços da sua personalidade. Revelava-se contra a escola e as disciplinas, assim como com o rigor do pai para com os seus estudos e com o controle deste à hora de jogar bola com os seus colegas.

Dotada de sensibilidade e prática religiosa, sua mãe frequentava as missas e levava junto com ela o seu filho mais velho alimentando o desejo de vê-lo no posto de sacristão. Embora essa ideia a cativava e provocava nela esperança e alegria, não impediu que seu filho manifestasse desapego pela religião e perdendo o fervor “até que, aos 13 anos, entrei numa vida do mais absoluto ateísmo”<sup>95</sup>.

Os seus anos de escola primária transcorreram no sossego da cidade de Santo Antônio, onde permaneceu até os dez anos de idade. Após essa fase, no ano de 1925, mudou-se para a cidade de Salvador para estudar no Ginásio Ipiranga, dirigido pelo seu primo, professor Isaías Alves<sup>96</sup>, o qual, acionando pelo parentesco, contribui com uma bolsa parcial para os estudos de Rômulo no Ginásio e o restante das suas necessidades econômicas foi coberto pelo próprio pai.

Fez o curso ginasial, cujo período coincidiu com a reforma educacional Rocha Vaz<sup>97</sup>. Assim, seu sexto ano de ginásio realizou-se em paralelo com o ingresso à faculdade condensando, portanto, o último ano ginasial e o primeiro ano do curso de Direito, ocasião que privilegiou nova mudança no currículo universitário, abreviando de quatro, para apenas três anos de estudos, fato que o jovem estudante lamentou alegando que foi

[...] vítima de uma reforma de ensino que confundia o currículo. Em consequência, o currículo foi abreviado para aquela série ou duas turmas para quatro anos. [...] De maneira que eu me formei com 19 anos e considerando-me absolutamente incompetente, incapaz e sem ninguém acreditar e sem eu ter nenhum padrinho para me arranjar emprego numa época de crise.<sup>98</sup>

<sup>94</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 18.

<sup>95</sup> SOUZA, op. cit., p. 28.

<sup>96</sup> Sobre Isaías Alves ver: SILVA, Vanessa Magalhães da. *No embalo das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950)*. 2010. 256 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

<sup>97</sup> Reforma instituída no ano de 1925, que reduziu o curso ginasial de seis para cinco anos, introduzindo o ensino seriado como forma de preparar o aluno para a vida e não para o ensino superior.

<sup>98</sup> ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo de Almeida (Entrevista 25 de julho, 1984)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/Petrobrás, 1984, p. 2.

Nesse interregno, entre o fim do curso ginásial e o início de sua carreira como bacharel em Direito, morou com seus tios Eulina e Teotônio, na Ladeira da Soledade, ajudando nas horas vagas dos estudos seu tio, irmão mais moço do seu pai Eduardo, nas lojas “Camisaria Prudente” e na “Loja do Povo”, localizadas na Baixa dos Sapateiros. Compartilhava seu cotidiano com os oito filhos do casal, permanecendo nessa localidade até o ano de 1933, ano da sua formatura na faculdade e posterior mudança para o Rio de Janeiro.

A opção pelo curso de Direito mereceu, entretanto, certa ponderação, considerando que o universo jurídico não foi o seu principal estímulo acadêmico. Sua motivação inicial era fazer um curso de Engenharia, embora ele já tivesse certa inclinação pelas questões de ordem geral e de assuntos vinculados à política, temas que, em certa medida, eram fruto dos debates promovidos no grêmio do Ginásio Ipiranga pelo seu tio e Diretor Isaías Alves, e pela própria conjuntura nacional.

Ainda nessa fase ginásial, Rômulo despertou seu interesse para a ciência econômica, ainda desconhecida e de inexistente oferta nos cursos universitários ou técnicos do estado. Um dos professores que teve no sexto ano, Herbert Parente Fortes<sup>99</sup>, preocupava-se em ensinar Sociologia, relacionando-a com dados estatísticos e em perspectiva econômica ampliando o horizonte da análise social. Estimulado pelo professor Parente para elaborar trabalhos nessa linha, conheceu o Departamento de Estatística e Bem-Estar Público e o seu diretor, o Dr. Mario Ferreira Barbosa. Iniciou-se, assim, sua simpatia pela economia sem, no entanto, considerá-la como opção profissional. Apesar da sedução inicial, Rômulo continuou focando seus estudos na área das Ciências Sociais e na Educação, porém, “continuava interessado pelos assuntos econômicos, como algo que ajudava a formação de um homem público”<sup>100</sup>.

Destarte, o ingresso na Faculdade de Direito da Bahia deu-se muito mais pela facilidade do curso do que por uma opção convicta do candidato. Na sua avaliação o curso de Engenharia demandava tempo e dinheiro, tornando-o praticamente inviável para sua realidade. O estudo das leis, embora fosse bastante exigente com relação à frequência, oferecia certa facilidade para quem tinha uma sólida base, além disso, prevalecia o critério da sobrevivência posto que o mesmo, nas palavras de Souza, “lhe facilitava assisti-lo, e ter uma atividade extracurricular, trabalhando, porque Rômulo começou a trabalhar com 16 anos”<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup> Herbert Parente Fortes, piauiense, professor de português, médico, católico e membro da Ação Integralista.

<sup>100</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 21.

<sup>101</sup> SOUZA, op. cit.

O universo acadêmico contribuiu para acrescentar novas ideias e tomar decididas posições ao sabor das circunstâncias. Entre os professores que contribuíram para influenciar Rômulo, dando uma perspectiva do Direito mais abrangente e menos mecânica, no que diz respeito ao Código Civil e Penal, foram o Professor de Direito Penal, Aloísio de Carvalho Filho e o professor de Direito Público Internacional, Bernardino de Souza.

O professor Carvalho Filho ensinava Direito Penal, porém, não como uma ciência meramente jurídica, limitada a um conjunto de leis condenatórias. Esse docente preocupava-se em oferecer aos seus alunos uma visão do Direito atrelado à Sociologia e à Psicologia, dando elementos para entender o direito com base na formação social e comportamental brasileira, acrescentando os diversos posicionamentos sobre cada tema em questão provocando o aluno para “raciocinar e tomar posição. Quer dizer abria muito a capacidade crítica do aluno”<sup>102</sup>.

Bernardino Souza, Diretor da Faculdade de Direito e professor de Direito Público Internacional, embora considerado por Almeida como razoável, fosse, porém, muito rígido na disciplina, mas, bastante eficiente como administrador. No decorrer das suas aulas, Rômulo fez um trabalho sobre a Doutrina Monroe, temática responsável pela expansão da sua perspectiva jurídica além fronteiras, descortinando a engrenagem da política internacional dos Estados Unidos com relação ao mundo e, principalmente, sua política destinada ao continente.

A agitada primeira metade da década dos 30 era palco propício para o envolvimento político dos estudantes universitários e secundários fazendo com que, a distinção entre interesses acadêmicos e a atividade política se transformasse em tênue fronteira. A passagem de Rômulo pela faculdade não ficou alheia a estas circunstâncias e, desde seu ingresso, participou ativamente na intensa e efervescente política estudantil.

No âmbito da faculdade, existiam grupos de diversas tendências políticas, os quais iam desde integralistas, comunistas, liberais até juracisistas. Embora os dois primeiros não gozassem de número significativo de simpatizantes, o debate gravitava entre estes dois últimos, representativos, portanto, da política do estado.

Ainda quando eu estava aqui na Bahia, já havia pequenos movimentos estudantis, integralistas, que me parece, começou em 32. [...] Os comunistas não tinham mais força. Porém, naquele momento, a maior parte dos estudantes era dividida entre liberais, que eram “autonomistas”, e cujo líder maior Antonio Viana Dias da Silva (morreu há cerca de três anos, morava em Ilhéus, médico, pai do hoje deputado Jorge Viana), e os juracisistas, aqueles que eram remanescentes dos estudantes que foram pela revolução de 30 e ficaram com Juracy<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 27.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 29.

As discussões entre os defensores deste ou de outro seguimento nos corredores da faculdade alimentaram a premência de centrar os debates de modo institucionalmente coordenado. Constituiu-se, assim, a AUB - Associação Universitária da Bahia, e que apesar de conter o nome de universidade na sua denominação, a mesma surge antes de existir uma instituição superior no estado. Pólo fundamental de contendas políticas preservou, no entanto, seu papel de representação estudantil incluindo, entre as suas bandeiras, a criação da Universidade da Bahia, assim como, a União Nacional dos Estudantes. Sendo a AUB Instituída no ano de 1932, Rômulo foi

Um dos fundadores [...] e diretor, 1931-34, teve intensa participação na política estudantil e na ebulição política da Revolução de 1930, tendo sido preso em 1932 como adepto da Revolução Constitucionalista de São Paulo, juntamente com inúmeros outros estudantes, [...].<sup>104</sup>

A importância que a dita agrupação teve, propiciaram tentativas de ingerências por parte do governador da época, o interventor Juracy Magalhães, oferecendo recursos e uma residência para abrigar a casa do estudante, buscando com isto, instrumentalizar politicamente a AUB. As recusas para as ofertas do interventor se justificavam.

Porque eu era contra o governo federal, era contra Getúlio, naquela ocasião. Eu participei aqui na Bahia, com os estudantes que em 32, fizeram um movimento de solidariedade à Revolução Paulista [...]. E nessa Associação Universitária, eu me coloquei, juntamente com vários companheiros que eram contra o governo, numa posição de evitar o choque político dentro da associação. Mas, por outro lado, o Capitão Juracy queria realmente oferecer coisas, [...] desde que a gente abrisse uma política de apoio a ele.<sup>105</sup>

Contudo, o ponto de maior atrito entre Rômulo e o governador Juracy não esteve atrelado de forma direta às propostas destinadas aos membros da AUB, mas com a sua passagem como repórter no jornal *Estado da Bahia*, que tinha como redator chefe Pinto de Aguiar e como diretor Aliomar Baleeiro<sup>106</sup>. O neófito repórter decidiu, por conta própria, entrevistar o governador, sem a autorização prévia dos seus superiores correndo as suas relações com o chefe do governo e com a direção do Jornal.

<sup>104</sup> ALMEIDA, Aristeu Barreto de. *Rômulo Almeida*. O Construtor de Sonhos. Salvador: Comecon, 1995, p. 8.

<sup>105</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 3.

<sup>106</sup> Aliomar Baleeiro, baiano, nasceu no ano de 1905, elegeu-se candidato constituinte em 1946 e deputado Federal pela Bahia entre 1946 e 1959. Candidatou-se pelo estado da Guanabara entre os anos 1963 e 1965, além de desempenhar-se como Ministro do Superior Tribunal Federal – STF entre os anos de 1965 e 1975. Foi um dos fundadores da UDN na Bahia e visceral crítico do governo Vargas, formando o grupo de oposição denominado pela imprensa “Banda de música” da UDN. Faleceu no ano de 1978. CPDOC/ FGV.

Nessa entrevista, o interventor Magalhães verbalizou certos agravos contra um dos companheiros da AUB<sup>107</sup>, reconhecido pelas suas posições radicais contra a figura do governador, todavia, respeitado dentro da Associação. As encolerizadas palavras do entrevistado detonaram respostas ainda mais exaltadas por parte do repórter, resultando na expulsão deste último pelo governador e, ato seguido, despedido do jornal.

O inconveniente marcou o primeiro desencontro com duas figuras políticas que, anos depois, se fizeram presentes na vida pública do economista Almeida e com quem ele se relacionaria ora de forma tensa ora pautado em conveniências políticas recíprocas. Deixou, inclusive, inesquecível lição: “Os jornais têm suas regras, colocam jornalistas mais credenciados, [...] mais convenientes, para contatos com o governo”<sup>108</sup>. Acresce-se a isto, as três vezes que Rômulo esteve preso durante o governo do interventor do Ceará. A primeira delas no ano de 1932, relacionada com a defesa da revolução paulista e, as outras duas, foram em 1933 e 1934, respectivamente, como resultado das manifestações dos estudantes da época.

Nesse período, o estudante de Direito aventurou os primeiros passos no terreno ideológico. Tinha um conceito de nacionalismo fruto de sua formação no ginásio, sob a influência do Integralismo de Isaías Alves, com uma preparação cívica importante, o que permitiu cultivar e concentrar sua atenção ao âmbito soberano. Era um nacionalista que acreditava que o negócio era Brasil, adicionava, porém que “o negócio era fazer o Brasil ir pra frente”<sup>109</sup>.

Em reforço a esses fatores e motivado pelas inquietações sociais foi, também, sensibilizado pelo socialismo. A partir das leituras de José Ingenieros<sup>110</sup> inclinou-se para as ideias socialistas descartando, entretanto, o discurso de cunho internacionalista que guardava algumas diferenças com o seu nacionalismo. O caráter mais equitativo das oportunidades que o ideário socialista pregava e o “sentido da distribuição de oportunidades iguais e da participação do povo”<sup>111</sup> aprimoraram sua convicção. Nesse trânsito, em busca de uma identidade ideológica, Rômulo tinha uma certeza que assumia com anúncio firme e inalienável deixando explícito que

O certo é que eu não fazia parte do Partido Comunista porque repudiava, pela minha formação, o internacionalismo. Quer dizer, me parecia falso [...]. Eu achava que o

---

<sup>107</sup> Antonio Viana Dias da Silva, líder do grupo dos estudantes “autonomistas” e opositor declarado do governador Juracy.

<sup>108</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 32.

<sup>109</sup> SOUZA, 2006, op. cit., p. 45.

<sup>110</sup> José Ingenieros (1877 – 1925). Escritor e professor argentino, médico especializado em psiquiatria e o último representante do positivismo argentino.

<sup>111</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 25.



que era válido no negócio da Internacional era a idéia do imperialismo. [...], a lógica do imperialismo indicava o nacionalismo dos países dependentes.<sup>112</sup>

Não obstante a robustez de suas afirmações, ele se confrontava com as suas próprias incoerências e fluidez ideológica. Destarte, na medida em que suas ideias somavam força e identidade, eclipsavam também seu horizonte deixando-o perplexo e hesitante ao ponto de afirmar que “estava numa confusão danada”<sup>113</sup>.

A irregularidade nos seus postulados e ideias fez parte da bagagem que o baiano Rômulo levou na sua viagem rumo ao estado do Rio de Janeiro, capital do país que o seduzia. Primeiro, pelo fascínio da sua vida cultural e política; segundo, pelas oportunidades que oferecia, já que a decadência econômica da Bahia comprometia qualquer perspectiva de futuro econômico, principalmente para um advogado recém formado, que não estava disposto a desperdiçar sua graduação em Direito no limitado e parco mercado local de oportunidades. A realidade adversa do estado não era a única motivação para o bacharel Almeida mudar de localidade, outros fatores pesavam como agravantes e vigoraram a sua decisão:

A razão é a seguinte: desemprego na província. Falta de oportunidades intelectuais também. Mas sobretudo desemprego. No meu caso por exemplo, eu era adversário do governo estadual, era de família muito pobre, não tinha a menor chance de ter emprego, seja no setor privado seja no setor público.<sup>114</sup>

Inicialmente o Rio de Janeiro não lhe ofereceu respaldo econômico imediato nem tampouco pode contar com a ajuda dos seus pais, pois os mesmos careciam de recursos para enviar e cobrir suas despesas. Embora chegasse só com uma apresentação do seu professor, Nestor Duarte, na Faculdade de Direito para o Prof. Marques dos Reis, à época, presidente do Banco do Brasil, não fez uso da dita credencial e decidiu acomodar-se na casa do tio materno, industriário da área de calçados, Alcebíades Barreto, personagem que segundo Souza foi “meu verdadeiro sustentáculo, uma figura admirável”<sup>115</sup>.

No seu empenho em dar corpo às suas inquietações políticas e à consolidação das suas prematuras ideias, encontrou personagens e agremiações que despontaram, circunstancialmente, como hospedeiros e, posteriormente, como pólos de influência e irradiação. Ainda sem emprego e desorientado na cidade prometedora, Rômulo se aproximou, inicialmente, do pessoal da esquerda e, posteriormente, do integralismo.

<sup>112</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 4.

<sup>113</sup> Ibidem.

<sup>114</sup> ALMEIDA. Rômulo, *Rômulo de Almeida* (depoimento, 13 de abril, 1988). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/Petrobrás, 1988, p. 3.

<sup>115</sup> SOUZA, op. cit. 53.

Rômulo frequentou algumas reuniões da Aliança Nacional Libertadora - ANL<sup>116</sup>, cujos discursos e proposições colidiram com a sua formação, com as suas posições nacionalistas e com o senso de tradição cultivado a partir de suas origens no interior baiano. Suas divergências restringiam-se, principalmente, à perspectiva antinacionalista que dominava a oratória dessa agrupação, impregnada de cosmopolitismo e de realidade europeia, provocando no novato uma sensação de irrealismo, de alienação e de inadaptação à realidade brasileira. Não foram, entretanto, os predicados de ordem política que o desiludiram e o afastaram da Aliança, mas um fato protagonizado no Sindicato dos Bancários por uma mulher que fez

[...] um grande discurso sobre o amor livre que naquele tempo era um escândalo, que eu até não era contra, veja bem, mas de uma forma desabrida, algo acanhada. Ela acabava levando as mãos entre as pernas e exclamava, ‘como se a honra estivesse aqui’. Aquilo me marcou. Quando eu pensei nas minhas irmãs, naquele pessoal do interior daqui da Bahia, concluía comigo ‘esse pessoal está alucinado’.<sup>117</sup>

Essa experiência se chocava com os seus valores familiares e com a sua educação formal, tanto na cidade de Salvador como no município de Santo Antônio de Jesus, no interior baiano. Revelavam, por outro lado, seu caráter conservador, fruto da influência católica da sua mãe, assim como, a estrita interpretação da realidade a partir dos códigos civil e penal que municiaram a sua fase de estudante de Direito. Consternado diante da perplexidade dos fatos, ainda encontrou, nesse intervalo de tempo, algumas pessoas que professavam outras ideias e integravam agrupações de diversos matizes ideológicos. Entre estes, se encontravam representantes do Centro Dom Vital, de orientação católica, além de alguns sujeitos que faziam parte da corrente integralista cujo líder era Plínio Salgado<sup>118</sup>.

Nessa corrente de orientação fascista militavam figuras como o baiano Alberto Guerreiro Ramos e outras como Santiago Dantas, Thiers Martins Moreira, o padre Helder Câmara, o tenente Jeová Mota, além de um grupo de pessoas de São Paulo, como Ronald Corbusier, Luiz Faia, Ernani da Silva Bruno e Luis Almeida Sales, entre outros.<sup>119</sup> Tendo

<sup>116</sup> A Aliança Nacional Libertadora – ALN – Fação do Partido Comunista, teve como presidente honorário a Luis Carlos Prestes, que na década dos 20 do século XX liderou a revolta tenentista, escapando pelo interior do país das tropas do exército durante dois anos e meio.

<sup>117</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 35.

<sup>118</sup> Plínio Salgado, autor do livro “O Estrangeiro” e líder do movimento integralista, o qual estava inspirado no fascismo europeu, caracterizava-se pelo uso das camisas de cor verde e um virulento combate contra os militantes da esquerda.

<sup>119</sup> Alberto Guerreiro Ramos, baiano, nasceu em 13 de setembro de 1915, militante do movimento Integralista, trabalhou com Isaías Alves, primo de Rômulo e tornou-se técnico do DASP em 1943. O padre Helder Câmara, nasceu em Fortaleza, Ceará, a partir de 1932 ingressa na Ação Integralista Brasileira (AIB), tornando-se, membro ativo do integralismo no seu estado, em 1940 participa na fundação e organização de importantes movimentos Católicos como a Ação Católica, a Juventude Operária (JOC) e a Juventude Universitária Católica

como elemento de coesão a Sociedade Alberto Torres, reuniam-se nesse espaço para discutir as questões da sociedade brasileira, sua organização e os diversos estudos derivados dessa problemática divulgando, ao mesmo tempo, a obra daquele que prestava o nome à própria sociedade.

Nessa busca de rumos, Rômulo se inscreve nas fileiras do integralismo, grupo que ele combatia à época em que se encontrava estudando Direito na Bahia e que, no estado do Rio, o seduziu fortemente. Os contatos e as reuniões das quais participava provocaram no jovem baiano forte influência levando-o, no ano de 1935, a oficializar o seu ingresso no partido integralista.

Aí, eles me induziram a fazer aventura de uma inscrição no integralismo dentro de uma linha sindical Boitatá. Boitatá que era a linha nacionalista, sindical nacionalista, muito ligada às origens, quer dizer, gente que vinha sobretudo de influência da Semana de Arte Moderna [...].<sup>120</sup>

Embora sua opção pela corrente mais nacionalista, Almeida se aproximou também de duas outras tendências que conviviam dentro do integralismo. Uma dessas alas era a denominada de Maritain, como referência ao filósofo francês Jacques Maritain, mais pró-católico, do qual fazia parte o Guerreiro Ramos; a outra, orientada por uma república sindicalista, além do entusiasmo nacionalista, se identificava pelo nome de Boitatá, tinha figuras como Helder Câmara e Jeová Mota e pelo seu caráter nacionalista despertou em Rômulo maior identidade.

Referenciada nos moldes fascistas italianos e alemães, a milícia integralista se caracterizava visualmente pelo uso das suas camisas verdes, seus desfiles, organizados com expressa uniformidade castrense e suas declaradas e violentas manifestações de rua contra militantes de esquerda. Não obstante sua simpatia e encantamento pelo grupo “Boitatá”, o novo membro integralista Rômulo Almeida, passou “dois anos nesse negócio, que foi uma experiência bastante interessante, mas sempre em grande conflito do nosso grupo todo com o negocio da milícia”<sup>121</sup>.

---

(JUC), participa da fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Faleceu em Recife em 27 de Agosto de 1999. Jeová Mota, político cearense, a partir de 1934 ocupou importantes cargos na estrutura Nacional do partido integralista do no Rio de Janeiro, foi uma dos chefes do Integralismo no Ceará preocupado em fusionar as ideias tenentistas com o discurso católico. San Thiago Dantas, Thiers Mrtins, Rolando Corbusier, Ernani da Silva Bruno, Luis Faia e Luis Almeida Salles participaram ativamente do Integralismo com forte influencia do catolicismo, desde as suas primeiras assembleias que deram origem à Sociedade de Estudos Políticos (SEP) embrião da Aliança Integralista Brasileira (AIB).

<sup>120</sup> ALMEIDA, 1984, op. cit., p. 5.

<sup>121</sup> Ibidem.

O conflito citado referia-se às próprias inquietações que povoavam o espírito do jovem baiano na primeira metade da década dos 30, e que o levaram a se aproximar de correntes políticas diametralmente opostas. Nessa linha de raciocínio, merecem registro esses primeiros anos, posteriores à crise econômica mundial, em que o Brasil presenciava manifestações de duas correntes claramente definidas, o Integralismo e a Aliança Nacional Libertadora. De um lado, os integralistas, diante da falta de perspectivas provocada pela grande depressão econômica, pregavam como saída o uso de métodos mais radicais e extremos, bem ao estilo da direita europeia.

Fazendo o contraponto, os adeptos da ALN, defendiam saídas de cunho mais nacionalista, apelando para a nacionalização de empresas, o cancelamento da dívida externa e o fim do latifúndio. A realidade mundial disseminava perplexidade política em muitos países, nesse particular o Brasil e, de forma específica, a cidade do Rio de Janeiro, nutriam fértil confronto de ideias contribuindo, assim, para a emergência de grupos dispostos a debater a realidade nacional. Destarte, assevera-se que esses anos foram abrindo espaço para uma polarização política, superando as motivações da revolução de 30 e trazendo novas demandas e novas formas de organização política.

As influências externas foram inevitáveis, adaptaram-se os discursos e a retórica nutria-se de reclamos locais, buscando superar os embaraços estruturais e propondo alternativas. A conjuntura expandiu fértil horizonte para o debate, assim como para o surgimento de novas plataformas, colocando duas forças políticas em confronto, a Aliança Nacional Libertadora e o Integralismo, as quais, em virtude da realidade:

[...] constituíam os primeiros movimentos políticos nacionais de aguda orientação ideológica. Os componentes da descosida Aliança Liberal, que haviam feito a revolução de 30, não passavam de políticos locais, unidos apenas pelo desejo comum de derrubar a estreita elite governante da República Velha. Agora, tinham sido eclipsados por movimentos nacionais mais ambiciosos, mais disciplinados, de bases mais amplas e mais radicais.<sup>122</sup>

A efervescência e polarização ideológica que emolduraram esse período foram interrompidas com a imposição do Estado Novo lideradas por Getúlio Vargas. Frustraram-se, também, os planos de escolher um candidato integralista nas eleições de 1937, de cunho mais intelectual e nacionalista, provocando um afastamento dos “boitatás” das fileiras integralistas passando, posteriormente, a fazer um trabalho de agitação política contra o Estado Novo o que resultou na prisão de Rômulo e do seu grupo.

---

<sup>122</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 41-42.

Após a prisão, sua permanência no Rio tornou-se insuportável, voltando à Bahia onde seus primos, Landolfo Alves e Isaías Alves, eram Governador e Secretário de Educação, respectivamente. Reconhecendo que o ambiente no estado lhe era familiarmente favorável, não impediu a recusa dos convites para participar do governo, limitando-se a participar na formação de um Departamento de Cultura para o Estado e trabalhando de auxiliar de advogado num escritório de um velho colega de Faculdade.

O interregno entre a prisão no Rio de Janeiro e sua estada na Bahia proporcionou um clima adequado para meditar sobre algumas ideias e posições defendidas com veemência. Distanciando-se dos fatos e confrontado as vicissitudes, viu-se na contingência de submeter à apreciação suas convicções integralistas, as quais foram merecedoras de grande estima, mas, após a implantação da nova ordem política, lhe pareceram fortemente vulneráveis além de hostis.

Embora ainda não tivesse conhecimento dos excessos dos regimes fascistas, Rômulo via a disciplina e as milícias organizadas como sério agravante para instituir um governo nos moldes almejados pelo integralismo. Havia uma incoerência entre o que ele pensava ser um partido nacionalista e a realidade de uma estrutura paramilitar disposta e preparada ao confronto com seus detratores. Ao analisar o fascismo e seu papel como dispositivo político no contexto europeu, sua emergência parecia facilmente compreensível, assim como seu caráter nacionalista e o seu avançado processo de militarização. Todavia, a realidade brasileira estava longe de assimilar um sistema semelhante, devido às suas circunstâncias internas e à própria dinâmica política do país.

O processo de amadurecimento levou Almeida a uma séria autocrítica e a uma mudança de posição com relação ao sistema mais apropriado para a nação e para a sua população. O fascismo, enquanto modelo político de governo representava para ele um malogro e derivava, portanto, em “um equívoco total”<sup>123</sup>, arvorando, como consequência, uma pertinaz defesa e lealdade aos valores democráticos “ainda que a democracia tivesse ineficiências no sentido de retardar, com longas discussões e agitações, muitas decisões”<sup>124</sup>.

De volta ao Rio, em função das próprias limitações no seu estado de origem, Rômulo contactou, em 1940, com Mario Augusto Teixeira de Freitas<sup>125</sup>, um dos antigos membros da Sociedade Alberto Torres e Secretário geral do IBGE, que lhe ofereceu a possibilidade de

---

<sup>123</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 38.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

<sup>125</sup> Mario Augusto Pereira de Freitas, (31 de março de 1890 – 22 de fevereiro de 1956), baiano de São Francisco do Conde, no ano de 1934 cria o Instituto Nacional de Estatística utilizando o plano de cooperação interadministrativa entre as três áreas governamentais – federal, estadual e municipal incorporando, a partir de 1938, oficialmente, o nome de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

trabalhar no censo no Acre. Pesaram na sua decisão fato de estar desempregado e sem perspectivas concretas, seu desejo de conhecer a realidade amazônica além da conveniência de se afastar da capital em decorrência de uma condenação de dez anos, que restringia sensivelmente as suas chances de emprego devido à perda dos seus direitos e ao impedimento legal de ser funcionário público.

A relação de amizade com Teixeira prevaleceu sobre o condicionamento jurídico dessa condenação, abrindo as portas do IBGE para o seu antigo correligionário da corrente albertiana. A permanência no Acre durou um ano e meio e, nesse período, dedicou-se a fazer o recenseamento de 1940, sendo também Diretor seccional de Planejamento do recenseamento, em Rio Branco, além de Diretor do Departamento de estatística. No final do ano de 1942 foi representante do Território do Acre na Conferência Nacional de Educação onde conheceu o Ministro Gustavo Capanema<sup>126</sup> e outra figura que marcaria sua trajetória de forma substantiva, o advogado San Thiago Dantas<sup>127</sup>:

[...] a maior figura que eu conheci com inteligência e saber, [...] me chamou para trabalhar no escritório dele, de advocacia. Eu não queria ser advogado, mas acontece que o escritório dele era uma coisa mais ampla, muito mais aberta, de consultoria empresarial e muito mais de formulação e criatividade que de contencioso. [...] trabalhei três anos e meio com ele, aprendi muito, mas no momento em que podia fazer uma vida de grande sucesso profissional e financeiro, eu tive uma oportunidade como economista, fiz um concursozinho e fui ser economista trabalhando e ganhando muito menos.<sup>128</sup>

Durante esse período no escritório de Dantas, Rômulo dedicou-se, embora de forma autodidata, ao estudo sistemático dos assuntos econômicos com o intuito de profissionalizar-se como economista. Acresce-se a isso, que a legislação em vigor, à época, contemplava a possibilidade de se registrar como economista mediante publicação de artigos, somados a uma experiência específica na área de economia. Ambos os requisitos foram preenchidos pelo postulante a economista e contribuíram para isso sua passagem pelo Acre e artigos publicados sobre a economia amazônica na revista intitulada de “Observador Econômico e Financeiro”, uma das mais importantes publicações nessa área. Outro elemento favorável para essa

<sup>126</sup> Gustavo Capanema (1900-1985). Interventor do Estado de Minas Gerais, Ministro de Educação e Saúde no governo de Getúlio Vargas. Criou o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem industrial) e o Sphan (Serviço de Patrimônio histórico e Artístico Nacional).

<sup>127</sup> San Thiago Dantas (30 de agosto de 1911- 6 de setembro de 1964), carioca, jornalista, advogado, acadêmico e político, filiou-se à Ação Integralista Brasileira (AIB) no ano de 1932, se afastando da mesma no ano de 1938. Nos seus estudos na Faculdade de Direito participou do Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (CAJU) junto com vários outros estudantes que acabaram ingressando nas fileiras integralistas. Elegeu-se Deputado Federal por Minas Gerais, pelo PTB, no ano de 1959 e mais tarde desempenhou-se como ministro das Relações Exteriores durante o governo de João Goulart.

<sup>128</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 22.

conquista foi sua passagem como professor substituto, na Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, posteriormente incorporada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre os anos 42 e 43.

Merece registro o fato de que enquanto estava trabalhando no escritório de San Thiago Dantas e estudando como autodidata, ele se deu o trabalho de traduzir um livro clássico das ciências econômicas durante as noites e os fins de semana, a obra “Princípio de Economia: Tratado Introdutório de Alfred Marshall”<sup>129</sup>. Fruto desses estudos e interesses no campo econômico, Rômulo, após fazer um concurso para o DASP<sup>130</sup>, no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no ano de 1944, titulou-se, oficialmente, como economista dedicando-se a reforçar seus conhecimentos na busca de um horizonte profissional mais objetivo e almejado.

Além de trabalhar no escritório de San Thiago Dantas, centrou suas atenções tanto na economia de guerra quanto nas leituras dos teóricos do planejamento, que além de incluírem o próprio Plano Marshall, contemplavam teóricos como Keynes e Karl Mannheim. A obra deste último, “Liberdade, poder e planificação democrática”, foi fonte de inspiração e marco inaugural de Almeida em 1945<sup>131</sup>, e o seu posterior credenciamento para as esferas decisórias do poder.

Com relação aos estudos sobre a economia de guerra, Almeida afirmou ser “um planejamento em si mesmo”<sup>132</sup>, já que implicava em mobilizar recursos, restringir o consumo, assim como, orientar a capacidade de investimento para objetivos estritamente prioritários, entre outros. As circunstâncias adversas motivadas por um conflito bélico de grandes proporções deixavam, portanto, uma experiência valiosa deixando como ensinamento a “técnica do planejamento para o período civil”<sup>133</sup>.

## 2.2. Assessoria Econômica

A permanência do Rômulo no DASP fortaleceu vínculos com o Ministro do trabalho Marcondes Filho, que, juntamente com o advogado San Thiago Dantas, recebeu a

---

<sup>129</sup> Alfred Marshall, autor do livro “Princípio de Economia: tratado introdutório” é um marco divisor entre a antiga e a moderna economia.

<sup>130</sup> DASP. Departamento Administrativo do Serviço Público, fundamental instituição para promover a burocracia profissional e uma das principais reivindicações do movimento tenentista dos 30.

<sup>131</sup> SANTANA, op. cit.

<sup>132</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 45.

<sup>133</sup> Ibidem.

incumbência do economista Roberto Simonsen<sup>134</sup>, em fins de 1943, da criação de uma junta nacional de planificação ao interior do CNPIC - Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. A ideia tinha por objetivo a decidida proposta de criar um núcleo de debates, dentro do próprio Ministério dirigido Marcondes, destinado aos estudos do desenvolvimento econômico do país para o período de pós-guerra.

Todavia, esta não era a única finalidade dessa junta, também pretendia atuar como instrumento de elaboração para a política industrial e comercial para esse final de década, marcada pelo confronto bélico da segunda guerra. Articulava-se, ao mesmo tempo, uma base sólida para promover o retorno de Getúlio Vargas para um segundo governo, desta vez, porém, sem o caráter imperativo e verticalizado do Estado Novo nem a discrepância em torno da sua ditadura.

A ênfase recaía, naquele momento, sobre a necessidade de planejar a economia, porém dentro de um marco institucional democrático, diluindo, deste modo, a rigidez estadonovista. As proposições obedeciam a uma nova conjuntura política nacional, imposta pelo fim da guerra e foram adquirindo corpo e adubando o terreno para a nova etapa, na qual o Conselho

[...] foi palco de importante debate sobre planejamento econômico e democracia, revelando a preocupação da elite progressista em desvincular a proposta de planejamento e a imagem da ditadura.<sup>135</sup>

Anunciava-se um período áureo que, gradativamente, nutria postulados nacionalistas e um novo protagonismo do estado na dinâmica política e econômica brasileira. O desafio da industrialização adquiriu densidade ideológica e teve como um dos seus principais promotores e defensores o próprio Roberto Simonsen, expressamente convicto de que esse passo representaria a superação do atraso e do caráter primário da economia nacional. Simonsen era a mais importante personalidade da área patronal do país e provocou perplexidade entre seus pares ao sugerir, em clima de pós-guerra, a ideia de um planejamento da economia. O planejamento, como iniciativa de desenvolvimento nacional, só era conhecida a partir de referências oriundas do bloco soviético, o que contribuiu, sensivelmente, para suscitar desconfianças.

<sup>134</sup> Roberto Simonsen - economista e engenheiro, foi uma das lideranças mais destacadas no âmbito das entidades representativas do empresariado industrial paulista e brasileiro. Considerado um dos ideólogos do desenvolvimento, Simonsen, presidiu a Federação das indústrias do Estado de São Paulo, entre 1937 e 1945, em 1944, foi membro CNPIC (do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial) e peça chave no debate e na articulação do planejamento econômico brasileiro de pós-guerra. Entre suas obras destaca-se “História econômica do Brasil (1500-1820)” importante referência para a compreensão da dinâmica econômica desse período.

<sup>135</sup> BIELSSCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 256.



O Conselho era composto por personalidades de relevância de diversos seguimentos representativos do país, tendo como figura central o próprio Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Completava esse grupo Euvaldo Lodi<sup>136</sup>, presidente da Confederação Nacional da Indústria, João Daudt de Oliveira<sup>137</sup>, presidente da Confederação Nacional do Comércio, Artur Torres<sup>138</sup>, presidente da Confederação da Agricultura, Ari Torres<sup>139</sup>, Coordenador da Economia de Guerra e o advogado San Thiago Dantas.

Entretanto, as peculiaridades desse protagonismo merecem certa atenção. Para Rômulo sua primeira grande chance na vida foi conhecer o advogado San Thiago Dantas, sua segunda chance foi conhecer o Ministro do Trabalho, paulista e também advogado, Marcondes Filho<sup>140</sup>, o qual buscava um assistente no ramo de economia. O ministro paulista

---

<sup>136</sup> Euvaldo Lodi (1896 – 1956) desempenhou-se como Engenheiro, empresário do setor privado e como político. Em 1934, na elaboração da Assembleia Nacional Constituinte elegeu-se Deputado Federal ficando no parlamento até seu fechamento pelo Estado Novo, em 1937. Ajudou na organização da Confederação Nacional da Indústria (CNI) da qual foi o seu primeiro presidente até o ano de 1954, em paralelo se encarregou da fundação do SENAI em 1942 e do SESI em 1946. Integrou o Conselho Econômico e Social da ONU e presidiu a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), assim como a Federação das Indústrias do Estado de Rio de Janeiro (FIERJ).

<sup>137</sup> João Daudt de Oliveira (1886 - 1965) desempenhou-se como advogado, empresário e político. Em 1930 integrou o grupo Triade Indissolúvel que trabalhou para conseguir a vitória da Aliança Liberal. Foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1944 e membro do Conselho Nacional do Petróleo, em 1943 e do Conselho fiscal do Banco do Brasil. Em 1944 chefou juntamente com o Empresário Euvaldo Lodi a representação Brasileira à Conferência de Bretton Woods, que estabeleceu o acordo para as relações comerciais e financeiras entre as nações industrializadas. Foi consecutivamente Presidente da Federação das associações Comerciais do Brasil (1945), do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) nos anos de 1945 e 1946, da Conferência Nacional do Comércio (1946-1947) e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior (1950).

<sup>138</sup> Artur Eugenio Magarinos Torres Filho (1889- 1960). Após sua diplomação na Escola Superior de Agricultura foi contratado pelo Ministério da Agricultura onde organizou e dirigiu o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola. Após 1930 assume a direção do Serviço Nacional de Agricultura (SNA) e durante o primeiro governo Vargas patrocinou conferências sobre os problemas da agricultura Nacional. Tornou-se um dos fundadores da Sociedade Amigos de Alberto Torres, objetivando a difusão das ideias nacionalistas e ruralistas desse pensador. Em 1934 foi designado por Vargas para representar a lavoura no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), um dos órgãos de maior importância na formulação da política econômica do governo. Em 1945, defendeu a realização urgente de uma “enérgica reforma agrária” no país para remediar os efeitos da crise de produção de alimentos. Foi favorável a uma “intervenção discreta do Estado” na economia, permanecendo até sua morte à frente da Sociedade Nacional de Agricultura.

<sup>139</sup> Ari Frederico Torres (1900-1973). Formado em Engenharia civil em 1923, tornou-se diretor do Laboratório de Ensaio de Materiais (LEM), em 1928, posteriormente denominado de Instituto de Pesquisas Tecnológicas da Escola Politécnica de São Paulo. Em 1937, com o Estado Novo, foi nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo e, em 1940, nomeado por Getúlio Vargas membro da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional negociando nos Estados Unidos um empréstimo com o Export and Import Bank para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (RJ). Desempenhou-se como conselheiro da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim), bem como presidente da Federação Brasileira de Engenheiros. Com a criação, pelo Presidente Getúlio Vargas, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em julho de 1952, tornou-se o primeiro presidente da instituição. Em 1961, tornou-se membro da Comissão dos Nove, da Aliança para o Progresso fundando posteriormente a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (Andes).

<sup>140</sup> Alexandre Marcondes Machado Filho (1892-1974) formado em Direito, tornou-se promotor público da cidade de São Paulo e foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados de São Paulo e fundou e dirigiu o São

consultou o seu amigo Dantas sobre a existência de algum candidato para esse posto tendo como resposta a recomendação do seu amigo Rômulo. O trabalho em questão foi o projeto queremista, de reconduzir Getúlio Vargas ao poder amparado pela constituinte e de um esquema planejado objetivando promover a continuidade, não só do governante, senão também da economia.

Destarte, o CPNIC transformou-se na plataforma que projetou Rômulo Almeida em direção a seu profissionalismo, colocando-o no centro nevrálgico do debate desenvolvimentista. A partir desse privilegiado espaço e uma ativa participação nas discussões e projetos, ele foi galgando reconhecimento tornando-o uma das figuras que formaram o restrito grupo de confiança de Getúlio. A proposta, tendo como relator o Roberto Simonsen, adquiriu caráter formal e o Ministro Marcondes enviou-a para ser analisada pelo Conselho.

O CPNIC aprovou o relatório que o Ministro deveria encaminhar ao presidente da República, circunstância que credenciou Almeida e que o mesmo detalhou em entrevista ao sociólogo Joviniano Neto e sua equipe.

Numa sexta-feira à tarde Marcondes me chamou e disse: ‘Olhe, eu queria que você me preparasse uma exposição de motivos ao Presidente, dizendo que eu apoio e submeto à consideração dele’ [...] Ele havia concluído a ordem ‘ Você me traga isto na 2º feira de manhã’.<sup>141</sup>

Os estudos sobre economia de guerra e a oportunidade ímpar que se apresentava na vida dele, estimularam o economista baiano para a elaboração de uma longa e densa exposição, a qual, diante do volume apresentado, o Ministro Marcondes recomendou reescrevê-la à máquina e entregá-la na quarta feira. Compromisso rigorosamente cumprido na data marcada, no dia seguinte, quinta feira, o Ministro chamou Rômulo e lhe disse:

Olhe, eu gostei muito do seu trabalho. Eu sou ministro e você não é nada, é um funcionário. Eu podia assinar esta exposição de motivos como se fosse minha; mas acho melhor que você assine como um parecer seu, pedido por mim. Vou aprová-lo

---

Paulo-Jornal. No Estado Novo foi convidado por Getúlio para assumir a vice-presidência do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo e durante esse período aprimorou os instrumentos estatais de apoio à industrialização, criando, em 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) junto com Roberto Simonsen. Em 1941, assume a chefia do Ministério do Trabalho regulamentando o decreto do imposto sindical, em 1942 e coordenando os trabalhos que resultaram na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1º de maio de 1943. No ano de 1942, ainda no Ministério do Trabalho, assume a chefia do Ministério da Justiça. No ano de 1945, período de redemocratização, se dedica à organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fundado em 15 de maio de 1945 e após o suicídio de Vargas passou a ocupar a presidência do Senado.

<sup>141</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 44.

e levá-lo ao Presidente da República como um parecer seu. Será um cartão de apresentação para você.<sup>142</sup>

O parecer “contendo a proposta até então mais claramente articulada em favor de uma industrialização pesada com suporte estatal”<sup>143</sup> foi apresentado ao Conselho como a autoria do Rômulo, projetando-o de forma definitiva e colocando-o, expressamente, no centro decisório da política econômica do governo federal.

Posterior a esse fato se fez presente na sua sala no Ministério do Trabalho, o Roberto Simonsen em pessoa, convidando-o para uma conferência em São Paulo sobre o recém elaborado parecer. Simonsen expressou suas divergências com o parecer, principalmente com relação ao tratamento dado por Rômulo aos aspectos vinculados ao processo da industrialização. Diferenças à parte, Almeida recebeu elogios pelo trabalho além do convite para assessorar Simonsen na Federação das Indústrias de São Paulo.

O documento mereceu, paralelamente, parecer e contestação de Eugenio Gudín<sup>144</sup>, líder intelectual e figura representativa do neoliberalismo econômico brasileiro. O relatório apresentado por Simonsen recebeu certas críticas no que respeita aos seus fundamentos essenciais, tornando patentes suas debilidades. Isso originou uma réplica de Simonsen, seguida de nova resposta de Gudín, e nova réplica de Simonsen, cristalizando o famoso debate Simonsen – Gudín, documento considerado histórico para a compreensão da problemática desenvolvimentista desse período.

---

<sup>142</sup> ALMEIDA, Rômulo. *O Nordeste no Segundo Governo de Vargas*. Brasília: Ministério do Interior, 1985, p. 28.

<sup>143</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 256.

<sup>144</sup> Eugenio Gudín Filho (1886- 1986), carioca se formou em engenharia em 1905 e iniciou sua carreira na empresa Light, destinada a fornecer Energia para o Estado de Rio de Janeiro. Nessa época desenvolveu interesse pela economia estudando os clássicos Ingleses Adam Smith e David Ricardo, além de Alfred Marshall e outros autores contemporâneos, norte-americanos e europeus. Em 1924, tornou-se diretor do Jornal “O Jornal” do Rio, no qual publicou os seus primeiros artigos econômicos, que versavam sobre orçamento, conversibilidade e estabilização monetária. Em 1933 trabalhou na Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil (Camob). Em 1937, participou da constituição da Sociedade Brasileira de Economia Política, participando posteriormente na fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Em 1943, realizou-se no Rio o I Congresso Brasileiro de Economia congregando Gudín, Otavio Gouveia, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, entre outros, debatendo a necessidade da participação do Estado na organização das indústrias de Base, colocando Gudín na liderança da oposição liberal, defensora da livre iniciativa. Em 1944, participou como delegado brasileiro da Conferência Monetária Internacional realizada em Bretton Woods, EUA, na qual foi decidida a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Nesse mesmo ano, Roberto Simonsen, representante do (CNPIC) apresentou um projeto sugerindo a institucionalização do planejamento econômico para estimular a industrialização, Após ser encaminhado ao presidente Vargas será designado relator do mesmo o próprio Gudín, debate que deu origem ao importante confronto Gudín – Simonsen sobre os destinos econômicos do País. Entusiasta defensor de uma orientação monetarista ortodoxa é considerado o pai da escola monetarista no Brasil. Após o suicídio de Vargas assume o Ministério da Fazenda, no governo Café Filho, em 25 de agosto de 1954. Entre suas principais obras se encontra “Princípio da Economia Monetária” (1943).

A trilogia formada por Dantas, Marcondes e Simonsen, teve relevante protagonismo na ascensão de Almeida dentro dessa privilegiada localização institucional. Simonsen apresentou-o a Euvaldo Lodi, Presidente da Confederação Nacional para organizar o Departamento Econômico da CNI, Confederação Nacional da Indústria, em 1945, no qual, Almeida e um grupo de outros nacionalistas, que “aguardavam seu ingresso na liderança de novas instituições públicas que viriam a formar-se nos anos 50”<sup>145</sup>.

Diante desse desafio Almeida destinou esforços para viabilizar a ideia, inicialmente, articulando meios para recrutar o pessoal com talento e certa formação básica. Entre esses escolhidos para essa nova tarefa encontravam-se Evaldo Correia Lima, Heitor Lima Rocha, José Otavio Knaack, João Paulo de Almeida Magalhães e Silvio Vilaça.

[...] organizamos o departamento, em que havia uma divisão de estudos, uma divisão de informações e uma divisão administrativa. A divisão de estudos ficou com o Evaldo, e tinha como objetivo realizar trabalhos de fundo; a divisão de informações tinha por objetivo reunir as informações, distribuir informações e atender a consultas do setor empresarial e fazer estatísticas. Fazer estudos de natureza cotidiana, de natureza... Estudos menores, estudos informativos. Essa ficou sob a direção de Vilaça, Silvio Vilaça, um economista também, um rapaz muito bom, mas que morreu cedo.<sup>146</sup>

Aqui reside uma singularidade que revela o caráter contraditório de Almeida, homem plenamente convicto da importância que desempenhava o seu papel como servidor público, o que o levou a rejeitar diversos convites para atuar na iniciativa privada. Encontrava-se nessa fase colaborando integralmente com o núcleo mais representativo da área privada, argumentando, a favor dessa posição, que sua participação era como um economista comprometido com as ideias contidas no parecer do CPNIC.

A receptividade que teve de parte de Lodi e Simonsen, além da abertura para expor suas ideias, capilarizaram seu desejo de conciliar áreas tradicionalmente opostas, a saber, o público e o privado. Paralelo a isso, somava força a ideia do desenvolvimento, tendo como base uma sólida industrialização sedimentada a partir da convergência entre essas duas áreas.

O ponto de afluência entre Rômulo e o setor empresarial privado residia na necessidade de organizar o setor industrial brasileiro. Nesse esforço pioneiro de cooperação “[...] a ideia do desenvolvimento do país nos reunia”<sup>147</sup>. No nível concreto do engajamento político, Almeida deixou latente o seu caráter refratário diante da possibilidade de atuar em

<sup>145</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 129.

<sup>146</sup> ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo Almeida (Entrevista, 13 de abril, 1988)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/Petrobrás, 1988, p. 71.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 72.

um campo ideologicamente localizado. A política e os partidos lhe provocavam certa indisposição afirmando, de forma categórica: “me sinto no dever de fazer política. É coisa diferente [...]. Até pelo contrário. Uma de minhas fraquezas como político é que não tenho gana”<sup>148</sup>. Sua apatia e passividade nesse campo, não diluíam a consciência das circunstâncias que o circundavam. As forças políticas que se debatiam refletindo sobre os caminhos para o país impunham-se imperativamente e, “mesmo como tecnocrata, eu tenho que considerar que eu era condicionado. Condicionado pela conjuntura política”<sup>149</sup>.

As estreitas relações, especificamente com o empresariado paulista, constituíam uma contingência que não chegavam a comprometer sua posição como funcionário público. Embora o dispositivo nacional impusesse demandas que contrariavam sua condição, Rômulo reafirmava convicto: “[...] em primeiro lugar, eu era um homem público que se recusava a privatizar-se”<sup>150</sup>.

No ano de 1945, em meio aos ventos da redemocratização, Almeida tomou posições antigetulistas, o que o levou a se afastar do governo e se aproximar das fileiras da UDN, União Democrática Nacional. Nesse interregno, fez campanha para derrubar Getúlio, mas, acabou se afastando da UDN decepcionado com as lideranças dessa agrupação. As diferenças dar-se-iam no terreno da leitura da realidade nacional. O curto convívio com os udenistas permitiu perceber, que seus líderes mais representativos, pecavam em duas áreas de grande estima para o economista baiano, a saber, “a falta de atualização daquelas lideranças [...]. Era um pessoal [...] que tinha horror à idéia de planejamento”<sup>151</sup>.

Em 1950, Almeida se filiou ao PTB, influenciado pelo seu tio Landolfo Alves, que tinha sido eleito pela Bahia, além de desempenhar-se como secretário geral do PTB. O ingresso no partido trabalhista, secretariado pelo tio, não impediu o sobrinho de expressar algumas condições documentadas numa carta, na qual se declarava “contra o personalismo, o getulismo, não era ‘queremista’, tornara-me trabalhista por convicção”<sup>152</sup>. Essas restrições eram fruto de sua autocrítica com relação a suas experiências e seus posicionamentos. A sua passagem institucional, e sua relação com o estreito círculo de lideranças vinculadas ao Estado Novo e ao Presidente Getúlio, alimentaram a ideia de que as questões nacionais poderiam ser resolvidas a partir de um reduzido grupo dirigente, negligenciando o protagonismo da sociedade e suas intranquilidades em estado latente.

<sup>148</sup> ALMEIDA, Rômulo. (*Entrevista, 13 de abril, 1988*), 1988, p. 53.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>151</sup> ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo de Almeida (Entrevista, 26 de abril, 1988)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/Petrobrás, 1988, p. 88.

<sup>152</sup> *Idem*, 1986, op. cit., p. 49.

[...] em certa época, pensava que era possível através dos jogos da elite, antecipar o processo da democracia social. Mas depois me convenci que não, que era indispensável realmente você lutar por uma democracia efetiva. [...] esses erros me puniram severamente, eu senti que era preciso a gente ser muito fiel à democracia liberal como um caminho necessário para chegar a um socialismo democrático<sup>153</sup>

Infringiu-se como castigo conspirar contra o Estado Novo, intensificado pela sua detenção na cadeia e sua partida rumo ao Acre perseguido pelo governo. De retorno ao Rio em 1945, se aproxima da recém formada UDN, participando ativamente da campanha presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes decepcionando-se, posteriormente, com os seus líderes, que nutriam posições refratárias a qualquer iniciativa via planejamento.

Em 1951, após o triunfo de Getúlio para o seu segundo mandato, Almeida foi convidado para fazer parte da Assessoria Econômica do segundo governo de Vargas, que se constituía como síntese incontestada do debate desenvolvimentista e expressão máxima do varguismo democrático. No Palácio do Catete, em Petrópolis, o presidente eleito formou um grupo de técnicos reunidos numa assessoria econômica, à qual cabia o importante papel de “formular os projetos, técnica e politicamente, mais complicados de seu governo – como o da Petrobras, o do Banco do Nordeste e o da Eletrobrás”<sup>154</sup>.

Dignas de uma análise mais atenta, o contexto de ingresso de Rômulo na Assessoria resultou de articulações familiares além dos postos de comando assumidos no âmbito de entidades representativas da indústria e do comércio. O exercício na área técnico-administrativa nas esferas pública e privada efetivou sua identificação credenciando seu deslocamento a esse importante dispositivo governamental.

Vargas, na expectativa da formação do seu gabinete, solicitou uma relação de nomes para algumas pessoas do seu entorno, composto por figuras como San Thiago Dantas, Luis Simões Lopes<sup>155</sup>, João Carlos Vital<sup>156</sup>, Lourival Fontes<sup>157</sup> e o próprio tio de Rômulo, Landolfo

<sup>153</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 49.

<sup>154</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 321.

<sup>155</sup> Luis Simões Lopes (1903-1994) Engenheiro Agrônomo, foi Secretário da Presidência da República durante o governo provisório de Vargas, representou o Brasil nas assembleias gerais de 1934 e 1935 do Instituto Internacional de Agricultura, em Roma. Dirigiu o Conselho de Serviço Público Civil (CFSPC) e posteriormente o seu homólogo, o DASP, criado em 1938. Presidiu a Comissão de Orçamento Geral do Ministério da Fazenda, em 1939. Em 1945, foi eleito presidente da Assembleia Geral da recém criada Fundação Getúlio Vargas (FGV). No segundo governo de Vargas ocupou a direção da Carteira de Exportação e Importação (Cexim) do Banco do Brasil. Já no Governo de Juscelino Kubistchek presidiu a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos e em agosto de 1960 tornou-se presidente da (SNA).

<sup>156</sup> João Carlos Vital (1900- 1984), Engenheiro Civil, em 1931 foi diretor da seção demográfica do Departamento Nacional de Estatística, em 1936, foi presidente da comissão organizadora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Em 1938, criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), organizou o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), foi idealizador e primeiro presidente do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT), em 1940. Em abril de 1951, foi nomeado por Getúlio Vargas, prefeito do

Alves. Observe-se que, não obstante a consulta tivesse um caráter coletivo, Almeida estava consciente da influência do parente e aludia ao clima favorável dessa influência e ao peso e significado desse convite.

Bom, eu sabia que Landulfo Alves tinha falado com ele. Landulfo era um homem que tinha um certo entusiasmo por mim, entusiasmo, vamos dizer assim, de primotio; entusiasmo de uma pessoa que queria promover um jovem<sup>158</sup>.

Como Landulfo Alves não era economista possivelmente isso não pesou muito no julgamento do ‘Velho’, salvo no seguinte sentido: que ele pelo menos sentiu que era uma pessoa que tinha afinidade política, que estava do mesmo lado.<sup>159</sup>

A intermediação de caráter genealógico e o seu passado como integralista transformaram-se, também, em poderoso dispositivo de credenciamento do economista Rômulo para a Assessoria varguista. Seu ingresso a essa instância presidencial, segundo Fernando Pedrão<sup>160</sup>, ia além do círculo de sua amizade com San Thiago Dantas, convergindo convenientemente, para o âmbito familiar.

O Landulfo foi quem aproximou Rômulo de Vargas, então, Rômulo, depois de estar fugido no Acre, volta e milagrosamente aparece na Assessoria do Presidente da Republica, pela mão do tio. Então, A verdade que esses Almeida eram um grupo aqui dentro, todos os parentes estavam colocados no governo e eles manobravam opções de poder, era um jogo de poder muito pesado.<sup>161</sup>

Os laços familiares, parâmetro importante de análise e de incontestado protagonismo na vida de Almeida, não foram os únicos responsáveis pela sua recomendação ao Presidente Getúlio, pesava ainda, o círculo de relações funcionais acionado em outros momentos. Rômulo já identificava um número significativo de pessoas que, direta ou indiretamente,

Distrito Federal. Foi membro e fundador do conselho do Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho de São Paulo (IDORT).

<sup>157</sup> Lourival Fontes (1899-1967), advogado. Em 1914, colabora com o *Jornal do Povo* de Aracajú, e com o *Diário da Manhã*. Em 1918, fundou, em Salvador, *A Hora Literária*. Converteu-se ao catolicismo e se fez grande animador do Centro Don Vital – Associação destinada a dinamizar a influência da igreja. Em 1928, se aproximou de Vargas e no ano de 1931 fundou as revistas *Política* e *Hierarquia*, esta última de tendência fascista que teve entre seus colaboradores Plínio Salgado e San Thiago Dantas. Integrou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP) embrionária da Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1934, dirigiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) o qual, depois da implantação do Estado Novo, passou a chamar-se Departamento Nacional de Propaganda (DNP), em 1938. Em 1939, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que envolvia Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa, tendo como seu primeiro diretor Lourival Fontes. Em 1945, foi nomeado Embaixador do Brasil no México. Com o retorno de Vargas em 1951, Fontes foi nomeado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1954, elegeu-se senador por Sergipe.

<sup>158</sup> ALMEIDA, 1985, op. cit., p. 47.

<sup>159</sup> Idem, 1986, op. cit., p. 51.

<sup>160</sup> Fernando Pedrão. Economista, participou da chefia da CPE no período 1959-1962, pesquisador do IEFB (1956-1963); Diretor do BID (1964-1969), do Instituto Latino, Chile (1970-1972) e consultor da ONU, no México, Equador e Panamá, entre outros.

<sup>161</sup> Fernando Pedrão (Entrevista em 23. 12. 2009).

trabalhavam em diversos seguimentos de caráter técnico-administrativo “que sabiam as coisas. Eu sabia quem era que sabia qualquer coisa no Rio de Janeiro e em São Paulo”<sup>162</sup>.

O dia 11 de fevereiro de 1951, Rômulo recebeu a primeira tarefa para o novo governo, elaborar a mensagem anual do Presidente da República ao Congresso Nacional para ser publicada no Diário Oficial no dia 15 de março. Prevaleceu o improvisado com o conhecimento que existia da administração Federal e do setor privado e com a disposição de pessoal disposto a oferecer sua colaboração nesse sentido.

Acrescente-se a isso, o fato de não haver documentação disponível relacionada ao governo anterior o que implicou utilizar como fontes os discursos presidenciais e consultas diretas ao Presidente Vargas e a Lourival Fontes, redator dos discursos de campanha. Recrutou-se uma equipe de cinquenta pessoas, aproximadamente, trabalhando sem remuneração e fazendo grande esforço para documentar a história dos serviços de cada ministério, coletando dados, fazendo revisão dos textos, entre outras atividades.

Lançado o desafio Almeida criou, nesse mesmo ano, a Assessoria Econômica da Presidência, reunindo uma equipe que congregava seus mais estreitos colaboradores, entre os que se contavam Ignácio Rangel<sup>163</sup>, Jesus Soares Pereira<sup>164</sup>, Tomaz Pompeu Acioly Borges<sup>165</sup>,

---

<sup>162</sup> ALMEIDA Rômulo. 1986, Op. Cit. p. 51

<sup>163</sup> Ignácio Rangel (1914-1994). Ainda jovem, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e participou da Revolução de 1930, Mais tarde, em 1935, integra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), participou da luta armada e ficou dois anos preso no Rio de Janeiro. Em 1950, depois de se afastar do PCB por discordar das suas orientações com relação à reforma agrária é indicado por Rômulo Almeida para ingressar na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e no ano de 1952 foi convidado por Vargas para integrar a Assessoria Econômica trabalhando ativamente para a criação da Petrobrás e da Eletrobrás. Em 1955, Rangel coordenou o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek. Integra-se ao grupo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

<sup>164</sup> Jesus Soares Pereira (1910- 1974), cearense, cientista social. Em 1931, foi nomeado para um cargo na diretoria geral de contabilidade do Ministério da Agricultura graças a suas amizades com os positivistas incluindo, o diretor, Mario Barbosa Carneiro. Participou do conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) já como nacionalista e defensor da presença do Estado na economia, especialmente no tocante aos recursos energéticos. Participou dos projetos que resultaram, em 1938, do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e nos trabalhos de que conduziram à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941 e os esforços posteriores para a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Participou na criação da Rede Ferroviária Federal junto com o economista Rômulo Almeida, Américo Barbosa de Oliveira, Tomas Pompeu Acioli Borges e outros. Em 1947, foi convidado para trabalhar na Fundação Getulio Vargas (FGV) no Centro de Análise da Conjuntura Econômica. Foi diretor da Divisão de Estudos de Economia Florestal, ligada ao Instituto Nacional do Pinho (INP) e teve relevante destaque na Assessoria Econômica preparando o projeto de criação da Petrobras. Coordenou, na chefia da Assessoria Econômica, o I Plano Nacional de Eletrificação. No governo Kubistchek foi nomeado representante do Ministério de Viação e Obras Públicas, no Conselho Nacional do Petróleo (CNP), EM 1962, no governo João Goulart e foi indicado para o cargo de diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e após o golpe de 1964 se exila no Chile.

<sup>165</sup> Tomaz Pompeu Acioly Borges (1908- 1986) Cearense formou-se em Engenharia em 1929. Em 1935 entrou para a Aliança Nacional Libertadora (ANL) sob forte influencia do Partido Comunista Brasileiro. Pela sua participação no levante armado foi refugiou-se na embaixada do Peru, seguindo para Paris e depois para Buenos Aires. De volta ao Brasil, exerceu vários cargos na Fundação Getulio Vargas, no período 1945 - 1958, entre eles, redator da revista *Conjuntura Econômica* e chefe da equipe do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Entre os anos 1962 e 1969 foi diretor regional da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).



Helio Jaguaribe<sup>166</sup>, Glycon de Piva<sup>167</sup>, entre outros. Diretamente vinculados ao escritório do presidente da República e desempenhando outros postos da assessoria, encontravam-se Cleantho de Paiva<sup>168</sup> e Lucio Meira<sup>169</sup>.

Majoritariamente composta por técnicos que dominavam os diversos setores da administração federal, os assessores da presidência formaram um grupo que, a rigor, evidenciava a prescindibilidade dos partidos políticos e de suas lideranças. Amparados pelas prerrogativas presidenciais eles ficaram atuando dentro do Palácio do Catete isentos “das ingerências clientelistas dos partidos, criando um a dicotomia entre intervenção técnica e o trabalho político”<sup>170</sup>.

A mensagem conseguiu traduzir as ideias do Presidente, “ganhei prestígio, consolidei o cargo”<sup>171</sup>, e produzindo documentação valiosa para a época, o documento expressa a necessidade de promover uma industrialização visando à emancipação econômica da Nação. Sintetizava proposições para os quatro anos de governo apostando numa base energética

---

<sup>166</sup> Helio Jaguaribe nasceu em 1923, formou-se em Engenharia e trabalhou no escritório de San Thiago Dantas, abrindo, mais tarde, o seu próprio escritório. Em 1949 tornou-se responsável pelo suplemento cultural semanal do *Jornal do Comércio*. A partir de 1952 passa a frequentar o denominado “grupo de Itatiaia” que discutia a sociedade e o desenvolvimento brasileiro. Em 1953 os intelectuais de Itatiaia fundaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), sendo Jaguaribe o secretário-geral. No ano de 1955, por decreto do governo Café Filho, é criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) com a finalidade de ampliar sua influência nas decisões relativas ao desenvolvimento. Com diversas atividades o ISEB tornou-se importante núcleo de debate ideológico sobre a temática que envolvia o nacionalismo, o desenvolvimento e a industrialização. Jaguaribe se afasta do ISEB no ano de 1959. Tem uma vasta produção acadêmica e intelectual.

<sup>167</sup> Glycon de Paiva Teixeira (1902-1993), mineiro, formado em Engenharia de Minas. De 1934 a 1939 foi geólogo- chefe do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura. De 1943 a 1944 chefiou o Serviço de Produção Mineral da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado pelo presidente Getúlio Vargas. De 1952 a 1953, durante o segundo Governo Vargas, exerceu cargo de diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS). Em 1955, tornou-se diretor da Companhia Vale do Rio Doce.

<sup>168</sup> Cleantho de Paiva Leite (1921- 1992), paraibano, advogado. Em 1942, ingressa no DASP. De 1945 a 1951 foi encarregado dos assuntos políticos do Conselho de Tutela da Organização das Nações Unidas (ONU). Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) integrou a Assessoria Econômica da Presidência da República e tornou-se representante do Brasil na UNICEF, entre anos 1951 a 1954. Em 1952 é nomeado diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Entre os anos 1953 e 1955 participou como representante do Brasil na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), na cidade de Petrópolis (RJ). Em 1960 tornou-se diretor executivo do BIRD. Ainda na década de 1960 ingressou na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e criou o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

<sup>169</sup> Lucio Meira (1907-1991) carioca, militar e Engenheiro civil, ingressou na escola naval em 1923 saindo guarda –marinha em 1927. Em 1932 ingressou no Clube 3 de outubro, de influência tenentista que exigiam o aprofundamento das reformas instituídas pela revolução de 1930. Em fevereiro de 1945 foi nomeado interventor federal no estado do Rio de Janeiro deixando esse cargo em setembro de 1946. De outubro de 1949 a junho de 1950, foi chefe do Estado-Maior do I distrito Naval, no Rio de Janeiro. Em agosto de 1951, após a posse de Vargas foi designado para representar a Marinha na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CNI) assumindo a direção do grupo responsável pela implantação da indústria automobilística e pela Fábrica Nacional de Motores (FNM). Após a morte de Vargas comandou a Base Naval de Salvador e no governo de Juscelino Kubistchek, participou ativamente para a implantação da indústria automobilística, a indústria naval e a construção e pavimentação de rodovias e de equipamento ferroviário.

<sup>170</sup> SANTANA, op. cit., p. 128.

<sup>171</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 51.

como pilar para uma mudança significativa no padrão da economia, no investimento interno e o desenvolvimento do mercado,

As funções da Assessoria tinham por objetivo imprimir um caráter nacionalista à política de Estado e entre os seus traços mais expressivos estava a defesa à intervenção estatal na economia e um planejamento econômico complementado por investimentos em setores denominados estratégicos. Acresce-se a isso as medidas de âmbito econômico com marcada perspectiva social. Assim, definiu-se a elaboração de um plano consistente destinando à área de energia como plataforma substantiva para superar a dependência internacional nesse delicado campo.

Os esforços congregados gravitavam em torno da constatação de que a transição econômica de caráter primário para uma economia industrialmente moderna, “requeria uma nova estratégia de desenvolvimento”<sup>172</sup>. Essa nova articulação de um grupo de intelectuais agindo a partir de uma instância privilegiada do poder, criou o que Santana denominou de ‘tradição missionária esclarecida’ que,

[...] infundiu uma mentalidade de que era possível, pela via da burocracia Estatal esclarecida, conduzir os destinos do país para o desenvolvimento industrial e melhor aproveitamento da renda nacional [...], independente da base social em que operava esse Estado.<sup>173</sup>

Duas atividades caracterizavam a dinâmica da Assessoria Econômica, uma, mais relacionada com as demandas cotidianas vinculada diretamente às questões da administração econômica e, a outra, envolvendo projetos em longo prazo destinados à elaboração os estudos de planejamento. A partir dessa referência institucional surgiram órgãos que constituíram a coluna vertebral da industrialização e do desenvolvimento econômico da Nação no período pós-guerra, tais como PETROBRÁS, BNDE, CNPq, ELETROBRÁS, BNB<sup>174</sup>, entre outros.<sup>175</sup>

A operacionalidade das iniciativas promovidas por Vargas, não obstante o decidido apoio governamental implicava cercear a palavra planejamento, porque a mesma engendrava a ideia de controle e de domínio. As resistências ao dito conceito gravitaram diante da possibilidade do governo comandar o processo econômico, e deixaram transparecer

---

<sup>172</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 119.

<sup>173</sup> SANTANA, op. cit., p. 129.

<sup>174</sup> PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A; CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A; BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.

<sup>175</sup> ALMEIDA, 1995, op. cit., p. 22-23.

escrúpulos e desconfianças de que tal proposta “era um instrumento de um governo que queria ganhar mais poder. Centralizar mais as decisões”<sup>176</sup>.

A Assessoria objetivava orientar a formulação da política de governo, promover uma frutífera aproximação ente a iniciativa pública e privada, diluindo as resistências à ideia de um planejamento de Estado, sintetizado numa base energética economicamente sustentável. Sobre o segundo governo Vargas pesava, ainda, o caráter imperativo do Estado Novo, impondo esforços redobrados para semear credibilidade e materializar acordos.

No âmbito internacional, os entendimentos entre Brasil e EUA deram origem à Comissão Mista Brasil - Estados Unidos – CMBEU (1951-1953), operando a partir do Ministério da Fazenda garantindo compromissos destinados a uma política de alinhamento estratégico. Neste particular, Rômulo sintetiza esse momento que demandou delicada equação entre interesses nacionais e internacionais institucionalizados tanto na Assessoria Econômica como no CMBEU.

Então, enquanto a Assessoria Econômica [...] cuidava dos problemas de base, os pontos centrais da política, representados sobretudo no programa de energia, mas não limitado a isso, a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos se voltava para uma linha inteiramente liberal, procurando simplesmente racionalizar a ação do poder público quanto às intervenções públicas que não pudessem ser transferidas para o setor privado, reduzindo assim a estatização.<sup>177</sup>

A CMBEU, sedimentada pelas políticas de pós-guerra e pelo financiamento de recursos destinados ao país por instituições internacionais, ficou circunscrito às atividades que envolviam projetos específicos, todavia

[...] não o de fazer política, nem planejamento geral, mas, o de fazer projetos específicos de ferrovias, rodovias, de armazém, de portos, de usinas elétricas, que fossem eventualmente objeto de financiamento pelo BNDE e pelos dólares que se negociavam com o governo americano, do EXIMBANK, Banco de Exportações e importações dos Estados Unidos.<sup>178</sup>

Como corolário desse consonante protagonismo com o governo federal, Rômulo participou da formulação dos estudos para a implantação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE<sup>179</sup>, e do Banco do Nordeste do Brasil- BNB<sup>180</sup>, do qual Almeida foi presidente. Deste modo, surgiram no período importantes instrumentos

<sup>176</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 75.

<sup>177</sup> Idem, 1985, op. cit., p. 42.

<sup>178</sup> Idem, 1986, op. cit., p. 76.

<sup>179</sup> BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento. Criado em 1952 com a finalidade de formular projetos mais abrangentes, financiando e implantando iniciativas nas áreas de energia e transportes, via planejamento.

<sup>180</sup> O Banco do Nordeste do Brasil S.A, foi criado por lei federal n° 1649, de 19 de julho de 1952, porém destinada a fomentar o desenvolvimento da região Nordeste, assolada pelas rigorosas e permanentes secas e sem ter um organismo financiador para estruturar sua economia, inaugura, em junho de 1954, a primeira agência na cidade de Fortaleza.

institucionais, que junto com outras iniciativas, constituíram o epicentro financeiro da política desenvolvimentista nacional e regional.

No que se refere à passagem de Rômulo pela presidência do BNB, ela foi resultado das estratégias pessoais de Getúlio, neutralizando resistências e ingerências políticas regionais. Acresce-se a isso, as articulações com alianças expressivas a nível estadual, destinadas a garantir a promoção institucional e a sua devida operacionalidade, deduzindo disso que

ele escolheu-me para presidente do Banco do Nordeste, porque queria me valorizar para uma possível jogada política na Bahia. Encontrei indícios de que essa era a jogada dele. Também com isso ele queria se livrar das pressões das oligarquias regionais para montar o banco. Ele queria botar uma pessoa que pudesse resistir aos 'assaltos' políticos, porque era uma pessoa que vinha do seu gabinete.<sup>181</sup>

Após a morte de Getúlio, Almeida deixou a presidência do BNB e se candidatou a deputado federal pela Bahia em outubro de 1954. Nesse mesmo ano, Antonio Balbino foi eleito para o governo estadual convidando o recém eleito deputado estadual para organizar e dirigir o programa de planejamento estadual.

---

<sup>181</sup> ALMEIDA, 1986, op. cit., p. 80.

## CAPÍTULO III

### PLANEJAMENTO NA BAHIA

As eleições na Bahia para governo do estado, em 1954, consagraram Antonio Balbino para o quadriênio administrativo 1955-1959. Logo após a consolidação da vitória nas urnas, o novo governador convidou Rômulo Almeida para a elaboração de um estudo sistemático sobre a realidade econômica baiana e, a partir desse diagnóstico, elaborar propostas e vias para o seu enfrentamento.

O período demandava ações administrativas na área econômica, motivadas por uma seca que provocou sério abalo na declinante economia cujos produtos se encontravam em baixa na cotação internacional. A conjuntura favorecia um discurso renovador, o que levou a eleger o candidato Balbino ao governo do estado com a esperança de superar a situação reinante.

O governador eleito, candidato do PSD, tinha sido ministro de Educação e Saúde e relator do projeto de criação da Petrobrás durante o segundo mandato do Presidente Vargas. A emergência deste político fazia parte dos desdobramentos e das diferenças do cenário local, o controle da UDN por Juracy Magalhães e a saída dos autonomistas históricos para o PL (Partido Liberal) em 1954, entre os quais, o próprio Octavio Mangabeira, Luis Vianna Filho e Nestor Duarte.

Acresce-se a isso, o apoio do governo federal e as articulações pessoais de Vargas potencializando em seu favor alianças, garantindo o apoio do PTB e UDN baianos.<sup>182</sup> Embora o candidato fosse egresso do PSD, os comunistas decidiram apoiá-lo, visto que Balbino “[...] manifestava-se a favor da legalidade do PCB, defendia algumas bandeiras nacionalistas e encarnava a herança getulista [...]”<sup>183</sup>.

A memória de Getúlio Vargas teve peso substantivo nesse pleito eleitoral e Balbino, com trânsito ministerial na área federal “tinha conhecimento (se não acreditava neles) dos novos métodos de administração racionalizada que se empregava na área nacional”<sup>184</sup>. A

---

<sup>182</sup> SANTANA, op. cit., p. 121.

<sup>183</sup> SERRA, Sônia. *O Momento*: história de um jornal militante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987, p. 62.

<sup>184</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 29-30.

morte do presidente brasileiro impactou sensivelmente a população traduzindo essa dramática circunstância em favoráveis cálculos eleitorais.

Além do teor populista do discurso, assumia-se uma plataforma modernizante e desenvolvimentista, apelando para os avanços institucionais de âmbito federal. Todavia, esse enredo federal refletia, de maneira superficial e simplista,

[...] o confronto entre o projeto nacionalista, estatizante e populista preconizado pelo presidente e pelo PTB e os interesses [...] de uma burguesia defensora de um modelo de desenvolvimento liberal e associado ao capital estrangeiro [...].<sup>185</sup>

Antonio Balbino elegeu-se com o decidido empenho de restituir a moralidade administrativa e diligenciar a modernização econômica do Estado. No seu discurso de posse deixou expressa sua intenção de corrigir

[...] as deformações para recuperar a plena eficiência da ação pública: a tendência para a improvisação, a descontinuidade fragmentaria das iniciativas, a descoordenação no planejamento e na execução dos programas de governo, a complacência com a imperfeição, com a negligência, com a irresponsabilidade, a corrida para o empreguismo, para as sinecuras, para os favores de pronta obtenção.<sup>186</sup>

Sua exposição explicitava referências ao fenômeno que tanto preocupava as elites do período, responsável pela estagnação econômica e a falta de alternativas. Os predicados do novo governo destinavam-se ao enfrentamento de fatores considerados negativos, entre os quais se incluíam

[...] a resistência da inércia, o negativismo sistemático, a frouxidão diante das dificuldades, a solécia dos métodos, o burocratismo, a bacharelise, o verbalismo retórico e vazio, os vícios de uma formação de sentido acadêmico pouco afeita à observação, à ciência, às realidades econômicas, aos problemas técnicos, e seduzida por atrativos ornamentais de convivência social e mundana.<sup>187</sup>

Ciente do desafio que o momento impunha, Antonio Balbino, no seu discurso de investidura, dividiu a responsabilidade com a sociedade baiana convocando “as forças vivas da Bahia” para essa nova empresa, as quais, incluíam um amplo leque de representantes. Entre suas primeiras resoluções constava um levantamento “das condições da crise” o que permitiria conseqüentemente “separar o que está vivo do que está morto”.

<sup>185</sup> DANTAS NETO, 1996, op. cit., p. 2.

<sup>186</sup> DIÁRIO da Assembleia Legislativa. Estado da Bahia, 10 de Abril de 1955, n. 510. *Sessão Solene de instalação dos Trabalhos Legislativos e posse do Exmo. Governador Antonio Balbino de Carvalho Filho*. Em 7 de abril de 1955.

<sup>187</sup> Ibidem.

Pautado em critérios de caráter técnico, pretendia-se evitar soluções improvisadas promovendo uma mudança substancial no cotidiano administrativo do Estado. Os destinos da Bahia contavam, a partir desse momento, com um novo espírito que incluía a otimista tarefa de

[...] programar o desenvolvimento econômico da Bahia, assistir, coordenar, estimular as forças sadias que se afirmam, na medida extrema das suas possibilidades, promovendo desta forma, o enriquecimento coletivo pela utilização dos recursos disponíveis.<sup>188</sup>

A promoção do desenvolvimento econômico foi sistematizada em três documentos elaborados em circunstâncias e momentos diversos entre os anos de 1955 e 1961, recorte temporal deste trabalho e analisados de forma sintética neste capítulo. O primeiro, **As Pastas Cor de Rosa**; o segundo, o **Programa de Recuperação Econômica** e o terceiro o **Plano de Desenvolvimento da Bahia** (PLANDEB).

### 3.1. As Pastas Cor de Rosa

No momento da posse, esse conjunto de iniciativas se encontrava em estado embrionário, desempenhando importante papel como subsídio para o quadriênio entrante. O interregno entre a confirmação da vitória nas urnas e o início do governo, resultou em um intenso trabalho da equipe dirigida por Rômulo Almeida e responsável pela elaboração de um documento histórico intitulado “Contribuições preliminares para planejamento”<sup>189</sup>.

As pastas representaram uma série de estudos e monografias inéditos elaborados entre 1954 e 1955 destinados a apresentar um diagnóstico sobre a economia baiana. Foi, também, documento valioso para propor políticas públicas para o período governamental de quatro anos, entre 1955 a 1959.

Os estudos compõem-se de três volumes subdivididos em nove capítulos, destinados a diversos temas de ordem econômica, e um apêndice, destinado a estabelecer diretrizes para o novo governo. Nesses itens se tratavam as questões relativas ao planejamento e às reais condições para que o mesmo pudesse dinamizar o desenvolvimento econômico do estado da Bahia.

---

<sup>188</sup> DIÁRIO, 1955, op. cit.

<sup>189</sup> Nome oficial dado às “pastas cor de rosa”.

Os capítulos abordam, correlativamente, temáticas relacionadas aos diversos setores da realidade econômica local. Foram contempladas as áreas dos transportes e comunicações, energia, agricultura e abastecimento (com extensivo alcance sobre o tema) indústria e comércio (abrangendo temas relacionados a matérias primas, indústria química, artesanato, turismo e indústrias domésticas), finanças, administração pública e pesquisa.

O grupo composto para a elaboração desses volumes contava com técnicos baianos e do Rio de Janeiro que atuavam em diversas instituições, entre os quais se encontrava o próprio coordenador dos trabalhos, Rômulo Almeida.<sup>190</sup> Entre os baianos se encontravam Álvaro de Oliveira Bahia – CNI; Carlos Sales; IBGE; Prof. Oldegar Vieira – Assistente do Reitor; Solange Barbosa – U.B; Zélia Almeida – IBGE; e o Prof. Miguel Calmon.

O estado do Rio de Janeiro contribuiu com o maior número de técnicos entre os quais se destacam o Engenheiro Américo Barbosa de Oliveira e o Comandante Mader Gonçalves – (BNDE); os Professores Gerson Augusto da Silva, José de Nazaré Teixeira Dias, Lawrence L. Barber e Luiz C. de Danin Lobo – (E. Bras. Adm. Pública – FGV). Os Economistas Jesus Soares Pereira, Antonio Schimidt Mendes, Aristeu Barreto de Almeida<sup>191</sup> e Tomás Pompeu Accioly Borges – (BNB/ETENE).

Outras áreas foram representadas pelo Agrônomo Renato Martins e Carlos Barbosa de Souza – (Ministério da Agricultura); Sidney Lattini e Domar Campos – (SUMOC); J. Soares Neves – (Banco do Brasil); J. Batista da Costa – (CNI); Químico Jaime Santa Rosa – (Instituto Nacional de Tecnologia INT); Educador Joaquim da Faria Gois – (SENAI); Dr Walter Santos – (C.N Alimentação). Completava o grupo, Arthur Levy<sup>192</sup> – (Petrobras); Cristian Bomskon – (Técnica Dinamarquesa e Industrial no Paraná); Fábio Bastos – (BNDE); Ivo Freire d' Aguiar – (Técnica em Laticínios – Vitória da Conquista); João Marcelo Silva – (Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio); Mario Padre – (Pecuarista e Industrial – Itabuna); Nonato Martins – (Instituto Agrônômico do Leste); Wilson Salles Leão – (Zootecnista).

<sup>190</sup> BAHIA. Governo do Estado. *Pastas Rosas*: contribuições preliminares para o planejamento. Salvador, 1955. 3 v. Xerocopiado.

<sup>191</sup> Aristeu Barreto de Almeida, baiano, nasceu em 22 de novembro de 1927, Sociólogo e Economista. Técnico em Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste do Brasil – BNB (1955-1961), assessor econômico da Federação das Indústrias da Bahia – FIEB; Chefe do setor da agricultura da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia – CPE (1957-1961); Membro do Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos – IRAE.

<sup>192</sup> Artur Levy (1902 – 1993), militar e Engenheiro, participou da revolta militar de 1922, no Rio de Janeiro, sendo afastado, retornou às fileiras depois da anistia de 1930. Em 1945, foi nomeado representante do Ministério da Guerra junto ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP), um ano depois é promovido a Coronel. Em 1948 participou da Missão Abbink e no ano de 1953, com a criação da Petrobrás, Levy se tornou membro da Comissão de Incorporação de Bens da empresa. Em 1954, substituiu Juracy Magalhães na Presidência da Petrobrás e no ano de 1958 fez um curso de treinamento na CEPAL.



Nas páginas da apresentação, Rômulo Almeida explicita que o documento em questão é

[...] uma tomada de consciência dos problemas de desenvolvimento da Bahia [...]. O relatório representa sobretudo um roteiro para estudos posteriores, mais aperfeiçoados, minudentes e documentados. [...] O trabalho nasceu de uma solicitação do governador eleito, Sr. Antonio Balbino, em novembro, para que colaborássemos na mobilização de técnicos no sentido do estudo da situação e dos problemas da Bahia e da recomendação de medidas do governo.<sup>193</sup>

Acrescenta a participação institucional do governo federal e de outras entidades que se dispuseram a colaborar nessa primeira fase :

Encontramos a cooperação de diversas entidades e órgãos federais, entre os quais cumpre ressaltar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Confederação Nacional de Indústria, a Fundação Getulio Vargas, O ministério da Agricultura, a SUMOC, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil, o IBGE, a Comissão Nacional de Alimentação, o Instituto Nacional de Tecnologia, [...] outros centros técnicos ofereceram com boa vontade colaboração e se dispõem a ampliá-la.<sup>194</sup>

Ciente do ineditismo desse trabalho, Almeida atribui especial reconhecimento aos esforços pretéritos de planejamento estadual:

Este trabalho teve antecedentes: a iniciativa, de que participamos, em 1952-1953, ao lado do Reitor da Universidade e dos Srs. Clemente Mariani e Miguel Calmon, no sentido de aparelhar um centro de pesquisas econômicas aplicadas na Bahia.<sup>195</sup>

Três décadas mais tarde, e contando com a inexistência dos confrontos e das circunstâncias gravitacionais impostas pelos fatos e pelo protagonismo do período anterior, o responsável e coordenador desse documento, reescreveu esse mesmo prefácio. Na reedição Rômulo tomou a liberdade de analisar os fatos com o olhar crítico que o espaço e o tempo contribuíram para aprimorar. O texto informa que esse processo germinal teve início em

novembro de 1954, quando estava claro o resultado (ainda não completo e oficial) do pleito para Governador [...]. Recebi seu convite convencido de estar ele convencido do imperativo de abrir novos rumos para o Estado e deve ser capaz de ir substituindo as velhas bases patriarcais de sustentação política por uma organização e mobilização das forças sociais e uma conscientização das elites políticas em torno de objetivos de desenvolvimento.<sup>196</sup>

Devia-se potencializar o pouco tempo disponível antes da posse

---

<sup>193</sup> BAHIA, op. cit., p. 1.

<sup>194</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>196</sup> ALMEIDA, Rômulo. Prefácio das “Pastas Cor de Rosa”, reeditado em 1988.

[...] para um levantamento das informações e da problemática, bem como para a formulação de propostas preliminares. [...] Algumas destas, pelo fundamento que tivesse e pelo consenso que alcançassem, poderiam ser já diretrizes para a ação imediata do Governo, ou para evitar rumos duvidosos. Outras seriam hipóteses de trabalho para o sistema de planejamento e implantar, inclusive a própria concepção deste. [...] Os trabalhos ora publicados eram em preliminar levantamento do “estado das artes”, no variado campo da problemática baiana, um exercício coletivo de aportar e confluir informações e ideias, uma primeiras tentativa de coordená-las num sistema.<sup>197</sup>

Prevalecia o incômodo de estabelecer relações entre o planejamento com um governo de caráter imperativo e pouco afeito ao convívio democrático. Para tanto, as recomendações objetivavam

[...] que o trabalho de planejamento não fosse nem um instrumento centralizador nem muito menos um privilegio das elites técnicas e políticas. Ele deveria ser realizado com a participação de todos os níveis da administração e de todos os setores e classes sociais. Foi esta uma diretriz implantada pela CPE durante sua primeira fase, a qual veio já da “pré-história” desta instituição, o período inteiramente informal de trabalho na escola de enfermagem, consubstanciado nas três ‘Pastas Cor de Rosa’.<sup>198</sup>

Com relação às organizações e aos traços que notabilizavam esses estudos constava que

a CPE teria o papel de coordenar o planejamento e a ação pioneira do Estado e o relacionamento com os órgãos federais, contando com o Departamento de Planejamento e de Projetos e um sistema subsidiário nas secretarias e em diversos setores sociais. [...] Quanto à temática, devem ser ressaltados alguns traços que distinguiram o esforço baiano: a preocupação com a engenharia institucional, que fez dela uma reforma administrativa efetiva [...].<sup>199</sup>

Esse esforço “registrou o diagnóstico do principal fator econômico da crise do nordeste, o qual afetava, particularmente, a Bahia; o desequilíbrio contra a região, nos fluxos triangulares Nordeste – Exterior – Centro Sul do Brasil” sintetizado na ideia de “um planejamento interadministrativo integrado, sob liderança do Governo do Estado, com seu órgão de planejamento participativo, à frente da sociedade baiana”.<sup>200</sup>

<sup>197</sup> ALMEIDA, Rômulo Barreto de. (Coord.). *Situação e problemas da Bahia – 1955: recomendações de medidas ao governo (Pastas Cor de Rosa)*. Salvador: Centro de Planejamento e Estudos – CPE, 1982. (Não publicado).

<sup>198</sup> Ibidem.

<sup>199</sup> Ibidem.

<sup>200</sup> Ibidem.

Os trabalhos foram organizados “no sentido de enquadrar as proposições contidas nas ‘Pastas Cor de Rosa’ ao processo histórico: o que veio antes, o que acontecia alhures, o que veio depois”. Destarte, a mobilização de técnicos e lideranças se nutria

pela convicção da dupla necessidade de colocar a Bahia nas cogitações da administração federal e assegurar, nos programas desta, corretas prioridades para suas atividades no território baiano, em coordenação com os esforços do Governo do Estado.<sup>201</sup>

As diretrizes gerais do estudo para o planejamento do desenvolvimento do Estado da Bahia, em número de dezessete, formam um grupo que se sintetiza a seguir:

- I. Prosseguir o Estado o planejamento, ou promove-lo com a elaboração da União e de missões de assistência técnica, e [...] das três esferas oficiais e da iniciativa privada [...].
- II. Organizar-se o Estado, administrativa e financeiramente para que sejam mais eficientes os seus dispêndios e, assim, sua participação no processo de desenvolvimento [...].
- III. Ajustar ou aperfeiçoar o Estado suas leis e instituições, no sentido de estimular iniciativas e aplicações de capitais particulares [...].
- IV. Organizar a colaboração técnica e financeira com os municípios e com entidades privadas, [...] devendo, quando necessário à realização deste, suprir, parcial ou totalmente, as deficiências da iniciativa particular ou publica local [...].
- V. Ao tempo em que se instala um mecanismo de assistência geral (...) procurando “ajudar a quem ajuda” [...], deve o Estado concentrar o Maximo de recursos em empreendimentos e atividades e em locais ou linhas geográficas, que resultem em maior produtividade para a economia conjunta do Estado [...]. No sentido desta diretriz, deve-se orientar o programa de regionalização dos serviços da administração estadual.
- VI. Nas linhas da diretriz anterior [...] a prioridade não é a de orientá-los para onde houver mais miséria, mas sim, para onde contribuam para dar maior produtividade aos outros investimentos [...], criando inclusive mais empregos produtivos e reduzindo, potencialmente, o êxodo para pontos tradicionais de atração, como a capital.
- VII. Promover investimentos da União e entidades federais compensatórios do desgaste tradicional no intercambio [...].
- VIII. Obter, mediante preparação técnica e política, favorecimento especial no regime cambial [...].
- IX. Capital Social – Promover um programa conjunto das três esferas administrativas, com ajuda possível de particulares, para o provimento do capital social necessário à utilização dos recursos naturais [...], obedecendo a prioridade, de acordo com a maior produtividade de cada projeto [...].
- X. Programa de redução das flutuações da economia agrícola ou de suas conseqüências sobre o abastecimento e a economia geral do Estado [...]
- XI. Programa agrícola, tendo em vista o objetivo anterior, propiciando condições gerais para o desenvolvimento da agricultura e do abastecimento [...].
- XII. Programa especial de empreendimentos, na escala estadual ou regional, de organização da economia agrícola e do abastecimento, com a colaboração financeira do Estado, nos termos do item IV.
- XIII. Programa de produção florestal [...] reduzir o desperdício [...] criar reservas de energia e matérias primas florestais, defesa de recursos de solos e água.

<sup>201</sup> ALMEIDA, Prefácio das “Pastas Cor de Rosa”, 1988, op. cit.

- XIV. Programa material, tendo em vista também reduzir a dependência das flutuações [...] ampliar a produção de minérios, para exportação e para desenvolver indústrias.
- XV. Programa industrial [...]. É um programa fundamental. Para ele concorrem todas as medidas apontadas [...] e de uma atitude mais participante do Estado, tendo em vista [...] ajudar a eclosão de um conjunto de indústrias que se completam nas economias externas de produção [...].
- XVI. Assistência e fomento à pequena produção artesanal e doméstica e a produção agrícola para abastecimento próprio ou local [...].
- XVII. Programas de interesse social e cultural direto, que contribuam para o processo de desenvolvimento, segundo programas estudados para este fim [...].<sup>202</sup>

A posse do novo governador Antonio Balbino, em 1955, teve como estimulante pano de fundo a construção da hidroelétrica de Paulo Afonso, a criação do Banco do Nordeste e a instalação da Petrobrás, as quais contribuíram para nutrir o espírito renovador do seu governo. Referenciado nesses pilares, um dos seus primeiros atos foi a criação, pelo Decreto n. 16.261, de 27 de maio de 1955, do Conselho de Desenvolvimento - CONDEB e a Comissão de Planejamento Econômico – CPE.

Os objetivos da CPE ficaram expressos no Art. 4º do Decreto que instituiu sua criação:

- a) Estudar e promover as medidas convenientes à estabilidade e desenvolvimento equilibrado do Estado e de áreas econômicas vizinhas, cujos interesses sejam solidários aos da economia baiana, podendo adotar um programa ou plano integrado de desenvolvimento, reunindo medidas de diversas esferas administrativas e de esfera particular [...].
- b) Estudar e propor, a quem competir, empreendimentos específicos que repute de interesse fundamental pelo seu caráter demonstrativo, pioneiro ou pela sua influencia sobre outras atividades para o desenvolvimento geral [...].
- c) Promover a colaboração mais estreita entre a administração estadual e a administração federal, as entidades autônomas e as forças da economia privada, tendo em vista acelerar o processo de desenvolvimento [...].
- d) Promover, diretamente, ou através da ação articulada de órgãos ou entidades colaboradoras a divulgação adequada dos recursos, possibilidades e condições para empreendimentos na Bahia bem como dos seus trabalhos [...].

Institucionaliza-se, assim, a discussão e os estudos sobre o planejamento da economia, como também a estratégia da industrialização do estado tendo Rômulo Almeida como seu principal protagonista. Um dos desafios a superar pelo governo e sua equipe era o angustiante atestado de inviabilidade econômica, denominado de forma lapidar por Octavio Mangabeira como “o enigma baiano”<sup>203</sup>, eufemismo explicativo da intelectualidade baiana para o descompasso econômico do estado.

O estado de torpor econômico despontou intranquilidades e levou a elite a diligenciar eloquente argumento imaterial para tornar inteligível o fenômeno de degradação produtiva.

<sup>202</sup> ALMEIDA, *Situação e problemas...*, 1982, op. cit.

<sup>203</sup> Temática abordada no capítulo I desta dissertação.

Assim, o enigma refletia a permanência de estruturas sócio-econômicas inertes realimentando mitos que mascarassem o atraso a partir de explicações extemporâneas.<sup>204</sup> A CPE foi criada, então, com o objetivo de fazer um diagnóstico da realidade econômica do estado. Isto contemplou a elaboração de projetos destinados a programar institucionalmente o planejamento estadual, disciplinando recursos e qualificando sua conveniente aplicação.

A CPE ficou conhecida como uma organização destinada a racionalizar as decisões de política administrativa da Bahia, através de um método de planejamento. Sua organização compreendia:

1- um conselho político em que secretários de Estado, Universidade e representantes das categorias patronais e de trabalhadores, além de algumas figuras de notória competência não vinculadas ao Estado, estavam presentes, sob a presidência do governador, que assegurava a vinculação permanente com os centros de decisões e as principais forças sociais.

2- uma organização técnica – a secretaria da CPE – que, por sua vez se vinculava à Universidade, sobretudo através do Instituto de Economia e Finanças da Bahia, bem como a secretaria técnica de uma entidade chave para a promoção do desenvolvimento, criada em março de 1957, a Fundagro – Fundação de Desenvolvimento Agroindustrial.<sup>205</sup>

A Comissão de Planejamento Econômico não se restringiu ao caráter econômico dos seus estudos e da realidade produtiva e das suas possibilidades, essa instituição atuou, segundo Milton Santos,

como um projeto acadêmico-universitário e político. Germinou a partir do Instituto de Economia e Finanças da UFBA, que funcionava junto à Faculdade de Ciências Econômicas, onde se fez um inventário sobre a situação econômica do Estado num contexto global.<sup>206</sup>

Paralelo a isso, pretendia propiciar a elaboração de projetos e programas destinados à implantação de um decidido sistema de planejamento institucional objetivando o entrosamento dos setores público e privado. Pretendia-se com isto aplicar a fórmula “de comprometer as classes produtoras no esforço de desenvolvimento e planejamento”<sup>207</sup> visando a efetiva modernização econômica do estado.

Rômulo Almeida concentrou-se, ao mesmo tempo, com a Secretaria da Fazenda e a Presidência da CPE. Suas credenciais legitimavam esse protagonismo, reforçadas pela sua passagem na Assessoria Econômica do segundo governo de Vargas, pela sua filiação partidária no PTB, e pela participação ativa nos debates sobre desenvolvimento industrial via

<sup>204</sup> OLIVEIRA, Nelson de, op. cit.

<sup>205</sup> ALMEIDA Rômulo. Meio Século de Propostas Sobre o Planejamento Regional da Grande Salvador. In: BA-SEI. *Planejamento na Bahia*. Salvador: BA-SEI, 2001. Gravação eletrônica.

<sup>206</sup> SANTOS, Milton. Meio Século de Propostas Sobre o Planejamento Regional da Grande Salvador. In: BA-SEI. *Planejamento na Bahia*. Salvador: BA-SEI, 2001. Gravação eletrônica.

<sup>207</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 59.

planejamento. Essa dupla função, convenientemente articulada para dar credibilidade ao governo Balbino, provocaram áreas de fricção ao interior da administração.

O prestígio pessoal de Almeida contribuiu para despertar animosidades entre os secretários inconformados com o seu papel de coadjuvantes nas políticas relativas às suas áreas de atuação, pois

[...] a CPE como órgão planejador das atividades do governo, dava-lhe um poder acrescido. Sua situação como Secretário da Fazenda, então cargo que acumulava com a presidência da CPE, deixava em suas mãos uma soma de competências que despertavam ciúmes de colegas de secretariado.<sup>208</sup>

As formulações sobre planejamento estadual, na medida em que iam ganhando contornos de uma decisiva política de governo foram, também, despertando resistências explícitas e um sentimento de ameaça à cultura e à hierarquia políticas do estado.<sup>209</sup> Nesta linha de raciocínio, os detratores de Balbino, logo após a tomada de posse do governo e a oficialização do programa de planejamento, externaram suas posições no jornal *A Tarde*, vespertino de maior circulação da Bahia, em 1º de junho de 1955<sup>210</sup>, veiculando o provocativo titular “Planejamento ou Simulação”.

Considere-se o fato de que o próprio governador era visto com reservas e desconfianças pelo grupo conservador que tinha no jornal *A Tarde*, o seu principal porta voz e cujo candidato havia sido derrotado. Além disso, a vitória de Balbino assentou-se na incomoda herança varguista e o seu discurso renovador de cunho populista contrastava com a manutenção de históricos privilégios, acirrando, deste modo, posições contrárias. Propiciou-se, assim, um ambiente favorável para conjecturas, as quais, na perspectiva de Guimarães, foram de caráter triplo

uma, das desconfianças com que foi recebido o novo governante; outra, de quem não compreendia como mudar sem que pusesse em risco sua estabilidade e prestígio; terceira, por fim, de uma mentalidade que não sabia ou não queria saber do fato de que as discussões sobre a necessidade de planejamento e de incentivo governamental à economia [...].<sup>211</sup>

É importante não perder de vista que além dessas suspeitas, havia que enfrentar as restrições materiais de que o estado padecia. À desvalorização dos seus produtos essenciais no comércio internacional se somavam às instáveis condições climáticas que contribuíram para

<sup>208</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 35.

<sup>209</sup> BRANDÃO, op. cit.

<sup>210</sup> Se referindo à criação dos dois órgãos, CONDEB e CPE, o jornal declarava “[...] o primeiro constituído por figuras da administração – aliás, de acordo com o padrão oficial é possível que não funcione. E o segundo possivelmente não funcionará, por excesso de membros [...]”. *A Tarde* 01/06/55, p. 3.

<sup>211</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 34.

minguar os recursos, e em consequência, sua capacidade produtiva. Destarte, Almeida aponta que os intentos de planejamento sofreram severas limitações “em função da pobreza de informações e de quadros técnicos, e por outro lado, a míngua de poupança pública a nível estadual”<sup>212</sup>.

Outro elemento que derivava controvérsias era o fato de que a palavra planejamento era associada às iniciativas de intervenção do Estado na economia e, em paralelo, aos países do bloco soviético já que, nas palavras de Guimarães, “os exemplos até então conhecidos e tratados comumente eram de planejamento nos países socialistas”<sup>213</sup>.

Um fator que merece atenção na arquitetura funcional da CPE foi a incorporação de técnicos especialistas em diversas áreas da dinâmica sócio-econômica, um novo tipo de intelectual – o tecnocrata – que não veicula mais os valores liberais clássicos, mas os valores ligados ao planejamento e à intervenção estatais.<sup>214</sup> Contemplou-se, também, a participação da sociedade e dos seus representantes comunitários, com a finalidade de promover o caráter democrático dessa iniciativa.

Uma prática que logo se implantou foi a crescente participação comunitária, já inscrita na própria organização da CPE através do Conselho, e de comitês ou grupos de “ad hoc”. Outra originalidade no funcionamento da CPE foi a do enfoque multidisciplinar dos problemas, para o que foram constituídas as equipes de especialistas em diversos ramos. Ao lado de economistas estavam sociólogos, engenheiros, arquitetos, agrônomos, educadores, sanitaristas e juristas.<sup>215</sup>

Essa assertiva foi reforçada e confirmada por Fernando Pedrão, ator privilegiado desses debates e dos trabalhos destinados à formulação de propostas para a racionalização administrativa do Estado. Com o intuito de congregiar as “forças ativas da sociedade”, Almeida criou as denominadas subcomissões para pensar a realidade baiana dentro de um horizonte multidisciplinar.

A grande novidade que Rômulo introduziu, [...] foi chamar as subcomissões, era o seguinte, identificou que tinha um certo número de problemas importantes na economia do estado, então ele formava um grupo misto, algum técnico ou técnicos da CPE, alguém de alguma secretaria especializada do governo e representantes do setor privado, que dizer, empresários e trabalhadores. Na verdade, o piso, o fundamento do planejamento com essas subcomissões era um negócio quase um soviet, um negócio realmente de as pessoas se reunirem para discutir as coisas.<sup>216</sup>

<sup>212</sup> ALMEIDA, 2001, op. cit.

<sup>213</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 34.

<sup>214</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia. *Cadernos CRH*, 02. 1987, p. 10.

<sup>215</sup> ALMEIDA, 2001, op. cit.

<sup>216</sup> Fernando Pedrão (Entrevista 23. 12. 2009).

### 3.2. Programa de Recuperação Econômica da Bahia

O planejamento da Bahia orientado pela CPE foi um trabalho pioneiro no sentido de adaptar o aparelho do Estado aos reclamos de modernização e industrialização nacionais. Considerando o predomínio agrícola da economia local foi criado o Fundo de Desenvolvimento Agro-industrial – FUNDAGRO, sua instituição e finalidade constavam no Programa de Recuperação Econômica da Bahia elaborado pela CPE<sup>217</sup>, que estabelecia como diretriz básica

permitir e ampliar a colaboração do Estado com pessoas físicas e jurídicas de direito privado e de direito publico, para a realização de projetos que interessem à economia agrícola e ao equilíbrio do abastecimento das diversas áreas do Estado.<sup>218</sup>

Além do FUNDAGRO, esse Programa de Recuperação contemplava, entre suas proposições, um Plano Energético, com oferta de energia elétrica prioritariamente para a região sul e sudeste do Estado. Dispunha-se, também, a elaboração de um Plano de Transportes e o Plano Rodoviário destinados a reestruturar a navegação baiana, os portos do litoral sul do estado e a Estrada de Ferro Nazaré.<sup>219</sup>

Nesse mesmo documento foram explicitados os fatores de retardamento da economia baiana, diretamente afetados pela conjuntura e o condicionamento externo de sua produção. Citavam-se, entre eles, “[...] a exportação para fora do País, os termos de intercambio e desgaste e, possivelmente, a baixa produtividade marginal do capital da Bahia”<sup>220</sup>. Essa tripla motivação era responsável pela instabilidade econômica que, pela sua vez, era originada pela “flutuação das safras agrícolas, agravada pelas secas; flutuação de mercados e preços no exterior;” acrescentada pela “inadequação regional da política monetária federal”<sup>221</sup>.

A produção agrícola de exportação centrada, predominantemente, no cultivo do cacau foi apontada como responsável pela dinâmica assimétrica do estado em relação aos outros estados do sul do país. Diante dessas evidências, impunha-se a necessidade de ampliação do horizonte produtivo estimando que

A diversificação da produção no Estado é considerada essencial para melhor equilibrar a economia geral, sem prejuízo e até como uma condição de maior produtividade e expansão das exportações para o exterior.<sup>222</sup>

<sup>217</sup> CPE. *Programa de Recuperação Econômica da Bahia*. Salvador: Edições CPE, 1958.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>219</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 13.



As citadas medidas reivindicavam organizar de forma racional as exportações. Embora a zona cacaueteira atua-se como centro gravitacional na economia da região, essas iniciativas eram propostas “tendo em vista, não só credenciar melhor nossos produtos pela qualidade, como reduzir fatores de instabilidade no mercado mundial”<sup>223</sup>. Referente ao primeiro fator de retardamento relacionado com a exportação para fora do país inferiu-se que

Necessitamos cada dia mais de mercados regulares e preços estáveis, embora moderados, do que de preços altos ocasionais, que alternam com os anos de crise e causam prejuízo duplo: dos mercados que se retraem e da ilusão de riqueza fácil.<sup>224</sup>

Os esforços, portanto, deveriam orientar-se no sentido de evitar a evasão de recursos originada, seja pela variação climática, seja pelos humores do mercado internacional de preços. A análise apresentada no programa de recuperação econômica, concluía que essa realidade constituía uma “verdadeira desgraça a Constancia com que a economia cacaueteira, por falta de convenientes aplicações para seus recursos livres, os transfere para fora da região, notadamente para o sul do país”<sup>225</sup>.

O desgaste dos termos de intercâmbio, identificado como o segundo fator de retardamento, decorria muito mais do condicionamento do mercado externo do que o interno. Essa realidade afetava negativamente a economia “devido provavelmente a dois fatores: o fracasso das indústrias locais, motivado pela instabilidade interna, e o desenvolvimento de indústrias competitivas nos mercados do sul e de Pernambuco”<sup>226</sup>.

A baixa produtividade marginal do capital, apontada como o terceiro fator de retardamento, coloca o estado diante do imperativo de atuar como promotor do planejamento, assim como a necessidade de dotá-lo de uma eficiente legislação fiscal incentivadora das inversões produtivas. Além disso, buscava-se disciplinar os investimentos federais e estaduais e os concentrar em áreas prioritárias; desenvolver um programa de formação e qualificação de mão de obra em sintonia com as demandas econômicas; elaborar um programa de abastecimento que permitisse preservar os salários nominais e a implantação de uma infraestrutura básica e de outras economias externas.

A equação destas iniciativas teria como consequência o desenvolvimento social e o bem-estar da população. Embora essa preocupação não faça parte da estrutura dorsal desse programa, a mesma repousava como um desdobramento dos pressupostos anteriores,

---

<sup>223</sup> CPE, 1958, op. cit., p. 16.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>226</sup> Ibidem, p. 18.

asseverando que o “progresso social resulta, essencialmente, do aumento dos investimentos para criar empregos produtivos, produzir mais e elevar os salários reais, ou seja, o poder de compra das populações”<sup>227</sup>.

Pode-se afirmar que dentre os projetos de relevância da CPE o que teve maior impacto foi o FUNDAGRO (Fundo de Desenvolvimento Agro-Industrial) criado no ano de 1956<sup>228</sup>. Fruto do desdobramento dos estudos da CPE teve a finalidade de implantar um conjunto de empresas destinadas a disciplinar de forma abrangente a produção agrícola, desde a seleção das sementes até a distribuição da sua produção. O modelo escolhido foi a de um “holding”<sup>229</sup> reunindo várias empresas orientadas para o desenvolvimento, racionalização e aumento da produtividade dos produtos primários. Esse desafio demandava uma eficiente infra-estrutura agrícola e de abastecimento, de modo a garantir a armazenagem, colheita, distribuição e transportes.

Sendo precursor nessa área, o FUNDAGRO, não esteve livre da oposição nem da desconfiança dos produtores acostumado a ver o Estado distante de qualquer interferência nas suas atividades econômicas. A proposta de organizar de modo racional a produção agrícola incomodou grupos vinculados ao monopólio da produção, “principalmente o do setor de abastecimento, onde o FUNDAGRO se fazia mais presente”<sup>230</sup>.

Neste particular, mereceu atenção o fato de que esses setores econômicos, no que diz respeito à gerencia de suas atividades, se revestiam da modalidade estritamente particular, e as iniciativas do Estado contrariavam seus princípios de administrar seus negócios de forma pessoal e independente. Embora cientes da necessidade de reativar sua produção, essencialmente restrita ao horizonte agrícola, resistiam em aceitar e dimensionar a extensão e profundidade da iniciativa e ação pública nessa área.

A referida necessidade ficou evidente no momento de enviar o projeto do FUNDAGRO ao legislativo. As resistências se limitaram a questões de forma sem alterar substancialmente a sua essência, resultando na aprovação do mesmo pelo executivo implantando, assim, um dos projetos mais eficazes e representativos do período em que a CPE foi um órgão diretamente vinculado à secretaria da Fazenda e dirigido pelo secretário da mesma, o economista Rômulo Almeida.

---

<sup>227</sup> CPE, 1958, op. cit., p. 44.

<sup>228</sup> O FUNDAGRO foi instituído pela Lei 849 de 19 de outubro de 1956 e regulamentado pelo Decreto Lei 16.700 de 16 de janeiro de 1957.

<sup>229</sup> Entre as empresas criadas a partir do FUNDAGRO podem-se citar a CASEB (Armazéns gerais e silos); ECOSAMA (Mecanização Agrícola); CAMAB (Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia); MAFRISA (Companhia Matadouros Frigoríficos S.A); CASEMBA (Sementes e comercialização no atacado); A Companhia de Energia Elétrica da Bahia (COELBA); A companhia Industrial de Pesca; entre outras.

<sup>230</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 103.

As tramitações no legislativo baiano foram articuladas pessoalmente pelo líder do Governo na Assembleia, o deputado Waldir Pires, cujo relato ilustra o consenso em torno do FUNDAGRO e a maneira como eram conduzidas as negociações com a oposição parlamentar do Governo Balbino.

Então eu adotei o seguinte critério. Eu ia muito à CPE, conversava muito com Rômulo, acompanhei muitos debates, como o do FUNDAGRO. A CPE organizava o projeto, o Rômulo conversava com o governador, as coisas finais se estabeleciam e eu pegava aquele projeto já pronto para ir para à assembleia, para a decisão de transformá-lo em lei, eu estudava esse projeto, um pré-conhecimento muito profundo de tudo o que tinha ocorrido e então eu tinha meu despacho com o governador como líder da assembleia. Então, governador, vamos ver o que a seu juízo é aqui inegociável, vamos a examinar e eu saía de lá com essa informações dele, alias, são inegociáveis esse, mais esse, etc. E a partir disto eu fazia alguns despachos com ele acompanhando essa evolução, porque eu chegava na assembleia, reunia o nosso pessoal, passava uma copia para todos os deputados e dizia, vamos a entrar na ordem do dia com esse projeto, vamos acompanhar isso, é uma coisa importante, leiam ai a exposição da mensagem, que a CPE produzia e em seguida dar conhecimento ao nosso pessoal e então pedia uma conversa à liderança da minoria, [...] então nos discutíamos o mérito das coisas e eu dizia para eles olha, o governo está querendo aprovar [...] com a participação e compreensão de vocês, [...], se achar que o projeto é contraditório em tal o qual objetivo, neste ou naquele aspecto da economia baiana, dos interesses baianos, nos discutiremos esse assunto e vamos conversar com o governo, eu me disponho a ser o intermediador [...] seja com o próprio Rômulo seja com o governador, etc. e tal. E assim nos fizemos sempre.<sup>231</sup>

Os primeiros anos de vida da CPE criaram uma áurea em torno de sua expectativa, enquanto órgão pioneiro no trabalho de racionalizar a dinâmica administrativa do governo, o que contribuiu favoravelmente para a aprovação do projeto destinado a dar eficiência ao abastecimento e produção agrícola. Em certa medida, o Fundo adquiriu relevância e eficiência em função da permanência, nos primeiros anos, do coordenador da comissão de planejamento e mentor da mesma, Rômulo Almeida.

O FUNDAGRO marcou uma linha divisória na política de organização da economia agrícola e do abastecimento. A ideia de criar um grupo de empresas que atuassem como uma organização de promoção e participação dentro de um horizonte abrangente, que ia além das restritas fases de plantação e cultivo teve, na primeira fase desse programa, caráter prioritário. Entre os condicionamentos da economia baiana predominantes à época, destacou-se a relação tensa entre os governos estadual e federal.

As assimetrias entre os estados e, principalmente com relação à Bahia, foram motivos de reclamos e de vocalizações dos dirigentes locais, apelando para um tratamento mais equânime. O governo Balbino não esteve alheio a essas demandas e, em 15 de agosto de 1956, um ano após sua posse, o governador envia carta ao Presidente da República Juscelino

<sup>231</sup> Waldir Pires (Entrevista 27. 12. 2009).

Kubitschek, intitulada “Participação da Bahia na Vida Nacional”<sup>232</sup> expondo suas inquietações e descrevendo os embaraços a que estava submetida a realidade econômica do estado em relação às outras unidades da federação.

O que me cumpre – como governador do Estado – é mostrar as novas condições críticas que tem ocorrido para a Bahia da política do Governo Federal, sem personalizar responsáveis e mesmo poderes, a partir do período em que assumi os encargos de sua direção. Devo salientar, se Vossa Excelência me permite, os fatores principais: a hesitação e injustiça da política cambial; a falta de suficiente sensibilidade para as necessidades conjunturais de financiamentos, apesar de manifestações favoráveis do Banco do Brasil; e, ultimamente, como terrível impacto, ou reflexos do aumento de vencimentos do pessoal civil e militar da União. Esses fatores negativos, Senhor Presidente, exigem corretivos e é por isso que lhe peço vênha para analisá-los, expondo-os à alta sabedoria de Vossa Excelência e ao seu devotamento à causa do progresso e da melhoria das condições de vida dos brasileiros.<sup>233</sup>

Considere-se o fato de que o Governo Federal, à época, já tinha implantado o Plano de Metas e a carta do governador da Bahia avocava, principalmente, “compensações financeiras através de financiamento em longo prazo; financiamento por antecipação de receita; aval do governo federal para concessão de empréstimos estrangeiros”<sup>234</sup>. Todavia, as reivindicações por um tratamento igualitário ficaram expressas no conjunto dessas compensações que apelavam por “um programa mínimo do plano de metas no território baiano”<sup>235</sup>.

Os efeitos econômicos desfavoráveis da relação com o governo federal, especificamente a relacionada à política cambial, deram a entender, na missiva do governador, perigos latentes de unidade federativa. Diante da insensibilidade administrativa do Presidente da República restava como opção a autonomia e a busca de um caminho independente como solução para o bem-estar do seu povo.

[...] esta situação anômala representa uma verdadeira crise da federação e poderá levar – tão dramática se vai tornando – à demissão da própria autonomia por parte de um grande número de Estados que melhor atenderiam aos reclamos materiais do seu povo, no sentido de satisfação às necessidades mínimas de obras e serviços, se passassem a viver sob o estatuto de territórios federais.<sup>236</sup>

A intenção de Balbino foi sensibilizar o Presidente Juscelino, no sentido de contemplar as demandas estaduais no Plano de Metas, as entrelinhas de sua carta implicaram em apreensões não declaradas. A menção a um possível separatismo do estado capilarizou

<sup>232</sup> DIÁRIO da Assembleia Legislativa. Estado da Bahia, 15 de Agosto de 1959. Antonio Balbino. *Carta ao Presidente Juscelino Kubitschek*.

<sup>233</sup> Ibidem.

<sup>234</sup> Ibidem.

<sup>235</sup> Ibidem.

<sup>236</sup> Ibidem.

desconfianças já que essa carta sobre a participação da Bahia “dizia no fundo que a Bahia estaria melhor se fosse um país independente do que um estado. Isso incomodou Juscelino”<sup>237</sup>.

### 3.3. O PLANDEB

No decorrer dos trabalhos e estudos da CPE, foi adquirindo corpo outra ideia resultando num dos mais completos documentos sobre o desenvolvimento da economia e indústria baianas denominado de PLANDEB.

O Plano de Desenvolvimento da Bahia foi sedimentando as diversas análises e projetos dentro de uma perspectiva mais sistematizada e num sentido de caráter global. Ele teve como principal distintivo o fato de saber utilizar a experiência acumulada nesses quatro anos do governo Balbino e a fértil institucionalização do planejamento a partir da CPE. Acresce-se a isso o esforço do multidisciplinar empreendido pelos quadros de técnicos, os quais contribuíram substancialmente à altura das suas demandas.

Embora iniciado no governo de Antonio Balbino, o Plano foi concluído e apresentado publicamente no ano de 1959, prevendo sua efetivação no governo posterior de Juracy Magalhães. Seguindo orientação semelhante aos projetos da própria Comissão de Planejamento Econômico, o PLANDEB, propunha um caráter dorsal para o desenvolvimento econômico e social e creditava a fértil experiência dos seus estudos anteriores que tinham maior correspondência com essa finalidade. Suas formulações estavam dispostas numa parte introdutória, seguida de 15 capítulos cuidadosamente detalhados para as diversas facetas da economia baiana. Fruto das análises empreendidas no governo Balbino, sua operacionalidade destinou-se ao quadriênio seguinte, compreendido entre 1960-1963.

O Plano diferenciava-se dos elaborados pela CPE, já que seu caráter temporal não era restrito a um circunstancial período governamental. O horizonte de suas apreciações estava orientado numa perspectiva mais ampla indo além da fronteira dos quatro anos do executivo e avançava, também, no que se refere ao conhecimento dos problemas enunciando e definindo, não só caminhos para a sua problemática senão, também, soluções. Apoiado em consistente e densa documentação o PLANDEB.

---

<sup>237</sup> Fernando Pedrão (Entrevista 23. 12. 2009).

[...] é um catálogo de idéias e dificilmente se encontra qualquer coisa importante realizada na Bahia que não esteja ali enfocada ou, pelo menos, pré-equacionada. Creio que houve muito de original e muita coisa que ainda é válida. Essa experiência teve o poder de influenciar pelos menos as ações planificadoras no Estado de Minas Gerais.<sup>238</sup>

Na sua introdução o Plano se apresenta “reunindo o esforço estadual, o federal e uma adicional coordenação de inversões municipais e privadas”<sup>239</sup>. Nesse sentido, se buscou a complementação com as iniciativas lançadas pelo governo federal sendo concebido “em perfeita integração com a Operação Nordeste, tão oportunamente lançada pelo Presidente da República, com adequada visão dos problemas regionais”<sup>240</sup>.

Com respeito aos objetivos e às finalidades do plano se destaca o de “alcançar melhor utilização dos recursos naturais e humanos da Bahia, criando oportunidades de melhores empregos para a população [...] e elevando progressivamente a renda real [...]”<sup>241</sup>. Já, com relação ao desenvolvimento dos recursos visa “ampliar as exportações de produtos agrícolas e minerais”<sup>242</sup>.

Ainda dentro dessa temática, o PLANDEB contemplou duas preocupações de cunho social que não conformaram prioridades governamentais nos primeiros estudos sobre planejamento estadual: educação e saúde. Assim,

é finalidade do Plano ampliar as possibilidades públicas e particulares para suprimentos das necessidades educacionais e dos serviços de assistência médico-social mais voltados para a elevação do padrão social e econômico das massas populares.<sup>243</sup>

Acrescenta que “O primeiro objetivo – objetivo mais direto, não sendo, porém, o principal – é o de disciplinar a aplicação dos minguados recursos de investimentos ao alcance do Governo do Estado”, esclarecendo que o “objetivo principal, entretanto – ao contrário do que aconteceu no caso de um Estado rico – foi o de orientar, no sentido de melhor aplicação, os recursos federais que vão sendo já invertidos, sem planejamento adequado, no território baiano”<sup>244</sup>.

No seu denominado “Sentido Nacional do Plano Baiano” e considerando sua inserção via “Plano de Metas” estabelece que o mesmo “se insere inteiramente na política que ditou o ‘Programa de Metas’, sendo de ressaltar a contribuição que ele pretende dar ao balanço de

<sup>238</sup> ALMEIDA Rômulo. 2001. Op. Cit.

<sup>239</sup> CPE. *Plano de Desenvolvimento da Bahia – PLANDEB*. Salvador: Governo da Bahia, 1959, p. 5.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>244</sup> *Ibidem*.

pagamentos do país, tanto produzindo exportações, como substituindo importações nacionais.”<sup>245</sup> Essa inserção do plano baiano ao “Plano de metas”, não descarta o registro de uma crítica indireta ao governo federal no que diz respeito ao empenho depositado com relação ao estado da Bahia, lamentando que “a realização das ‘metas’ no território baiano não tem obedecido ao mesmo ritmo que se verifica em outras partes do país”<sup>246</sup>.

Numa tentativa de restituir os reclamos do Estado com relação ao tratamento diferenciado e às assimetrias do estado com as unidades federativas do sul, asseverava que em aparência

a Bahia ficou relegada para outra época, seja pelas condições políticas já ultrapassadas, seja pela duvidosa doutrina de concentrar todos os recursos nacionais no suposto centro, dinâmico do país, a fim de que daí se possa irradiar mais tarde o progresso para o resto do país.<sup>247</sup>

Foram citados três fatores que não foram levados em conta pelo Governo Federal os quais representam prioridades na área de investimentos estaduais:

- 1) A existência de recursos naturais e humanos que possibilitam uma alta produtividade a investimentos programados, em benefício de exportações e do programa de desenvolvimento do País;
- 2) A compensação parcial às contribuições da economia baiana para o desenvolvimento geral do País (contribuição cambial e petróleo);
- 3) O necessário e inadiável atendimento de padrões mínimos de subsistência e de educação a todos os brasileiros, como objetivo que, mantendo e valorizando o capital humano de nacionalidade, pretere, inclusive, investimento de tangível caráter desenvolvimentista.<sup>248</sup>

Merece atenção o destaque que o Plano deu, tanto à agricultura como à industrialização, evidenciando a prioridade de resultados da racionalização da produção agrícola. Embora o processo relacionado à melhoria da produtividade de produtos primários já se encontrasse estruturada a partir do FUNDAGRO, o Plano definiu dois objetivos para o seu programa agrícola, destinados especificamente: a aumentar a produtividade e ampliar a área ocupada.

Com relação ao seu principal produto, o cacau, ressalta o efeito da política cambial que transfere grande parte da riqueza estadual para a região sul. Todavia, numa apreciação mais criteriosa, a redação do texto submete a exame os momentos favoráveis que os

---

<sup>245</sup> CPE, 1959, op. cit., p. 32.

<sup>246</sup> Ibidem.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>248</sup> Ibidem, p. 33.

produtores de cacau tiveram, sem, no entanto, transformá-los em perspectiva virtuosa, afirmando “que economia baiana não aproveita das ‘vacas gordas’ do mercado internacional do cacau, embora tenha sofrido penosamente das ‘vacas magras’”<sup>249</sup>.

Destarte, no que diz respeito ao tema agricultura e abastecimento, o plano ressaltava a importância do combate às secas cujos efeitos deveriam ser combatidos com a combinação dos vários sistemas. Estes tinham a finalidade de abordar a questão agrícola de forma mais abrangente não se limitando ao período da safra nem a sua comercialização.

O texto descreve o conjunto de sistemas destinados a essa finalidade, a saber: Sistema Fundagro; Sistema de Pesquisa e Fomento; Ampliação da Fronteira Agrícola e Mudança da Estrutura Agrária e pelo Sistema de Combate às Secas. Em reforço a dita proposta o plano objetiva para o setor agrícola:

- a) Solucionar os problemas regionais de abastecimento;
- b) Reduzir a instabilidade de mercados e preços;
- c) Reduzir os custos agrícolas e aumentar a produtividade (também pela diversificação);
- d) Efetivar uma organização econômica contra a seca e seus efeitos;
- e) Ampliar as oportunidades de emprego nas atividades rurais;
- f) Ampliar as exportações de produtos do Estado;
- g) Ajudar o processo de industrialização;
- h) Aumentar a renda no setor agrícola;
- i) Melhorar a estrutura agrária.

A questão Industrial é outro ponto que merece análise mais atenta nesse Plano de Desenvolvimento Estadual, como expressão concreta da efetivação do programa de desenvolvimento local. A estratégia Industrial do Plandeb abordava os seguintes aspectos:

- 1. Política:** Criação de condições e facilidades para a Industrialização; Ação Promocional do Estado – Prioridades; Empreendimentos e Serviços de Interesse Prioritário.
- 2. Metas:** Novos Empregos Industriais; Renda Adicional.
- 3. Projetos Específicos em elaboração ou execução:** Novas Indústrias; Reequipamento e Ampliação de Indústrias Existentes; Recuperação da Indústria Fumageira; Recuperação da Indústria Têxtil; FUNDAGRO; Artesanato.
- 4. Programa de implantação de Indústrias:** Novos Empregos e Aumento de Renda; Oportunidades Industriais: *Indústrias químicas; Aproveitamento de recursos*

---

<sup>249</sup> CPE, 1959, op. cit., p. 47.



*minerais; Manufaturas de aço; Manufaturas de metais ferrosos; Indústrias baseadas na agricultura; Industriais promotoras de industrialização.*

**5. Indústria Petroquímica:** Esquema para Implantação da Petroquímica.

**6. Siderurgia:** Mercado, Capacidade, Produtos, Processos e Equipamentos da Usina; Localização; Anteprojeto Técnico.

**7. Anexo:** Plano Geral de Industrialização.

No sentido de ir além das fronteiras meramente econômicas e administrativas, o Plano avançou substancialmente com relação a outros estudos e projetos promovidos pela CPE e sua equipe no que respeita às questões sociais da sociedade baiana. Nesta linha de proposições, o PLANDEB contemplou no seu corpo questões relacionadas à educação e à saúde, dois temas relevantes para humanizar o desenvolvimento da Bahia rompendo a frieza dos números e estatísticas.

Adicionava a esta temática a preocupação de contemplar a educação, não como mero instrumento de alfabetização formal e aquisição de conhecimentos gerais sobre a realidade, mas como detonador de ativa transformação da arquitetura socioeconômica. Na análise do Plano, o ensino primário “é apenas alarmante” e, considerando que, “50% das salas estão localizadas nas cidades. Daí, 903.588, quase um milhão de crianças, no interior do Estado sem condições de alfabetizar-se”<sup>250</sup>.

As recomendações com relação ao ensino primário deixaram em desabono as boas intenções, já que dentro dos ditames e das prioridades “só importa educar aqueles para quem a educação importa, embora a todos cumpra dar alguma sorte de assistência educativa”<sup>251</sup>. Esta assertiva abre espaço para diversas interpretações deixando a prioridade educacional como elemento meramente decorativo dentro das prioridades do governo.

Considerando a educação elemento irradiador de transformações, merecia especial atenção o ensino médio, o qual, nas recomendações do texto “é grande a demanda de especialistas de nível médio que o desenvolvimento tende a determinar”<sup>252</sup>. Acrescentava ainda, sem deixar de endossar críticas ao modelo da educação tradicional, em especial à dos municípios do interior do Estado, o papel diferenciador da política educacional do Plano, esclarecendo que:

O recurso de que lançará mão o Governo estadual é atender a essa demanda através da criação de cursos comerciais, industriais, agrícolas e normais, em vez de ceder à tendência das reivindicações interioranas que sempre querem a criação de novos

<sup>250</sup> CPE, 1959, op. cit., p. 144.

<sup>251</sup> Ibidem.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 145.

ginásios nos diferentes municípios, numa ampliação exclusivamente quantitativa de um sistema de ensino secundário que foi concebido e elaborado em termos aristocráticos.<sup>253</sup>

O Plano, portanto, estimava para o ensino médio:

- 1) **Ensino Secundário Humanístico:** contemplando melhoria, conservação e manutenção da rede de colégios oficiais, bolsas de estudo estaduais e federais, internato em Cruz das Almas para os filhos de funcionários lotados no interior e financiamento de colégios-modelo.
- 2) **Ensino técnico Profissional:** ensino industrial e artesanal para preparo de mão de obra, aperfeiçoamento dos professores do ensino industrial, ampliação das atividades pedagógicas e do Instituto Mauá.
- 3) **Ensino comercial:** construção um edifício para a instalação do SESC e as classes do SENAC.
- 4) **Ensino Agrícola:** Cursos vocacionais e núcleos de indústrias rurais nas Escolas Agrotécnicas, Agrícolas e de Iniciação Agrícola.<sup>254</sup>

No que diz respeito ao Ensino Normal, determinava-se a ampliação de ginásios no interior, objetivava instalar o curso normal e construção de novas sedes. Já no Ensino Superior e tendo em vista o desenvolvimento da economia agrícola como tarefa prioritária, os esforços e recursos se concentravam em equipar as duas unidades nesse âmbito, a saber: a Escola de Veterinária e a Escola Agrônômica de Cruz das Almas.

Outro aspecto que é observado pelo Plano e aquele que envolve diretamente o fator humano: a Saúde. Numa radiografia sobre a assistência sanitária no interior do Estado, o documento registra que:

A rede de unidades incumbidas de assistência médico-sanitário no interior abrangia, até o ano passado (refere-se ao ano de 1958), 32 postos construídos pelo Estado, 4 construídos pelos municípios onde estão localizados, 2 em construção a cargo do Estado, 2 funcionando em hospitais, 17 a cargo do SESP e 127 instalados em casas alugadas ao Estado.<sup>255</sup>

Para recuperar este fragilizado quadro, previa-se “a construção de mais de 80 postos de higiene no interior”<sup>256</sup>. Além dessa providência físico-estrutural se pretendia “assegurar a permanência de pelo menos um médico em cada município baiano (em 1959 existiam 33

<sup>253</sup> CPE, 1959, op. cit., p. 145.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 145-146.

<sup>255</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>256</sup> Ibidem.

municípios baianos sem médico)”.<sup>257</sup> Os estabelecimentos hospitalares se encontravam dentre as inquietações relacionadas à saúde. Neste sentido descreve-se que “de 45 estabelecimentos existentes no interior, 11 funcionam precariamente, 29 estão fechados e 5 ainda por serem concluídos”<sup>258</sup>.

O saneamento básico ocupava lugar nesse diagnóstico estadual da saúde e que, embora não seja imperativo dorsal do planejamento econômico, mereceu análise detalhada. Assim, o abastecimento de água e o esgotamento foram citados como “fatores fundamentais para combate às endemias, embora apenas indiretamente ligados ao setor de saúde, [...] como pontos fundamentais de uma política de saneamento”<sup>259</sup>. Acrescentando ainda que:

Em 1959, de 169 sedes municipais baianas, apenas 49 possuíam serviços de abastecimento d’água, e somente 46 eram servidas de rede de esgotos. Na capital, de um total de 90 mil prédios, aproximadamente, apenas 6.500 estão ligados à rede de esgotos (os demais servidos por fossas) e somente 45.000 ligados à rede de abastecimento d’água.<sup>260</sup>

No nível concreto dos obstáculos para ao processo de desenvolvimento, o PLANDEB, enfatiza dois aspectos: a supremacia do prestígio pessoal sobre o funcional revelando o “primitivismo” em que se encontram as relações entre os homens públicos, fazendo do prestígio pessoal o principal protagonismo da dinâmica político-administrativa. O outro elemento abordado é o clientelismo e sua relação entre os representantes eleitos e o seu eleitorado, transformando o interesse público das comunidades em “favores pessoais” que, em termos eleitorais produzem “rendosos resultados”. Essas proposições despertaram críticas e resistências, as quais iam desde o âmbito político até o relacionamento pessoal de Rômulo com personalidades diversas dentro e fora do governo. A imprensa, por sua parte, desempenhou papel relevante na tarefa de fazer públicas posições a favor e contra o Plano apresentado.

O jornal *A Tarde* expressou sua opinião em relação ao PLANDEB e ao caráter oficial do mesmo. Criticando as diversas tentativas feitas no Estado nesse sentido e os recursos desperdiçados nessas iniciativas, alertava para as demandas políticas e partidárias contidas no projeto e questionava sua concreta execução “porque a Bahia está se cansando de planos que jamais chegam ao fim”<sup>261</sup>. Com relação ao âmbito federal, destacava-se o protagonismo do Plano de Metas, contemporâneo do PLANDEB, sendo responsável inicialmente pela

---

<sup>257</sup> CPE, 1959, op. cit., p. 154.

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> Ibidem, p. 155.

<sup>260</sup> Ibidem.

<sup>261</sup> *A Tarde*. 04.12.1960, p. 5.

formação do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste), e que diferia substancialmente da proposta estadual. Destarte,

Enquanto o GTDN propunha um modelo autônomo, visando a repetir, no Nordeste, o desenvolvimento capitalista do Sudeste, o PLANDEB, [...] propunha um modelo de integração ao desenvolvimento do próprio sudeste, como caminho para chegar-se ao desenvolvimento sustentável da Bahia.<sup>262</sup>

A elaboração do PLANDEB foi posterior ao interregno entre a saída do secretário da Fazenda do governo Balbino e o seu retorno ao governo do Estado, desta vez como secretário sem pasta no governo do seu sucessor Juracy Magalhães. Nesse período, que abrange a maior parte do ano de 1957, até o ano de 1959, retorno ao governo de Juracy Magalhães, Almeida se candidatou a vice-governador na chapa de Juracy, perdeu as eleições e foi convidado para participar em um governo controlado pela UDN, decididamente avesso ao planejamento econômico promovido pelo Estado.

No ano de 1958, atuando como vice-presidente da Rede Ferroviária Federal, o PTB baiano indicou o nome de Rômulo Almeida para pleitear o Governo do Estado. Numa carta ao Secretário Geral do PTB da Bahia, Inácio Souza, Almeida agradeceu a escolha, alertando, porém, “a adicional desvantagem de não dispor de recursos materiais, pela origem humilde de minha família e pela absorção completa do meu tempo nas tarefas públicas”<sup>263</sup>.

Ressentia – se, também, da desproporção econômica com relação aos seus adversários de campanha e a falta de mobilização do eleitorado baiano. Assim, apelando para o seu realismo afirmava não ser o mais habilitado para manter sua candidatura “pois, infelizmente a capacidade de mobilização do povo ainda está fraca para superar a influência do poder econômico, aliado ao das máquinas políticas”<sup>264</sup>. Envia-lhe, ainda, carta ao presidente do Diretório Nacional do PTB, João Goulart, no sentido de ter o aval do mesmo para sua candidatura, a qual

só teria significado para mim como um dispositivo de unificação e fortalecimento de nosso partido, fragmentado em meu Estado [...]. Seria candidato desde que o Partido se unisse em torno do meu nome e, com o seu apoio, me indicasse para a suprema honra de aspirar o Governo de minha terra, na sucessão de Antonio Balbino [...].<sup>265</sup>

A intenção do PTB da Bahia não tem o mesmo eco a nível nacional, e o próprio João Goulart convidou Rômulo para ocupar um posto no Ministério do Trabalho, levando Almeida

<sup>262</sup> SPINOLA, 2009, op. cit., p. 258.

<sup>263</sup> Carta ao Secretário geral do PTB-Bahia. Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1958.

<sup>264</sup> Ibidem.

<sup>265</sup> Carta ao Presidente do Diretório Nacional do PTB. Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1958.

a expressar sua gratidão pela confiança depositada, porém ressaltando que seria impossível aceitar “por motivos de alta conveniência partidária [...] por um ponderável motivo de ordem moral”<sup>266</sup>. Esse interregno anterior às eleições foi de inúmeros contatos para poder sustentar a candidatura petebista ao governo do estado.

Diante do desestímulo do PTB Nacional, Rômulo enviou outra missiva para Goulart, invocando sua interferência além de sua disposição de desistir do contencioso eleitoral, destacando que “proclamei a sua autoridade de julgar os interesses do PTB baiano e da própria Bahia à luz dos interesses nacionais [...] estou pronto a recuar e renunciar desde já”<sup>267</sup>. Com relação às lideranças do PTB baiano, especificamente Alaim Mello e Clemens Sampaio, Rômulo fez a seguinte descrição: “duas figuras que realmente manipularam, com o apoio de Jango, o comando do partido”<sup>268</sup>. Já com relação à sua candidatura para o executivo estadual ressalta: “o Clemens [...] retirou a candidatura, dentro de uma combinação com o Balbino e com o apoio do Jango”<sup>269</sup>.

Diante do quadro desfavorável, Almeida tenta buscar saídas honrosas para o seu pleito ao governo. Encaminha-se pessoalmente ao Rio para ter uma conversa com João Goulart “mas o Jango disse que eu não tinha chance [...] que Balbino já havia ganho a parada e tudo mais”<sup>270</sup>. O desenlace posterior a essa frustrada candidatura foi descrita pelo próprio Rômulo em um documento denominado “Uma Historinha Eleitoral”<sup>271</sup>.

Com relação à sua candidatura afirmou que “Balbino, entretanto, conseguiu habilmente convencer Jango de ele estava absoluto”<sup>272</sup>. Acrescentava importante perspectiva para esse enredo eleitoral:

Juracy nesse período de articulação de candidaturas não se considerava em condições de competir para ganhar. Nem Vieira de Mello<sup>273</sup>. Mas todos queriam derrotar o que consideravam um capricho de Balbino, apesar do nome digno que ele usou. Não havendo candidato trabalhista com apoio de Jango, ao contrário, tendo o PTB retirado o pré-lançamento do meu nome, Juracy se lançou para governador e Vieira entrou para dividir o PSD, já combinado com ele.<sup>274</sup>

<sup>266</sup> Carta a João Goulart. Bahia, 28 de Junho de 1958.

<sup>267</sup> Carta a João Goulart. Bahia, 05 de Julho de 1958.

<sup>268</sup> ALMEIDA, Rômulo (*Entrevista, 26 de abril de 1988*). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/ Petrobrás. 1988.

<sup>269</sup> *Ibidem*.

<sup>270</sup> *Ibidem*.

<sup>271</sup> ALMEIDA, Rômulo. “Uma Historinha Eleitoral” [(Bilhete de Panamá (II)) s/d.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>273</sup> Viera de Mello. Secretário de Viação do Governo Juracy Magalhães e membro do Partido Social Democrático PSD.

<sup>274</sup> ALMEIDA, “Uma Historinha Eleitoral”, s/d, op. cit., p. 2.

Diante da sua retirada, Rômulo foi atraído para a chapa do candidato Juracy Magalhães com a promessa de contar com uma segura vitória.

Juracy me oferecia tudo, mas resisti a duas investidas. Afinal, na terceira, aceitei, dentro de condições negociadas, pois enquanto Juracy me dizia que minha participação era ‘a condição de vitória’ que estava faltando (o que repetiu no discurso irradiado em que foi lançada minha candidatura a vice em sua chapa) eu estava seguro que ele seria eleito, mas eu não.<sup>275</sup>

Suas suspeitas tinham como alvo o seu concorrente.

Era candidato a Vice do governo um homem hábil e rico, que contaria com a máquina total do PSD e sua rede comercial: Orlando Moscozo. Ele já contava inclusive com o PC, cujo jornal financiara, conforme me contou uma liderança, penalizada de não me poderem dar apoio. Por outro lado, era candidato a vice junto com Vieira, o prefeito da Capital, Helio Machado [...] habitual em ajudar as festas do interior com as gambiarras da prefeitura de Salvador.<sup>276</sup>

Comparativamente, deixava expresso seu patrimônio “Eu só tinha a imagem de renovação e seriedade, o trabalho feito na CPE – Fundagro. [...] Recursos para a campanha de Vice: zero”<sup>277</sup>. Embora lhe parecesse confiável a figura de Juracy, não podia afirmar o mesmo, de forma categoricamente, sobre membros da UDN “tinha minhas razões para desconfiar de certos udenistas influentes que, embora jogando no então poderoso Juracy, eram palacianos. [...] Não podia, portanto, contar com a vitória para o Vice”<sup>278</sup>. Essas desconfianças levaram a Almeida a estabelecer um acordo sob “condições negociadas”, as quais se resumiam a três:

- (1) que haveria recomendação para que as bases votassem efetivamente em mim, condição elementar óbvia.
- (2) eu manteria minha candidatura a Deputado Federal, mas como esta seria sacrificada pela dificuldade de fazer campanha dupla, pela recusa do eleitor de votar duas vezes e pela imagem de vitória da chapa Juracy-Rômulo, Juracy me asseguraria, dos seus fiéis colégios, 3.000 votos para garantia de minha eleição para a câmara. Juracisinho, entusiasta de minha participação na chapa, ficou encarregado pelo pai de tomar as providências; afinal
- (3) ganhando ou não ganhando para Vice, caberia a mim, como representante do PTB autêntico, liderar o setor econômico no governo Juracy, compreendendo CPE, Fundagro e Banco de Fomento<sup>279</sup>.

<sup>275</sup> ALMEIDA, “Uma Historinha Eleitoral”, s/d, op. cit., p. 2.

<sup>276</sup> Ibidem, p. 2-3.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>278</sup> Ibidem.

<sup>279</sup> Ibidem, p. 3-4.

O resultado das eleições para vice-governador resultou numa grande frustração e derrota política-eleitoral. As recomendações de Juracy aos seus chefes políticos do interior não ecoaram a favor das negociações pré-estabelecidas. Abertas as urnas verificou-se que “grande parte da UDN não votou em mim, ou votou em branco [...] soube de recomendações especiais de sabotagem”<sup>280</sup>, quadro duplamente favorecido pela recorrente prática de fraude e pela falta de uma estrutura de fiscalização que, de parte do candidato, não existia, comprometendo, inclusive, sua eleição para Deputado Federal. Restou, o último item do acordo, a saber, ocupar o setor econômico do governo. Com observância das condições negociadas, Rômulo é convidado para ocupar uma Secretaria sem pasta, representando um elemento do PTB, no meio de um secretariado e de um governo da UDN.

Merece destaque o fato de que Almeida não tinha o controle sobre os recursos estaduais. A titularidade da Secretaria da Fazenda recaiu em Aliomar Baleeiro, que coincidentemente, nesse mesmo ano não foi eleito para deputado federal pela UDN e teve, desde a juventude quando foi diretor do jornal *O Estado da Bahia*, desencontros pessoais com Rômulo.

A convivência dentro do governo udenista, e pessoalmente com o novo Secretário da fazenda, Aliomar Baleeiro, se torna cada vez mais insustentável. Neste clima de animosidades Rômulo escreve uma carta a seu desafeto em função de desentendimentos por causa de um terreno para as instalações da CPE, declarando que “não aceito continuar no Governo nessas condições”<sup>281</sup>. De fato, esse motivo era apenas a gota d’água que transbordava os limites do convívio. Na mesma carta, Almeida adjetivava seu adversário de forma explícita:

O fato de que venha a me considerar degradado da dignidade de secretário e que seja vencido pelo ‘homem forte’. Não impede, entretanto, que encare com frieza esses fatos políticos e, sem embargo de ferido por eles, continue com a mesma cordialidade, mas de fora.<sup>282</sup>

Rômulo oficializava, assim, seu pedido de exoneração em carta ao Governador em dezembro desse mesmo ano. Em resposta datada do dia 13 de Janeiro do ano seguinte, Juracy responde à missiva acusando o recebimento do pedido de Almeida “com uma série de comentários que positivavam a divergência profunda em que se encontra com o Aliomar”<sup>283</sup>.

<sup>280</sup> ALMEIDA, “Uma Historinha Eleitoral”, s/d, op. cit., p. 4.

<sup>281</sup> Carta dirigida a Aliomar Baleeiro, Secretário da Fazenda do governo Balbino, Bahia 9-9-1959.

<sup>282</sup> Ibidem.

<sup>283</sup> Carta do Governador Juracy Magalhães a Rômulo Almeida, Salvador, 13 de Janeiro de 1960.

Enaltecendo e valorando o papel de ambos os secretários, Juracy argumentava, convenientemente, de acordo a suas circunstâncias: “Respeito as razões suas, como as do Aliomar, mas não posso prescindir da colaboração de ambos. Nossa terra necessita de sua experiência, do seu tirocínio, do seu renome, do seu patriotismo”<sup>284</sup>. E concluiu: “Nego, assim, o pedido que vem formular, convencido de que o passado ainda poderá vencer os embaraços pequenos em favor dos grandes objetivos da administração baiana”<sup>285</sup>.

A saída de Rômulo do governo Juracy e o rechaço do PLANDEB na Assembleia Legislativa marcam o eclipse do processo de modernização administrativo pautado pelas iniciativas de planejamento econômico do Estado. As circunstâncias políticas, tanto locais como nacionais, surgiram de forma concomitante e se transformaram em obstáculos, cuja superação, demandava esforços além da capacidade técnica de Almeida.

---

<sup>284</sup> Carta do Governador Juracy Magalhães a Rômulo Almeida, Salvador, 13 de Janeiro de 1960.

<sup>285</sup> *Ibidem*.



## CAPÍTULO IV

### PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

O Estado brasileiro tem a marca histórica de planejamento estatal, principalmente após a crise econômica de 1929, com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico do país, transformando o horizonte produtivo e o papel do Estado no âmbito da racionalidade administrativa. O colapso da Bolsa de Valores de Nova York trouxe consigo a necessidade de organizar as economias afetadas mundialmente e rever os pressupostos que orientavam a dinâmica socioeconômica das nações.

Antes disso, porém, o governo brasileiro já intervinha na economia de forma direta controlando a oferta do café e o câmbio, dois mecanismos de intervenção para conter as consequências desastrosas desse grave momento e minimizar os seus efeitos. Paralelo a isso, as exportações de produtos primários para o exterior após a primeira guerra e a contenção de gastos do governo com importações no mercado internacional contribuíram para o processo de acumulação de capitais no sudeste do país.

A região sul do país desempenhou-se como centro gravitacional para a tomada de posições políticas face à predominância da cultura cafeeira, o que permitia identificá-la como o motor econômico do Brasil. Em função desta realidade, o estado de São Paulo passa a protagonizar o papel de grande abastecedor do mercado interno, concentrando poder econômico e político.<sup>286</sup> Portanto, o colapso mundial da economia e a posterior depressão fizeram com que o Brasil encerrasse sua fase de desenvolvimento baseada nos recursos primários destinados à demanda externa dando início a uma dinâmica produtiva orientada para a demanda interna.<sup>287</sup> A década de 1930 foi um período de reestruturação, não só do liberalismo enquanto modelo hegemônico, senão também dos referentes teóricos que o sustentavam.

No nível internacional, a primeira guerra mundial e a quebra da Bolsa de valores de Nova York, impõem mudanças significativas no tratamento das questões econômicas e as consequentes inquietações sociais decorrentes dessa realidade. O socialismo soviético era uma

---

<sup>286</sup> CANO, W. e GUIMARÃES NETO, L. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. Pensamiento Iberoamericano. *Revista de Economía Política*. Santiago: ICI- CEPAL, nº 10, jul-dez 1986.

<sup>287</sup> FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

ameaça real e a doutrina de cunho liberal evidenciava suas limitações para responder às demandas manifestadas nessa conturbada década de 1920 do século passado.

Nesse preocupante contexto que atingia grande parte da economia mundial surgem, assim, condições objetivas que proporcionaram um clima adequado para a emergência de novas ideias e teorias econômicas. Suas consequências tiveram implicações em longo prazo e sintetizadas numa pequena, porém, expressiva frase “a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século”<sup>288</sup>.

Ainda, nas observações de Hobsbawm, esse fenômeno provocou as seguintes mudanças que alteraram o rumo da história socioeconômica: “a Grã-Bretanha em 1936 abandonou o Livre Comércio, que fora tão fundamental para a identidade econômica Britânica desde a década de 1840”<sup>289</sup>. Uma segunda, de consequências irreversíveis no corpo social, “obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as economias em suas políticas de Estado”<sup>290</sup>.

O desemprego em massa adquiriu, por um lado, o caráter de uma ameaça latente e inquietante, por outro, terreno fértil para o surgimento das ideias preconizadas por Keynes<sup>291</sup>. Surge o adjetivo de “Estado Keynesiano” para referir-se ao tipo de Estado que adota a intervenção na economia como forma de estimular o pleno emprego e uma decidida proteção social:

através de uma combinação de política monetária e despesas públicas, o que equivale a dizer que o governo deveria financiar a recuperação através do déficit público, por meio de uma forte política emissionista e não procurar equilibrar o orçamento.<sup>292</sup>

Porém, essa traumática realidade econômica-financeira do mundo ocidental, deixou imune uma região, que desde 1917 tinha adotado o socialismo como doutrina política, e decidiu romper com o modelo capitalista de sociedade. A União Soviética, em meio ao colapso mundial dava demonstrações de um processo vigoroso de industrialização assentado nos seus planos econômicos. A partir de 1928, a União Soviética adotou os seus Planos Quinquenais comportando três fases que iam de 1928 até 1941. O primeiro deles comportou o

<sup>288</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 99.

<sup>289</sup> *Ibidem*.

<sup>290</sup> *Ibidem*.

<sup>291</sup> John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico, entre suas principais obras se destacam-se “As consequências econômicas da paz” (1919), na qual criticava os acordos que penalizavam à Alemanha derrotada; “Tratado sobre a reforma monetária” (1923); e sua obra mais conhecida “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda” (1936), onde alerta para o fenômeno das massas desempregadas e o papel do Estado nesse âmbito.

<sup>292</sup> RESENDE FILHO, Cyro de Barros. *Historia Econômica Geral*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 212.

espaço de cinco anos, de 1928 a 1933; o segundo, de 1933 a 1937; e, o terceiro, que começou em 1938, teve seu desenvolvimento comprometido em função da segunda guerra, não chegando à obtenção dos resultados previstos.

No momento em que o mundo capitalista ruía em função da sua incapacidade de enfrentar esse colapso, a economia soviética triplicava sua produção industrial deixando perplexos os países de Europa e dos Estados Unidos. Gradativamente o mundo decodificava o segredo desse sucesso e as referências “‘Plano’ e “‘Planejamento’ tornaram-se palavras da moda na política”<sup>293</sup>.

O contexto internacional envolvendo a crise dos 29 e o posterior conflito bélico mundial condicionou as experiências de planejamento no Brasil. As iniciativas nesse sentido foram pautadas, espacial e temporalmente, pela conjuntura internacional, nacional, regional e estadual e, em cujos espaços, o debate do desenvolvimento econômico adquiria especificidades próprias.

Como referencial histórico e político, o ano de 1930 marca uma fase de ruptura no horizonte econômico nacional. A combinação de fatores envolvendo a depressão econômica, que de forma imperativa levou aos países centrais e periféricos a reformular suas posições, e a crise política e militar que tencionou as relações entre os países europeus, representaram mudança definitiva na estruturação social, política e econômica do Brasil. Esse divisor de águas trouxe consigo alterações no centro hegemônico do país marcando

[...] o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial implementada pelo padrão de crescimento desenvolvimentista.<sup>294</sup>

O debate sobre desenvolvimento teve, portanto, motivadores internos e externos destacando-se o processo de centralização política de 1930 e os seus desdobramentos no âmbito nacional. A partir dessa conjuntura erguem-se duas referências em torno das quais se discutiu a estrutura política e econômica brasileira.

No setor privado, as entidades representativas do setor industrial (CNI, FIESP etc.) ampliaram seu horizonte de reivindicações. Roberto Simonsen concebeu e divulgou, através desses órgãos, uma estratégia de industrialização planejada [...]. O segundo pilar foi montado no setor público, no qual, a partir de 1930 e sobretudo durante o Estado Novo, foi criada uma série de agências voltadas para a administração de problemas de alcance nacional.<sup>295</sup>

<sup>293</sup> HOBSBAWM, op. cit., p. 101.

<sup>294</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 10.

<sup>295</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 78.

Considere-se que a mobilização das lideranças nacionais para uma orientação desenvolvimentista via planejamento, foram motivadas pelas circunstâncias inerentes a uma economia de guerra e pela carência na oferta de produtos e insumos de todo tipo. Neste contexto surgiu, gradativamente, uma consciência orientada a lançar as bases de um processo de autonomia econômica com vistas a um vigoroso horizonte de industrialização.

Embora as questões relacionadas ao desenvolvimento e ao de planejamento econômico tivessem se insinuado nos primeiros anos da década de 1930, será a partir do Estado Novo, em 1937, que um projeto de racionalidade administrativa começava a se materializar. Destarte, o governo federal assumiu o protagonismo no sentido de amadurecer e dar suporte a um processo que demandava, imperativamente, qualificação do capital humano.

Nesse período inicial de sete anos, de 1930 a 1937, surgiram dois conselhos, os quais, na sua estrita esfera de ação, se destinaram aos assuntos objetivamente financeiros. Surge, assim, o Conselho Federal do Comércio Exterior – CFCE, de 1934 e, em seguida, o Conselho Técnico de Economia e Finanças – CTEF, de 1937, instituições que representaram o primeiro passo para disciplinar os recursos diretamente relacionados ao comércio interno e externo do país. Em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, sendo o primeiro órgão desse tipo no período de centralização estadonovista.

O DASP, criado com a responsabilidade de racionalizar a estrutura administrativa do serviço público, concentrou grande poder durante o Estado Novo, chegando inclusive a assessorar o presidente em matéria legislativa no nível federal e a ter autoridade para vetar atos e decretos dos interventores no nível estadual (o que fazia através de suas agências, os ‘daspinhos’).<sup>296</sup>

A relevância dessa Instituição reside na introdução, para o ingresso no funcionalismo público, de um processo seletivo denominado de concurso público. Essa nova modalidade destinada à estrutura administrativa imprimiu importante referente para o ingresso à máquina burocrática do Estado, a saber, “o sistema de contratação por mérito”<sup>297</sup>, elemento que trouxe inquietante ameaça à velha prática das relações clientelistas que se utilizavam delas para preservar o poder das elites tradicionais que controlavam as estruturas do poder.

Na medida em que o DASP respondia às demandas do crescimento da burocracia Federal e se transformava em importante instrumento para a melhoria do funcionalismo e os seus padrões burocrático-administrativos serviram, também, como elemento de controle. Cresceu significativamente o nível de competência exigida pelo capital humano, responsável

---

<sup>296</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 254.

<sup>297</sup> Ibidem.

pela engrenagem da máquina do Estado e, paralelamente, cresceu o poder de articulação de Vargas com os grupos políticos e lideranças estaduais.

O crescimento de novas instituições políticas em nível federal, serviu a dois propósitos: foi parte do processo de unificação administrativa de um país que se ampliava; e ajudou a capacitar o presidente a articular uma rede nacional de alianças políticas.<sup>298</sup>

O Departamento Administrativo do Serviço Público teve, portanto, protagonismo germinal no delineamento do horizonte desenvolvimentista nacional. A partir da sua operacionalidade e prerrogativas surgem as primeiras iniciativas orientadas à formulação de um padrão de planejamento dos seus recursos econômicos a partir de um decidido caráter nacional.

Entre suas amplas atribuições o DASP tinha a responsabilidade de elaborar planos no sentido de promover estudos orientados para alcançar níveis favoráveis de eficiência econômica. Organismo do governo federal e desfrutando de uma localização privilegiada, estava vinculado ao gabinete presidencial, esse Departamento representou importante pioneirismo no período.

Os três primeiros planos de investimento preparados no Brasil – o *Plano quinquenal de obras e reaparelhamento da defesa nacional* (1939), o *Plano de obras* (1943) e o *Plano Salte* (1946-1950) - tiveram sua origem em idéias de técnicos do DASP.<sup>299</sup>

Os membros que fizeram parte dos quadros do DASP formaram, a partir dessa localização institucional, um grupo caracterizado por um padrão técnico privilegiado. Principais protagonistas da fase original do planejamento econômico formaram, mais tarde, uma das referências institucionais preocupada com os estudos econômicos do país, em especial, a temática relacionada à contabilidade nacional.

Do DASP saiu a base da equipe de técnicos que iria formar a Fundação Getúlio Vargas, entre os quais Simões Lopes, chefe do Dasp e presidente da FGV, o importante economista neoliberal Otávio Gouveia de Bulhões e os desenvolvimentistas Tomaz P. Accioly Borges e Américo Barbosa de Oliveira [...].<sup>300</sup>

Além do DASP, surgiram em consonância a essas circunstâncias outros órgãos que desempenharam papel relevante nesse esforço nacional de planejar os destinos econômicos da

---

<sup>298</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 57.

<sup>299</sup> SPINOLA, 2009, op. cit., p. 195.

<sup>300</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 254.

nação. Entre o ano de 1934 até 1944, o país ergueu os primeiros pilares duma arquitetura desenvolvimentista que marcou de forma definitiva os rumos do Brasil.

É desse período a criação de seis órgãos de planejamento com atribuições de alcance nacional, no interior dos quais a questão maior das vias alternativas de desenvolvimento se apresentava como decorrência natural dos problemas tratados: o Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp (1938), o Conselho Federal do Comercio Exterior – CFCE (1934), O Conselho Técnico de Economia e Finanças – CTEF (1937), A Coordenação de Mobilização Econômica – CME (1942), O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC (1944) E A Comissão do Planejamento Econômico – CPE (1944).<sup>301</sup>

Em linhas gerais, cada um deles protagonizou relevante papel, ancorado no propósito de transformar o horizonte econômico do território nacional. Entre suas prerrogativas destacou-se a de planejar, realizar estudos, promover e orientar as atividades econômicas, estudar a política industrial e elaborar estudos gerais sobre determinados assuntos.

Considerando a predominância das províncias no período anterior a 1930, Vargas tentou se afirmar como a representação do novo regime neutralizando inconvenientes oligárquicos dos políticos locais. Era imperativa a presença de um estado forte e centralizado edificando toda uma arquitetura institucional “para fundar o que o Brasil não tinha conseguido antes de 1930: um regime verdadeiramente nacional”<sup>302</sup>. Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, seguido de uma disputa eleitoral que conduziu Dutra ao poder, sendo este empossado em janeiro de 1946. Em setembro do mesmo ano foi promulgada a nova Constituição de 1946, simbolizando a redemocratização após oito anos de Estado Novo.

Em termos de projetos econômicos durante o governo Dutra merece registro o Plano SALTE. Ele destoava, substancialmente, dos projetos anteriores elaborados em 1939 e 1943, considerando que sua área de ação se limitava unicamente à coordenação dos gastos públicos tendo insignificantes resultados práticos. Foi preparado entre os anos 1946 e 1947 e, posteriormente, enviado ao Congresso Nacional, em 1948, para apreciação pelo presidente Dutra.

[...] foi de longe o mais significativo desses esforços, mas, mesmo assim, representava pouco mais que uma listagem de despesas governamentais em quatro campos: Saúde, alimentação, transporte e energia. Aprovado em 1950, o *Plano Salte* teve implementação fragmentaria.<sup>303</sup>

Contemplado orçamentariamente para o período de 1949, não conseguiu ser integralmente posto em prática. Dutra, no que se refere ao restrito campo do planejamento

<sup>301</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 254.

<sup>302</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 57.

<sup>303</sup> SPINOLA, 2009, op. cit., p. 195.

econômico, não teve a visão abrangente do seu antecessor, Getúlio Vargas, e devido a sua passividade e pouca iniciativa nesse terreno, o Plano SALTE, “entrou em dificuldades financeiras e acabou sendo abandonado em 1951.”<sup>304</sup> Essa primeira fase desenvolvimentista que se iniciou nos primeiros anos de 1930, se estendeu pelo Estado Novo e se desdobrou até o governo Dutra, contemplou a estratégia econômica para o pós-guerra. Essa realidade reformulou as diretrizes econômicas do Brasil, se fez extensiva ao continente e, principalmente, à área que foi palco do conflito bélico mundial, a saber, o continente europeu.

O imperativo de criar uma organização que tivesse por objetivo arbitrar demandas nacionais levou à criação de uma organização com caráter multilateral. Essa instituição teve sua sede nos Estados Unidos transformando-se em centro gravitacional para as discussões e implantação de políticas de âmbito internacional. Fruto dessa circunstância, em 1945 foi criado a ONU (Organização das Nações Unidas), e junto com ela a preocupação com a recuperação econômica dos países atingidos pelo confronto.

A inquietação com os países envolvidos no contencioso militar da segunda guerra levou a ONU a destinar todos os seus esforços ao continente europeu, oferecendo ajuda financeira e material para a sua rápida recuperação a partir de um plano de recuperação econômica. Outros continentes que não tiveram participação direta no conflito apelaram para um tratamento mais equitativo com relação aos recursos. Desse modo, as reivindicações objetivavam uma recuperação econômica que não incluísse só o velho mundo, mas, também, o resto dos continentes, cujos países tinham participado ativamente com matérias primas e espaços estratégicos para a localização de bases militares.

O grande detonador dessas inquietações foi a criação do Plano Marshall, o qual destinava vigorosos recursos à recuperação da infra-estrutura econômica para o continente europeu. Esse fato despertou mobilização política, no sentido de contemplar o resto dos continentes e ampliar o esforço institucional favorecendo, deste modo, a maioria das economias que sofriam com a recessão e os abalos provocados pelo conflito.

A América Latina se fez presente nessas demandas, era latente que o continente pleiteasse o reconhecimento do seu protagonismo como forma de compensação ao fornecimento de matérias primas. O debate propunha a criação de uma instituição que desempenhasse papel equivalente ao Plano Marshall, enquanto dinamizador das estruturas produtivas e de infra-estrutura.

---

<sup>304</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 99.

A tônica da defesa dos interesses continentais levou um grupo de representantes do continente americano a propor a criação da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), como forma de contemplar o continente nos esforços de recuperação e desenvolvimento contestando, assim, os argumentos que priorizavam Europa. Os países proponentes (Peru, Venezuela, Cuba e Chile), elaboraram um documento denominado “Revista de las condiciones económicas a través de América Latina” que, a partir de uma análise mais abrangente para os países do continente, declarava que:

Não se pode tentar nenhum remédio, que tenha êxito para o desajuste econômico (da América Latina) se não for baseada numa ampla e coordenada política de desenvolvimento econômico e social, destinada a elevar os níveis de vida da população, a diversificar suas economias, a promover o comércio exterior, a modernizar as técnicas na sua agricultura, sua indústria, seus transportes e seu comércio; utilizando em plenitude seus recursos naturais, promovendo o comércio intra e inter-regional; e estimulando a formação, a disponibilidade e o bom aproveitamento do capital.<sup>305</sup>

Suas demandas explicitadas nas páginas dessa revista colocavam na pauta do dia dos debates da ONU a necessidade de institucionalizar inquietações que representavam uma realidade em comum. O processo da criação de um organismo regional de desenvolvimento para América Latina, vinculado à ONU, não seria uma proposta aceita de forma passiva menos ainda, livre de posicionamentos acalorados. As aspirações dos representantes do continente americano tiveram que enfrentar, na sua fase inicial de discussões, resistências e argumentos contrários a essa iniciativa. Considerando que a economia da região não era uma preocupação urgente, os membros da ONU e, principalmente, os representantes dos países favorecidos pelo Plano Marshall tentavam neutralizar suas reivindicações.

Apesar das obstruções dos que se posicionavam contra essa proposta, destinadas a desconsiderar a criação da CEPAL como organismo vinculado à ONU, as mesmas foram vigorosamente refutadas. Nesse esforço argumentativo explicitou-se que os países subdesenvolvidos do continente desempenharam papel decisivo na vitória dos aliados e que, independente de sua participação direta no campo de batalha, eles tinham sofrido de forma incisiva as consequências posteriores, pois

Ao provê-los de petróleo, cobre e outros minerais, trigo, açúcar, café, algodão, lã, nitratos, etc., a preços congelados a baixos níveis, entretanto, as manufaturas, incluindo os bens de capital que não puderam adquirir-se durante o período bélico, alcançavam em 1947 preços cada dia mais altos. [...] que a conflagração mundial tinha prejudicado seriamente a América Latina ao impedi-lhe de renovar sua

---

<sup>305</sup> SANTA CRUZ. H La creación de las Naciones Unidas y de la CEPAL. In: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/19118/santacruz.htm#creacioncepal>. Consultado em 5/01/2009. (Tradução livre do autor).



maquinaria industrial, que agora estava se esgotando, e ao distorcer o sentido e ritmo de sua industrialização incipiente.<sup>306</sup>

A palavra *recuperação*, portanto, emoldurava o discurso dos países que compuseram o palco bélico da segunda guerra e que foram beneficiados via Plano Marshall. Já nos países que representavam América Latina, o termo desenvolvimento se transformou na bandeira de luta para materializar suas demandas na forma de órgão promotor do desenvolvimento regional. Porém, surgiu um elemento importante nesse debate, que teve como objetivo incorporar a esse novo órgão uma nova noção, isto é, a ideia de planejamento demarcava essas iniciativas destinadas a ampliar as propostas iniciais que contemplavam unicamente o desenvolvimento como elemento dorsal para América Latina.

As diversas reuniões e discussões envolvendo representantes de diversos países do continente davam o caráter de coesão às demandas da região, entretanto, foi um brasileiro, o Embaixador João Carlos Muniz que trouxe uma nova apreciação para a tomada de consciência com relação à finalidade dessa comissão despertando veemente polêmica.

[...] o Embaixador Muniz, ao dar a conhecer a importante opinião de seu país, que ainda não tinha sido ouvida no Conselho (Conselho Econômico e Social), introduz um conceito até então novo, [...]. Expressou que era necessário que América Latina "realiza-se um planejamento regional" como forma de sair de seu atraso e obter a indispensável complementação econômica entre todos os países, e que isso só poderia conseguir-se adequadamente a través de um organismo das Nações Unidas especializado nos problemas da região.<sup>307</sup>

Deste modo, os primeiros esforços para erigir um organismo destinado ao estudo da dinâmica econômica e do desenvolvimento dos países de América Latina, contemplavam o planejamento regional como importante fundamento para a sua finalidade. A partir dessa nova perspectiva apelava-se para padrões equitativos diante do marco preferencial de reconstrução europeia. As ditas demandas eram externadas em pleno estado germinal da guerra fria, a qual condicionava politicamente os países do continente. As economias latino-americanas buscavam potencializar suas economias a partir de um horizonte industrialista via substituição de importações, deixando evidente que

[...] a obsessão central da CEPAL em matéria de política econômica foi dar maior racionalidade a um processo de industrialização por substituição de importações que se tinha gerado em forma empírica nas décadas anteriores, respondendo mais bem aos sucessivos e severos choques externos que experimentaram as economias latino-

---

<sup>306</sup> SANTA CRUZ, op. cit. (Tradução livre do autor).

<sup>307</sup> Ibidem.

americanas que a uma concepção do papel do Estado ou do processo de desenvolvimento.<sup>308</sup>

Neste contexto, a estrita racionalidade econômica prevalecia sobre a polêmica relacionada à ingerência do Estado no cenário econômico. Amparado neste pressuposto, adquiria corpo a ideia de que o planejamento era visto no mundo inteiro como a única alternativa frente à desorganização dos mercados numa época em que desenvolvimento e planejamento eram sinônimos.<sup>309</sup>

O “pensamento cepalino”, como foi conhecido posteriormente, acabou influenciando os economistas e pensadores de América Latina nas décadas de 1950 e 1960. No Brasil os próprios intelectuais da área econômica e, especialmente, o governo do Brasil, incorporaram algumas destas ideias como uma ideologia nacional desenvolvimentista dando uma base analítica aos debates sobre planejamento e desenvolvimento.<sup>310</sup>

No que diz respeito ao seu papel como referencial teórico, alguns economistas vinculados à CEPAL tiveram, a partir de seus argumentos, uma considerável influência nos países da região aplicando suas teorias, com mais ou menos ênfase, nas suas respectivas economias. Entre eles se podemos destacar o argentino Raul Prebisch, o alemão Hans Singer e o economista brasileiro Celso Furtado, que teve ativa participação na criação da SUDENE, no governo de Juscelino Kubistchek e, posteriormente, no governo de João Goulart, este último interrompido pelo golpe civil-militar no ano de 1964.

As ideias da teoria cepalina adquirem relevância a partir do ano 1949, data da chegada de Raul Prebisch ao escritório da Cepal em Santiago de Chile. Suas ideias sobre desenvolvimento latino-americano e periférico foram adquirindo vigor e relevância na medida em que o modelo tradicional das economias exportadoras de matéria primas do continente se tornava objeto do questionamento.

As ideias lançadas por Prebisch encontraram solo fértil na primeira fase da CEPAL. A análise resultante a partir do confronto entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvido foi o detonador de substantivas teorias econômicas e acabou influenciando significativamente o debate desenvolvimentista do continente.

A teoria de desenvolvimento de Prebisch e da Cepal é uma análise do padrão de transformação que ocorre na ‘periferia’ latino-americana. O processo é visto como

<sup>308</sup> OCAMPO. J. Antonio. Cincuenta años de la CEPAL. In. *Revista de la CEPAL*. N° Extraordinário. Octubre, 1998.

<sup>309</sup> Ibidem.

<sup>310</sup> Celso Furtado foi o mais importante promotor das ideias cepalinas no Brasil, elas adquiriram consistência a partir de seu protagonismo no governo de JK, período no qual aplicou as mesmas na proposta de desenvolvimento regional via SUDENE.

singular, deferindo daquele que ocorreu na revolução industrial dos países desenvolvidos. Prebisch usa o método de exame das economias atrasadas, contrastando-o com o das avançadas. E não o faz, como foi o caso de muitos autores, apenas para descrever um processo ideal de transformação, mas para procurar identificar os problemas dos contextos das economias periféricas que obstaculizam sua transformação radical. O contraste com economias avançadas é, portanto, um expediente empregado para destacar as características especiais da industrialização em países subdesenvolvidos.<sup>311</sup>

Paralelo a essa disseminação das teorias de Prebisch e da Cepal, a década de 1950 começava com novas eleições trazendo de volta ao poder Getúlio Vargas, no segundo governo, a partir de 1951, que se caracterizou por neutralizar o caráter ditatorial do Estado Novo dando veemente impulso ao processo de industrialização com acentuado caráter institucional.

#### **4.1. O planejamento no segundo governo Vargas (1951- 1954)**

Os esforços no sentido de sistematizar os estudos sobre o planejamento econômico tiveram como centro gravitacional a Assessoria Econômica da Presidência da República. Considerando que nesse período as teorias da CEPAL já eram uma realidade inegável Getúlio Vargas, em termos de desenvolvimento, não se inclinava por nenhuma estratégia de forma explícita e decidida “mas estava obviamente aberto ao argumento de que seria necessário um vigoroso dirigismo estatal”<sup>312</sup>.

Para materializar esse ambicioso projeto, o Presidente Vargas contou com o apoio permanente de um grupo de assessores aos quais delegava estudos e análises de assuntos de relevância governamental. Cabia a eles a responsabilidade de examinar os documentos e as exposições de motivos que circulavam diariamente pelas diversas áreas da presidência. Essa assessoria era composta por um chefe de gabinete, os subchefes e os oficiais de gabinete. Constituiu um grupo restrito e seletivo de auxiliares que além de cooperar no exame de assuntos administrativos, eram depositários de sua imediata confiança.

[...] os assessores principais do Presidente da República e que despachavam diretamente com ele eram o Chefe do Gabinete Civil, Embaixador Lourival Fontes, os Subchefes da Casa Civil, Ministro (hoje Embaixador) Moacyr Briggs e Dr. Almir

---

<sup>311</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 18.

<sup>312</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 177.

de Andrade, e os quatro oficiais de gabinete: Drs. Sá Freire Alvim, Rômulo de Almeida, Afonso César e Roberto Alves.<sup>313</sup>

Entre as diretrizes da Assessoria prevaleciam as atividades de caráter cotidianas e de curto prazo, as quais, pela própria dinâmica do governo, demandavam uma atenção mais premente e imediata. De modo complementar, havia que atender atividades de maior reclamo envolvendo projetos que requeriam análises mais percucientes.

A assessoria tinha duas atividades. Uma atividade era, vamos dizer, do cotidiano, da minudencia, da coisa de administração econômica corrente, que era realmente os despachos de papeis. A outra atividade era atividade de fundo, atividade de assessoria a longo prazo, quer dizer, planejamento no governo, embora planejamento informal.<sup>314</sup>

Rômulo Almeida, um dos atores principais dessa assessoria e semelhante aos outros membros desse grupo, tinha sob sua responsabilidade áreas específicas da administração do executivo, “em geral, os assuntos relativos ao Ministério da Fazenda. Comissão do Vale do São Francisco, Fábrica Nacional de Motores, petróleo, carvão, eletricidade, etc.”<sup>315</sup>. A informalidade que envolvia as ações destinadas ao planejamento da economia e da eficiência da administração pública obedecia ao caráter socializante que a ideia de planejar trazia consigo. A oposição, centrada principalmente na UDN, contestava de forma incisiva qualquer tentativa de interferência do Estado no âmbito da economia, reforçado ainda pela polêmica entre Gudin e Simonsen.

O receio que alimentavam grupos nacionais e internacionais recomendava prudência, no que diz respeito à sua efetiva aplicação desse conceito, no âmbito da operacionalidade do executivo. Getúlio Vargas, ciente dos obstáculos e das resistências políticas que o planejamento governamental poderia provocar, evitou o confronto direto dando ênfase, de forma estratégica, a execução de programas e projetos de caráter isolados e em áreas estruturalmente específicas.

[...] então ele teve muita preocupação de evitar que ostensivamente se adotasse esse nome, pelo menos na fase inicial. A ideia, inclusive, era que se estudassem e amadurecessem as coisas via projetos específicos, mas dentro de uma ideia de unidade e também de relação unitária mais global, quer dizer, de relação entre o setor energético com todo o resto da economia. Vamos dizer como uma coisa similar ao que aconteceu na Rússia Soviética: o plano Guelro antecipando-se ao plano quinquenal, [...] É um pouco essa concepção.<sup>316</sup>

<sup>313</sup> LEITE, P. Cleantho. *O Assessoramento da Presidência da República*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1959, p. 30.

<sup>314</sup> ALMEIDA, Rômulo. (entrevista, 21, março, 1980). Rio de Janeiro, FGV /CPDOC – História Oral. 1990, 1984, p. 5.

<sup>315</sup> LEITE, 1959, op. cit., p. 32.

<sup>316</sup> ALMEIDA, (entrevista, 21, março, 1980), op. cit., p. 7.

Concomitante à atuação da Assessoria econômica, a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU) já realizava seus trabalhos no sentido de orientar os empréstimos do governo dos Estados Unidos para projetos na área econômica do país. Embora ambos desenvolvessem estudos destinados à racionalização da economia, sua concepção era diametralmente oposta, levando aos membros da assessoria econômica a evitar espaços de discórdia e fricção.

O horizonte nacionalista da Assessoria de Vargas ia de encontro ao caráter privatista da Comissão Mista. Esta última privilegiava, explicitamente, as empresas destinadas ao fornecimento de energia elétrica do país deixando no segundo plano, projetos com perspectivas mais abrangentes, que tinham como principal pressuposto, uma política de auto-suficiência energética para o Brasil.

[...] o pessoal da Comissão Mista era um pessoal essencialmente antiestatista, privatista, a favor da Light, a favor das empresas elétricas Brasileiras, toda política era trazer dinheiro americano para reforçar a Light e as empresas Elétricas Brasileiras; e a nossa política não era essa. A nossa política era fazer o Estado atuante.<sup>317</sup>

A Comissão Mista começou a atuar no mês de julho de 1951, seus trabalhos em território brasileiro obedeciam aos acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos no mês de dezembro do ano anterior estendendo suas atividades desde 1950 até 1953. Constituiu-se de um grupo de técnicos que contavam com o reconhecimento nas esferas do poder público e privado dando vigoroso impulso ao planejamento dos recursos oriundos desse acordo bilateral e aos investimentos em áreas de infraestrutura básica.

A disposição do governo Vargas de cooperar com a Comissão Mista, se enquadrava na estratégia de atrair recursos financeiros para o desenvolvimento industrial brasileiro e aproveitar os mesmos para superar as deficiências do Brasil e dinamizar em âmbito global sua economia. Nessas circunstâncias, o planejamento governamental nos primeiros anos da década de 1950, teve influência relevante da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, financiando projetos e participando nos debates correlatos.

A Comissão Mista procedeu a amplo diagnóstico da economia brasileira. Identificou, desde logo, uma série de fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico, entre outros:

- a) o aparecimento de um grupo de homens de empresa, criativos, empreendedores e abertos a projetos de longo prazo, embora reconhecesse o predomínio das unidades familiares fechadas;
- b) a necessidade de modernização de métodos agrícolas;

<sup>317</sup> ALMEIDA, (entrevista, 21, março, 1980), op. cit., p. 8.

- c) os melhoramentos em tecnologia, educação e saúde;
- d) a sensibilidade e a adaptação da economia a variações de preços e mercados;
- e) a mobilidade do capital e da mão de obra.<sup>318</sup>

Ressalte-se que a percepção sobre planejamento não estava, nesse início dos anos 50, orientada para um planejamento de caráter abrangente e nacional. A modalidade predominante de planejamento, recomendada pela Comissão Mista, contemplava setores específicos merecedores de financiamentos externos, de maneira especial as áreas de transportes e energia. Em suma, a política de planejamento se enquadrava no denominado “*planejamento seccional*”, cujo delineamento contemplava a vantagem de

circunscrever a área de intervenção governamental ao mínimo necessário para o desenvolvimento econômico, consideração esta que é de alguma importância quando a eficiência técnica dos órgãos públicos deixa a desejar.<sup>319</sup>

Os entraves oriundos de uma minoria parlamentar, além das desconfianças do passado ditatorial, levaram Getúlio a transitar por um terreno politicamente delicado. Acrescente-se a isso, a vigorosa oposição da UDN, agremiação composta por figuras relevantes que combatiam Vargas desde a década dos 30 e, de forma incisiva, a partir da implantação do Estado Novo em 1937.

Na medida em que a Assessoria Econômica ia adquirindo corpo e protagonismo no delineamento da política industrial e desenvolvimentista do governo Getúlio Vargas, colaborava-se estrategicamente com os acordos estabelecidos. Nessa perspectiva, o executivo acenava amigavelmente para os trabalhos desse grupo bi-nacional, evitando com isso a fuga de recursos provenientes do Governo dos Estados Unidos e revelando um caráter negociador e cooperativo com o capital internacional. Embora o projeto de Vargas e da sua Assessoria fosse de caráter nacional, contrastando com as diretrizes da Comissão, as circunstâncias recomendavam atitudes serenas no sentido de inspirar confiança entre os seus aliados. Destarte, os acordos que envolviam Brasil e Estados Unidos iam além da estrita esfera econômica, visto que

a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos representou um instrumento de uma política de conciliação, de apaziguamento das impaciências e das suspeitas em torno da figura de Getúlio, enquanto ele procurava organizar uma assessoria própria e discreta, porém atuante, para realizar aquilo que representaria a essência da sua política.<sup>320</sup>

<sup>318</sup> SPINOLA, 2009, op. cit., p. 198.

<sup>319</sup> CAMPOS, Roberto. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. *Digesto Econômico*, São Paulo, abr. 1952<sup>a</sup>, p. 25.

<sup>320</sup> ALMEIDA, 1985, op. cit., p. 41.

Considere-se o fato de que a Comissão Mista simbolizava um passo significativo no que diz respeito a financiamentos para infraestrutura na América Latina, já que os esforços pela recuperação econômica de pós-guerra orientaram, prioritariamente, os recursos para Europa deixando o continente americano em segundo plano. Os acordos bilaterais transformaram o Brasil no primeiro beneficiário dessas iniciativas contribuindo de forma relevante no seu processo de desenvolvimento.

À perspectiva econômica, somou-se o destaque que adquiriram os projetos desenvolvidos pela Comissão, cujos objetivos envolviam a racionalização das inversões do poder público e suas respectivas ações em áreas consideradas prioritárias. Complementarmente, visava ao melhoramento da infraestrutura assim como projetos que fossem plausíveis de atrair recursos e serem contemplados nas linhas de crédito dos Estados Unidos. Contextualizado internacionalmente, esse acordo bilateral significou um sucesso que foi além dos circunscritos projetos:

[...] a Comissão Mista foi um sucesso: um sucesso político. Durante algum tempo pode manter o governo na composição política interna e externa. Por outro lado deu também uma contribuição importantíssima em termos de estudar e fazer um pacote de projetos, ainda que fosse a nível de anteprojecto. [...] representou um grande passo, uma vez que foi executado um volume enorme de estudos, com também foram muitos os recursos empregados. Grande parte desses recursos foi aproveitada pelo Plano de Metas. Na verdade, o Plano de Metas veio da Comissão Mista e dos trabalhos da Assessoria, da Petrobrás, da Eletrobrás, do Fundo Federal de Eletrificação e do BNDE, também uma indicação da Comissão.<sup>321</sup>

Concomitantemente a esses acordos, o governo implantava instituições que representaram o centro gravitacional do desenvolvimento nacional. Destacam-se a aprovação da Petrobrás, da Eletrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Banco do Nordeste (BNB) que juntas constituíram as bases institucionais e financeiras do país tendo o planejamento como instrumento de racionalização econômica e administrativa.

A importância e projeção das medidas sobre planejamento no governo Vargas tiveram, como centro de gravitação, importantes grupos que foram os responsáveis pela arquitetura desenvolvimentista. Além da inegável contribuição da própria Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, acrescentou-se a Assessoria Econômica, com Rômulo Almeida como protagonista, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Nesse debate sobre planejamento e desenvolvimento de caráter nacionalista, surgiram as ideias elaboradas a partir da CEPAL, as quais contribuíram na formulação teórica da problemática desenvolvimentista. As formulações cepalinas levam à criação do Grupo Misto

---

<sup>321</sup> ALMEIDA, 1985, op. cit., p. 41.

Cepal / BNDS a partir do ano de 1953, com o objetivo de imprimir ao planejamento brasileiro um caráter mais global, superando as limitações do planejamento seccional proposto pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos.

#### **4.2. O Governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1960)**

Os argumentos cepalinos tiveram como principal defensor o economista Celso Furtado que, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, no ano de 1955, adquiriram protagonismo e predominaram no discurso sobre o modelo de planejamento nacional. Juscelino, aproveitando a densidade composta pelas agências governamentais, e as respectivas instituições do período varguista, lançou seu ambicioso Plano de Metas respaldado pela estimulante promessa de “cinquenta anos em cinco”.

A proposta de JK resultou de um trabalho conjunto entre o BNDE e Conselho Nacional de Desenvolvimento, este último instalado logo após sua posse, encarregou-se de formular uma política de desenvolvimento valendo-se de um importante instrumento de planejamento denominado “Plano de Metas”. Superada a crise política e o impacto do suicídio de Vargas, o governo de Juscelino acenava com um plano que “revelou, pela primeira vez, a possibilidade de cooperação entre o setor privado – mobilizado por meio de grupos executivos – e o setor público – organizado em torno do BNDE”<sup>322</sup>.

O projeto de desenvolvimento nacionalista, e de forma específica o de industrialização via planejamento, compartia um consenso com o setor público e privado que não foi visto nos anos anteriores. Nesse expressivo momento da dinâmica econômica nacional, a reflexão econômica e, principalmente, a ideologia desenvolvimentista, “incorporava-se à retórica oficial do governo”<sup>323</sup>.

Enquanto desdobramento do planejamento institucional anterior ao governo JK, o Plano de Metas no modelo mais acabado de um processo que começou de modo mais sistemático no ano de 1945. Ressalte-se que esse plano caracterizou-se pela internalização territorial do processo de desenvolvimento expandindo de modo incisivo a rede rodoviária do país, aproximando vigorosamente o Estado e a economia e, de forma decisiva, posicionando-

---

<sup>322</sup> ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*. Brasília, 2004. In: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Consultado em 18/07/2008, p. 10.

<sup>323</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 401.



se na “a atuação do poder público destinada a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro”<sup>324</sup>.

A denominação de “metas” tinha um objetivo específico e se enquadrou, perfeitamente, com a estratégia do próprio plano. Seus idealizadores Lucas Lopes e Roberto Campos contemplaram a possibilidade de coordenar um programa que permitisse fazer “grandes inversões na infra-estrutura de serviços de energia e transporte e nos segmentos fundamentais da indústria pesada”<sup>325</sup>. A política desenvolvimentista de Kubitschek foi favorecida por uma estabilidade econômica e política favorecendo a implantação do Plano que na sua essência

dedicou-se a identificar os setores carentes de investimentos – pelo Estado, pela iniciativa privada ou pelo capital estrangeiro – e, dentro de cada setor, as metas, cuidando ainda de ser ter um objetivo para cada meta.<sup>326</sup>

As circunstâncias políticas não permitiram a Getúlio a implantação de uma política explícita de planejamento nacionalista. O Plano de Metas desfrutou de um contexto mais favorável no âmbito político e econômico favorecendo um programa mais vigoroso e consensual. Em contraste com o segundo governo de Vargas, onde o próprio governante e a palavra “planejamento” despertava inúmeras desconfianças, o planejamento proposto por Kubitschek e o seu Programa de Metas foi concebido objetivando um horizonte mais global de desenvolvimento.

Nessas particulares condições, o programa, embora mais abrangente que os anteriores, concentraram grande parte dos seus esforços nas áreas relacionadas à infraestrutura básica destinada a internalizar territorialmente o desenvolvimento. De um conjunto de cinco setores principais, desdobraram-se um conjunto de 30 metas organizadas em ordem de prioridades relacionando os recursos disponíveis para cada meta:

1) Energia (com 43, 4% do investimento total): elétrica; nuclear; carvão mineral; produção e refinação de petróleo; 2) Transportes (29,6% dos recursos previstos): reaparelhamento e construção de ferrovias; pavimentação e construção de rodovias; serviços portuários e de dragagens; marinha mercante; transportes aeroviários; 3) Alimentação ( com apenas 3, 2% dos investimentos previstos): trigo; armazéns e silos; armazéns frigoríficos; matadouros industriais; mecanização da agricultura; fertilizantes; 4) Indústrias de base (com 20,4% dos investimentos previstos): siderurgia; alumínio; metais não ferrosos; cimento; álcalis; celulose e papel; borracha; exportação de minérios de ferro; indústria automobilística;

---

<sup>324</sup> IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930 – 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 142.

<sup>325</sup> BIELSSCHOWSKI, op. cit., p. 402.

<sup>326</sup> ALMEIDA, 2004, op. cit., p. 9.

construção naval; mecânica e material elétrico pesado; 5) Educação (3,4% dos recursos): formação de pessoal técnico.<sup>327</sup>

No final dos anos 50 surgiram novas demandas para o governo de Juscelino envolvendo a realidade regional, especificamente a região nordeste e sua secular reclamação derivada das secas. Essa realidade agravou-se, drasticamente, no ano de 1958 levando ao governo JK a constituir, em 1959, um grupo de trabalho denominado “Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste” (GDTN). Essa iniciativa analisava as características da região nordeste e as consequências econômicas da incidência das secas. Além destes fatores, merecia atenção a temática relacionada à produção de alimentos e a dependência que a mesma tinha com relação ao abastecimento de produtos oriundos da região sul.

O GTDN elaborou um estudo intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”<sup>328</sup> que criticava as políticas governamentais de enfrentamento das secas na região, tratada, tradicionalmente, como uma questão circunstancial adotando como solução, de caráter imediato, as denominadas frentes de trabalho e a construção de açudes. Como consequência direta dos estudos do GTDN foi elaborado o projeto de criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como forma de institucionalizar o planejamento regional destinado ao Nordeste do país.

Concomitante ao envio do projeto de lei criando a SUDENE ao congresso Nacional, o governo de Juscelino criava o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), o qual teria como principal articulador o economista Celso Furtado.

O Codeno, da forma como se estruturou, era a própria Sudene operando independentemente da aprovação pelo Congresso, ao menos no que toca àquelas medidas indispensáveis ao funcionamento imediato do futuro órgão e quanto ao seu papel político, de unificação de forças regionais favoráveis ao desenvolvimento planejado e tudo o que isso significava.<sup>329</sup>

A SUDENE se institucionaliza através da lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, recebendo várias emendas do seu projeto original. Sua finalidade orientava a diminuição das assimetrias inter-regionais o que contribuiu para adotar a teoria cepalina, que a essa altura já havia se incorporado ao discurso do planejamento e desenvolvimento brasileiro.

---

<sup>327</sup> ALMEIDA, 2004, op. cit., p. 10.

<sup>328</sup> BRASIL. Presidência da República – Grupo de Trabalho para o desenvolvimento econômico do Nordeste (GTDN). *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1959.

<sup>329</sup> SPINOLA, 2009, op. cit., p. 231.

### 4.3. O planejamento no governo João Goulart (1963-1964)

Após o substantivo planejamento promovido pelo governo de Juscelino Kubitschek, via Plano de Metas, o próprio Celso Furtado foi responsável pelo planejamento de governo posterior de João Goulart. O governo de Jango, diferentemente do governo do seu antecessor foi marcado pela crise política e econômica entre 1962 e 1964, ano do golpe civil-militar. A política de planejamento do governo Goulart estava sintetizada no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, no sentido de subsidiar a política de desenvolvimento do governo de Jango.

A permanente ameaça do processo inflacionário e a latente crise política comprometeram de forma significativa o sucesso do plano. Ressalte-se que entre as diretrizes do Plano Trienal estavam consideradas as polêmicas “reformas de base”. Numa perspectiva mais abrangente, as propostas dessa iniciativa de planejamento incluíam objetivos considerados bastante contraditórios para o contexto da época. Em síntese, três fatores comprometeram o governo Jango e aceleraram o desfecho golpista em 1964. As reformas de base que colocavam em pauta a própria discussão sobre a reforma agrária, a indisposição para dialogar com o capital estrangeiro e o aumento salarial que despertou a ira do empresariado disposto a frear os avanços populares a qualquer custo.

De forma resumida e sintética pode-se afirmar que o planejamento no Brasil teve papel relevante na arquitetura institucional do país erguendo, no que diz respeito à infraestrutura de base industrial, sólidos pilares para o desenvolvimento econômico nacional. Embora, entre a década de 1930 e 1950 surjam as principais referências governamentais cristalizadas nas suas agências de planejamento não foi possível, a nível regional, materializar uma simetria destinada a reduzir as desigualdades entre o centro sul e o resto do país.

A região e, em especial, o estado da Bahia, ainda padece das políticas fragmentadas que se seguiram a partir da década de 1960 acirrando os próprios conflitos gerados no interior desse programas de planejamento e desenvolvimento nacional. Todo esse quadro se agravava com a interrupção da normalidade democrática com o golpe civil-militar no ano de 1964, que interrompeu a dinâmica institucional do país e, posteriormente, no ano de 1968 instaurou o regime de exceção em todo o território nacional.

O planejamento institucional implantado na Bahia entre os anos de 1955 e 1961 despertou mobilização intelectual e trouxe para a esfera governamental do estado ao economista Rômulo Almeida para capitanear o processo a partir da CPE. Colocou a temática

da intervenção do Estado, enquanto promotor de incentivos para a economia, na pauta do debate local e de modo substantivo, na política do governo no âmbito do desenvolvimento econômico da Bahia.

Almeida chegou ao governo Balbino com o decidido objetivo de identificar o retardamento econômico do Estado. Credenciado pela sua passagem pela Assessoria Econômica de Vargas levou-o a ocupar, concomitantemente, a Secretaria da Fazenda e a direção da CPE elaborando estudos e projetos destinados a desvendar o “enigma baiano”. Seu primeiro trabalho realizado antes da posse do governador eleito, em conjunto com um grupo multidisciplinar de intelectuais e técnicos de diversas áreas, foi um rigoroso levantamento sobre as perspectivas reais da economia local. O documento identificado publicamente como “as pastas cor de rosa” sintetizou o primeiro diagnóstico sobre a realidade econômica da Bahia e recomendou caminhos para o seu enfrentamento.

Embora o trabalho abordasse uma ampla gama de seguimentos importantes para a dinâmica econômica mereceu atenção especial nesse documento a ausência de tratamento que receberam as áreas da saúde e da educação. Prevaleceu nessa análise o caráter racional das estatísticas elaboradas, predominantemente, por um grupo composto de advogados, engenheiros e médicos, cujo horizonte de inquietações não comportava a questão social da sociedade baiana como beneficiário da estrutura econômica.

A CPE foi a instituição responsável pela coordenação e execução dos projetos destinados a planejar a esfera econômica e produtiva do Estado. Os esforços despendidos foram orientados para incorporar uma nova perspectiva gerencial para a dinâmica fiscal e orçamentária do executivo, assim como, para implantar novas práticas no cotidiano da administração pública.

Destarte, nos primeiros anos de governo o planejamento foi alvo de vigorosa resistência por parte dos grupos tradicionais do Estado. Estes, não se conformaram com a derrota eleitoral para Antonio Balbino e expressaram com veemência seu desconforto através das páginas do jornal *A Tarde*. O desabono preliminar recaiu na tentativa de intervenção do governo que inquietava aos domínios tradicionais dos produtores agrícolas e seus intermediários. Porém havia um ressentimento com relação ao controle da máquina do Estado que havia escapado das mãos dessa elite alterando o seu status de poder. Nessas circunstâncias,

a institucionalização do planejamento não alcançava consenso, não tanto por razões doutrinárias dos que viam no planejamento uma forma indesejável de intervenção do

Estado no domínio econômico, incompatível com o regime da livre iniciativa (àquela época já esmaecida), mas por posicionamento partidário dos vencidos.<sup>330</sup>

A CPE adquiriu gradativamente credibilidade e elaborou diversos estudos na esfera da produção agrícola no sentido de radiografar as potencialidades e gargalos no processo de produção de produtos primários. A materialização desse esforço resultou na institucionalização do FUNDAGRO, sistema destinado a organizar a produção agrícola e gerenciar o processo de abastecimento do estado contemplando desde a semente até a venda do produto nos grandes centros de distribuição.

A Comissão de Planejamento Econômico e o seu principal articulador, Rômulo Almeida gozaram, durante o governo Balbino, de um primeiro momento de prestígio e reconhecimento. A partir de certo momento esse salutar convívio dentro e fora do governo adquiriu certo clima de desprestígio e de desabono institucional e pessoal. A fase de encantamento tanto da CPE como a de seu idealizador ficou materializada na iniciativa que deu origem ao FUNDAGRO. Em torno desse projeto insinuou-se um circunstancial consenso das classes produtoras e da própria oposição parlamentar na Assembleia Legislativa convencida da necessidade mínima da implantação de ações coordenadas na organização da produção agrícola e sua conseqüente comercialização.

A FUNDAGRO e as empresas que atendiam diversas demandas na área agrícola eram “uma opção de desenvolvimento capitalista da produção rural”<sup>331</sup>. Objetivava-se, com isso, além de ordenar de forma calculada cada fase da cadeia produtiva, promover a autonomia sobre suas atividades incluindo aí a fase final da venda dos produtos com a clara decisão de “eliminar o intermediário”<sup>332</sup>.

A segunda fase da CPE caracterizou-se pela desconfiança e pela inquietude nas hostes governamentais e fora dela. Ressalte-se que Rômulo concentrava poderes na direção da CPE e a Secretaria da Fazenda, despertando animosidades nas demais secretarias e na classe política dedicada a preservar suas relações clientelistas. Portanto, a realidade administrativa da Bahia se confrontou com um grupo de técnicos alheios aos interesses domésticos e imunes às pressões da classe política tradicional. Institucionalizou-se, então, “um grupo tão novo, em

---

<sup>330</sup> CARVALHO NETO, Jose Francisco. A consolidação Institucional do Planejamento na Bahia. *Bahia Analise & Dados*. Salvador, v.12 n. 2, p. 10.

<sup>331</sup> Fernando Pedrão (Entrevista 23. 12. 2009).

<sup>332</sup> *Ibidem*.

relação à velha estrutura social e política existente na Bahia”<sup>333</sup> que deixava expostas as rugas entre os produtores privados, o governo, e principalmente, entre Rômulo e Balbino.

Ainda não estavam definidas as motivações do afastamento de Almeida do governo Balbino, deixando a direção da CPE e a Secretaria da Fazenda estadual. Maria Brandão, urbanista baiana que participou dos primeiros anos da CPE, formulou algumas hipóteses:

Havia o risco de Rômulo se candidatar para um cargo eletivo, acho que Rômulo incomodava alguns secretários com o brilho do seu discurso, com as iniciativas dele, tudo isso. O apoio externo, ainda o resto de getulismo, Santiago Dantas que continuava um homem de muito prestígio, o Simonsen [...].<sup>334</sup>

Em posição parlamentar, desempenhando o papel de líder do governo, Waldir Pires acrescentou:

Houve uma desarrumação das relações pessoais entre Balbino e Rômulo [...] uma coisa penosa, não foi bom, foi péssimo. O que faltou ali foi habilidade recíproca, tanto do Balbino, tanto do Rômulo.<sup>335</sup>

Essa circunstância deixou expressa a falta de habilidade política do técnico Almeida à hora de tratar de contenciosos envolvendo interesses sucessórios ou de caráter pessoal. Os primeiros anos de convívio com o governador foram relativamente de respeito mútuo e de apoio vigoroso para a política de desenvolvimento do Estado, “depois se desentenderam, aí as coisas evoluíram de forma [...] inconvenientes”<sup>336</sup>.

No início de 1957, Rômulo saiu do governo, antes mesmo de completar a metade do período governamental e, embora figura central do todo o processo de planejamento estatal, a equipe não seguiu seus passos e permaneceram ainda trabalhando na CPE. O grupo, mais de esquerda, continuou na instituição colaborando com os projetos de planejamento, depois algumas figuras de importância saíram para realizar estudos fora do país ou foram solicitados por organismos nacionais e internacionais.

No final da década dos 50 o Pedrão sai da Bahia [...]. O Silvany vai para a ONU, eu sai para estudar, então o núcleo mais de esquerda sai e o núcleo mais liberal, mais empresarial, de industrialização permanece e ai da Fundação já não sai nada.<sup>337</sup>

A linguagem técnica, tão cara ao planejamento econômico introduzido pela equipe de Almeida, era insuficiente para equacionar interesses políticos e partidários. Incapaz, também,

<sup>333</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 31.

<sup>334</sup> Maria Brandão (Entrevista 03.01.2010).

<sup>335</sup> Waldir Pires (Entrevista 27.12.2009).

<sup>336</sup> *Ibidem*.

<sup>337</sup> Maria Brandão (Entrevista 03. 01. 2010).

de atender demandas pessoais que iam além de posicionamentos institucionais e de representações públicas colocando em rota de colisão colaboradores de primeira hora.

Ao momento da sua saída Rômulo e sua equipe encontravam-se na fase final de elaboração do PLANDEB, plano de desenvolvimento que sintetizava esforços e estudos sistemáticos sobre a economia baiana desde o início do governo. O envio à Assembleia Legislativa para a sua aprovação só foi possível na administração seguinte, porém, numa circunstância bastante diversa à sua elaboração. Apesar do prestígio de Rômulo e seu trabalho de planejador, que o credenciassem para se candidatar ao governo do Estado, Balbino optou por outro nome sem maior projeção política na Bahia. Isto foi traduzido como um desabono pessoal de Balbino com relação ao homem de maior influência do seu governo. Essa escolha

[...] foi ruim. Houve um conflito entre o Balbino e o Rômulo, mais na visão das coisas. No fundo eu tenho a impressão que Rômulo desejava um pouco ser o candidato para o governo do Estado [...] ele nunca conversou comigo ao respeito disto. Ele deve ter-se ressentido [...] digamos assim, perdido o encanto, o estímulo, talvez, e aí ele preferiu retomar o seu mandato. Ou não se julgou suficientemente prestigiado. [...]. Balbino não foi feliz na indicação do seu substituto (Pedreira de Freitas).<sup>338</sup>

O ano de 1958 capilarizou as disputas partidárias em função das eleições para governador do Estado rearticulando alianças e acordos. Rômulo viu-se no imperativo de agir mais como político do que como técnico deixando exposta sua falta de destreza no trato dessa linguagem pouco familiar e escorregadia.

O seu partido, o PTB, embora responsável por lançar o nome de Almeida para governador, aos poucos vai cedendo às imposições e acordos feitos a nível estadual e nacional pressionando-o para desistir da mesma. Missivas entre Rômulo e o próprio João Goulart acabaram enterrando as esperanças de sua candidatura que não dependiam, rigorosamente, de uma decisão partidária única, mas de uma aliança mais ampla no dispositivo político do Estado.

O PTB não tinha força para ter um candidato a governador. O PTB só teria candidato a governador se tivesse o apoio do partido majoritário, que era o PSD, o partido social democrata. De modo que a candidatura de RA assim, solta, aquilo era um pouco uma falta de visão adequada do processo político.<sup>339</sup>

Juracy Ihe propôs sair candidato na chapa da UDN garantindo-lhe os votos do interior do Estado. Essa promessa não se materializou em função de posições divergentes entre as hostes da UDN e um técnico administrativo que carregava consigo o discurso e a prática

---

<sup>338</sup> Waldir Pires (Entrevista 27. 12. 2009).

<sup>339</sup> Ibidem.

varguista. Rômulo perdeu as eleições o que potencializou o seu desprestígio local deixando-o, ao mesmo tempo, sem capital político nem eleitoral. O governador eleito Juracy Magalhães o convidou para participar do seu governo numa Secretaria sem pasta ou nas palavras de Guimarães “uma Secretaria sem corpo”<sup>340</sup>. Um técnico em um governo de políticos tradicionais e clientelistas da realidade baiana, um político do PTB varguista no meio dos grandes proprietários rurais da UDN, uma simbiose com a morte anunciada.

A realidade partidária no Estado escapava as motivações e interesses de caráter nacional, distanciando-se destas ao sabor das disputas locais e, circunstancialmente, familiares. Conhecer suas particularidades e, principalmente, o personalismo e influência das suas lideranças era condição “sine qua non” para transitar com propriedade pelas suas areias. Destarte, o ingresso de Almeida no governo da UDN de Juracy

[...] foi um instante, politicamente pouco feliz. Rômulo era uma pessoa extraordinariamente respeitável, não tinha tido a experiência da vida política, não tinha amadurecido politicamente do ponto de vista de compreender os instantes em que é possível. No fundo deve ter sido muito uma reflexão que não correspondia a uma realidade política [...]. Não havia sustentação. O Juracy era líder de uma área, o chamado PSD do Juscelino, do Balbino, etc. No fundo está muito isso vinculado a o que foi o PTB inicialmente, o que era o PSD inicialmente, eles dois são criados pelo Getúlio, com aquela argúcia do Getúlio Vargas.<sup>341</sup>

Nesse interregno foi enviado à Assembleia Legislativa para sua aprovação o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB). Desde uma perspectiva doméstica a conjuntura política não contava com o apoio irrestrito do Governador do Estado nem com o controle da Secretaria da fazenda a qual era controlada pelo Aliomar Baleeiro. No cenário nacional o Plano de Metas impunha o ritmo do desenvolvimento acelerado a partir da sua plataforma “cinquenta anos em cinco”. Em paralelo, se institucionalizava a SUDENE, coordenada por Celso Furtado e que orientava políticas e recursos para o desenvolvimento do Nordeste ancorado teoricamente no ideário Cepalino, sendo Furtado o seu principal representante Brasileiro.

Merece atenção o fato de que o PLANDEB, condicionado financeiramente pelos recursos federais, aproveitou grande parte dos estudos feitos desde as primeiras análises contidas nas “pastas cor de rosa”. Nessa linha de raciocínio pode-se afirmar que “Uma parte do Plandeb, fortemente é herdeira da discussão, mas eu acho que houve uma derivação para uma atitude mais tecnicista”<sup>342</sup>. O diferencial, no entanto, recaiu sobre a saúde e a educação,

<sup>340</sup> GUIMARÃES, *Um sistema para...*, op. cit., p. 50.

<sup>341</sup> Waldir Pires (Entrevista 27. 12. 2009).

<sup>342</sup> Fernando Pedrão (Entrevista 23. 12. 2009).



embora tratados superficialmente, dois temas ausentes nos estudos anteriores e que expressavam o descuido com o horizonte humano do planejamento. Todavia, prevaleceu o tratamento estritamente técnico da realidade deixando lacunas sobre o caráter social da mesma.

O Plandeb pecou porque, enquanto o planejamento anterior ao Plandeb foi mais social, foi mais voltado para um trato direto com a sociedade. No momento de fazer o Plandeb, houve uma espécie de tecnificação, um grupo de técnicos que se puseram a redigir o plano, onde vários deles não tinha tido contato nenhum com esse processo.<sup>343</sup>

O PLANDEB foi enviado para votação na Assembleia, porém, ele nem chegou a ser votado. A não aprovação do Plano vislumbrava o crescente desprestígio do seu idealizador Rômulo Almeida e deixava manifesta a incompatibilidade entre Almeida, Juracy e o seu Secretário da Fazenda Aliomar Baleeiro. As rugas entre Rômulo e Aliomar vinham desde a interventoria de Juracy na Bahia na década dos 30, quando este último era diretor do jornal *Estado da Bahia*, acirraram-se os ânimos na luta pela implantação da Petrobrás, estendendo-se durante todo o segundo governo de Vargas.

A argúcia política de Juracy e seus interesses circunstanciais colocaram dentro do seu governo duas figuras politicamente incompatíveis. Ambas tinham em comum o fato não possuírem capital eleitoral, já que Rômulo tinha perdido a eleição para vice-governador e Aliomar perdia, pela primeira vez, a disputa para Deputado Federal. Visto de outra perspectiva, esses dois secretários da administração estadual do governo de Juracy Magalhães, personificaram o contencioso político que nutriu vigorosamente as décadas de 1940 e 1950 do século passado. O projeto político desenvolvimentista do PTB e do Presidente Vargas personificado na figura de Rômulo Almeida e o projeto liberal da UDN personificado por Aliomar Baleeiro.

Embora ambos fossem filhos da Bahia, faltava-lhes o respaldo dos seus principais mentores. Rômulo Almeida não tinha Santiago Dantas e Aliomar Baleeiro estava distante de Carlos Lacerda. O ambiente tornou-se insustentável e Rômulo abandonou de forma definitiva o governo de Juracy. Com a sua saída ficou um projeto inacabado que embora em termos de propostas originais não tivesse materializado tudo, deixou uma densidade documental e institucional que merece o seu resgate histórico, proposta deste trabalho acadêmico.

Rômulo Almeida conseguiu desvendar o “enigma baiano”, porém não conseguiu remover os principais patrocinadores desse “enigma” aglutinados na UDN de Juracy. Estes,

---

<sup>343</sup> Fernando Pedrão (Entrevista 23. 12. 2009).

amparados à sombra de instituições como a FUNDAGRO, adquiriram vigor e retomaram o espaço temporariamente perdido. De forma específica, o FUNDAGRO incorporou uma nova perspectiva gerencial à agricultura e contribuiu no sentido inverso da sua proposta. Com Juracy, a UDN retoma o controle do Estado e recebeu toda a estrutura produtiva da terra devidamente gerenciada, favorecendo sua reorganização e disputando entre si o espólio empresarial dessa instituição.

O triunfo da elite baiana que durante décadas manteve-se no campo simbólico, adquiriu materialidade. Primeiro, com a não aprovação do PLANDEB, apropriando-se dos resultados concretos do planejamento econômico e da sua institucionalidade; segundo, afastando do governo o seu principal autor intelectual e interrompendo a corporificação da Revolução de 1930.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício administrativo que implantou o Planejamento Econômico no Estado, contemplando concomitantemente os governos de Antonio Balbino e Juracy Magalhães, teve como ator principal o economista Rômulo Almeida. Trazendo consigo as credenciais outorgadas pelo governo Vargas e pelo núcleo de poder que o assessorou, Almeida chega ao governo baiano com a dupla responsabilidade de presidir a Comissão de Planejamento Econômico e ocupar o posto de Secretário da Fazenda do governo Balbino.

Desde o início da sua atuação na esfera governamental exerceu ativa influência e resoluta convicção no sentido de organizar racionalmente os recursos econômicos via planejamento. Na relativa proporção da sua ascendência encorajava as hostes opositoras que viam na figura de Rômulo a sombra do getulismo e sua marcante intervenção nos setores privados da economia.

Almeida é convidado por Balbino com o decidido propósito de agregar valor técnico e prestígio ao seu governo, além de implantar novos hábitos e uma nova linguagem administrativa. O eclipse econômico demandava imperiosamente ações concretas, pois, não bastava verbalizar nem recorrer à retórica ininteligível, era necessário desenterrar as raízes do atraso e enfrentá-las com firmeza.

A economia da Bahia esteve, desde a Colônia até a metade do século XX, ancorada na monocultura agro-exportadora. A partir desse período a economia entrou em crescente declínio, transmitindo inquietude às elites baianas, detentora da grande propriedade da terra e beneficiária do comércio e exportação desses produtos. Essas elites autocrédenciadas assenhoreou-se não só da terra, senão também do restrito universo da educação adquirindo títulos de bacharel em Direito ou Medicina e projetando, assim, seu prestígio e poder. Os seus estudos lhes permitiram atuar nas esferas do executivo, legislativo e no judiciário, além de perpetuar o patrimônio familiar ingressando nos altos postos da administração pública estendendo os seus domínios ao interior do estado.

Visceralmente contrários ao risco de novos horizontes econômicos, ocuparam a maioria dos espaços como extensão do seu patrimônio familiar ou particular afastando qualquer tentativa de ameaça a seu *status* e aos seus privilégios. Destarte, edificaram sua fortaleza defendida com o atraso econômico e num forte sentimento de imprescindibilidade levando-os, ao mesmo tempo, a entrincheirar-se na inexistência do espírito público que, em soma, se traduziram em triunfos pessoais.

Desde o ponto de vista político, essas elites tiveram na administração do Estado como centro gravitacional, a partir da qual foi possível garantir a preservação dos seus interesses, projetando-os institucionalmente. Os partidos, por sua vez, adquiriram a fisionomia dos seus líderes e ausentes de programas políticos de relevância padeceram do personalismo dos indivíduos que os criaram. Essa realidade permitiu o afloramento de partidos carentes de uma ideologia que os permitisse diferenciar-se uns dos outros, sendo identificados pelo nome ou sobrenome dos seus fundadores. Seabrismos, Mangabeirismos e outros “ismos” serão os elementos referenciais desses grupos que circunstancialmente dividiram o poder do Estado no início do século XX.

Destaca-se entre estes o grupo autonomista, que teve na oposição ao governo de Getúlio Vargas o seu principal elo de aglutinação. Octavio Mangabeira, uma das suas principais lideranças e governador do Estado, a partir da redemocratização em 1945, foi o responsável por sintetizar o atraso da economia e da sociedade baiana a partir da sua emoldurada fraseologia adjetivando-o de “enigma baiano”.

Foi esse “enigma” que motivou o debate sobre o planejamento econômico na Bahia no governo de Antonio Balbino e Juracy Magalhães, respectivamente, protagonizado pelo economista Rômulo Almeida como Secretário da Fazenda estadual e como presidente da Comissão Econômica de Planejamento (CPE). A problemática sobre planejamento, embora gozasse de certo prestígio, nos seus primeiros anos, foi objeto de desgaste e acirrada oposição dentro e fora do âmbito governamental.

Rômulo Almeida, baiano e bacharel em Direito, foi para o Rio de Janeiro na primeira metade da década de 1930 onde, a partir do parentesco com os seus primos Isaías e Landulpho Alves conheceu São Thiago Dantas, integralista, que exerceu forte influência sobre o mesmo. Foi Dantas que o aproximou de Roberto Simonsen, figura de relevante importância nas esferas econômicas do poder que, por sua vez, o conduziu até o núcleo varguista, destacando-se na Assessoria Econômica da Presidência da República do governo federal.

Essas credenciais o habilitaram para elaborar estudos destinados a indicar as causas do descompasso econômico estadual e propor caminhos para sua superação. Essa iniciativa demandava saber técnico, ausentes na Bahia quantitativa e qualitativamente, o que exigiu a formação de uma equipe multidisciplinar formada, essencialmente, por técnicos do Rio e de São Paulo para começar um levantamento de dados e informações sobre a realidade econômica do Estado.

Os estudos elaborados a partir das “pastas cor de rosa”, da própria CPE, instituição que teve como uma das suas maiores realizações a implantação do FUNDAGRO, serviram como subsídios para a elaboração do PLANDEB. Estudo mais criterioso e de caráter mais abrangente enfrentou diversos reveses condenando-o ao insucesso.

Concluído e enviado à Assembleia Legislativa para apreciação em um clima que anunciava o desprestígio e o rechaço às iniciativas planejadoras. O governo de Juracy era um governo de maioria udenista e Rômulo não desfrutava de capital político nem de capital eleitoral nesse período, além do confronto direto entre Almeida e Aliomar Baleeiro levando este último a abandonar o governo de Juracy no ano de 1961.

Acresce-se a isso o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek que se encontrava a vigor e do qual o PLANDEB estava diretamente condicionado. Regionalmente a SUDENE competia com o plano baiano, porém, com a explícita vantagem de dispor de recursos federais para a política de desenvolvimento do Nordeste eclipsando, assim, a iniciativa estadual.

Nacionalmente, apesar dos acalorados debates sobre o caminho mais apropriado para o desenvolvimento nas décadas de 1940 e 1950, o Brasil havia alcançado maturidade e erguido uma respeitável arquitetura institucional. A Revolução de 30 e o Estado Novo assentaram as bases para a política desenvolvimentista de cunho nacionalista implantada no segundo governo Vargas e sua Assessoria Econômica implantando agências e instituições que conformaram a espinha dorsal do desenvolvimento econômico brasileiro.

O Plano de Metas e o Plano Trienal tiveram em comum a adequação dos seus planos à ideologia desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), o qual, nem sempre foi visto com bons olhos pelos países do continente. Independente dos governos e do fundo ideológico dos seus planos, estes sempre estiveram condicionados pela conjuntura externa, favorecendo-os ou limitando-os.

A chegada de Vargas ao poder, em 1930, teve como pano de fundo a crise da economia mundial de 1929, o Estado Novo posicionou-se convenientemente frente aos desdobramentos da segunda guerra aproveitando as vantagens do eixo e dos aliados. O segundo governo de Vargas e o governo Juscelino tiveram que adaptar as suas políticas desenvolvimentistas aos condicionamentos da guerra fria que polarizava o espaço geográfico num confronto não declarado.

O Plano Trienal de João Goulart teve como condicionador externo a “Aliança para o Progresso”, programa do governo dos Estados Unidos destinado à preservação da sua área de

influência sob o manto da ajuda humanitária. O caráter popular da política Janguista e o acirramento político dentro e fora das esferas governamentais detonaram a sublevação dos militares interrompendo duas décadas e meia de programas desenvolvimentistas e decretando uma intervenção civil-militar no ano de 1964.

Pode-se afirmar que a tentativa de planejamento implantado na Bahia entre os anos de 1955 e 1961, recorte temporal desta pesquisa, permitiu alguns avanços no sentido de assentar as bases institucionais para o desenvolvimento do Estado, porém não foi possível materializá-lo de forma sistemática. Entre os fatores que impediram esse fracasso pode-se citar o fato inegável da ausência de uma elite ativa, dinâmica e disposta a pensar a economia do Estado numa perspectiva moderna e de acordo com as demandas nacionais.

Faltou na Bahia uma elite ciente do seu protagonismo enquanto agente do processo político e econômico do Estado e disposta a correr o risco da livre concorrência, frase tão cara ao pensamento liberal. Esteve ausente uma liderança que estivesse atenta às mudanças que aconteciam no país e no mundo adaptando verbo e ação às novas circunstâncias.

Por último, a Bahia, durante o período abordado neste estudo, embora tivesse a presença de um economista baiano de prestígio federal, não soube decodificar a linguagem dos seus concidadãos. Assim, os desentendimentos abriram um abismo intransponível entre o universo técnico do planejamento e das estatísticas econômicas e o universo político dos conchavos, as alianças e o jogo de interesses, os quais, sempre estiveram crivados pelo patrimonialismo e o clientelismo.

Portanto, o planejamento implantado na Bahia conseguiu matematizar o enigma desvendando-o em cifras e números, mas, não conseguiu remover as raízes do mesmo. A ideologia do desenvolvimento não assentou as suas bases no Estado e o planejamento, liderado pela CPE e FUNDAGRO, não ficou isento do processo de personificação do seu principal protagonista Rômulo Almeida nem das interferências de indivíduos e grupos contrários à implantação de uma linguagem moderna traduzida como ameaça ao status da sociedade tradicional.

## LISTA DE FONTES

### BIBLIOTECA DA SEI

Contribuições preliminares para planejamento (Pastas cor de Rosa);  
Programa de Recuperação Econômica da Bahia;  
Plano de desenvolvimento da Bahia – PLANDEB.

### BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DA BAHIA

DIÁRIO da Assembleia Legislativa. Estado da Bahia, 10 de Abril de 1955, n. 510. *Sessão Solene de instalação dos Trabalhos Legislativos e posse do Exmo. Governador Antonio Balbino de Carvalho Filho*. Em 7 de abril de 1955;

DIÁRIO da Assembleia Legislativa. Estado da Bahia, 15 de Agosto de 1959. Antonio Balbino. *Carta ao Presidente Juscelino Kubitschek*.

### BIBLIOTECA CENTRAL DO ESTADO DA BAHIA

Jornal *A Tarde*, 1955 - 1961.

### INSTITUTO RÔMULO ALMEIDA

Carta ao Secretário geral do PTB-Bahia. Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1958;  
Carta ao Presidente do Diretório Nacional do PTB. Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1958;  
Carta dirigida a Aliomar Baleeiro, Secretário da Fazenda do governo Balbino, Bahia 9-9-1959;  
Carta do Governador Juracy Magalhães a Rômulo Almeida, Salvador, 13 de Janeiro de 1960;  
Carta a João Goulart. Bahia, 28 de Junho de 1958;  
Carta a João Goulart. Bahia, 05 de Julho de 1958.

### DEPOENTES

Fernando Pedrão, economista, professor universitário; em 23. 12. 2009;  
Maria de Azevedo Brandão, socióloga, professora universitária; em 03. 01. 2010;  
Waldir Pires, político; em 27. 12. 2009.

ALMEIDA, Rômulo. *Rômulo de Almeida (entrevista, 25, Julho, 1984)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV-SERCOM/Petrobrás, 1984.

\_\_\_\_\_. *(entrevista, 13, abril, 1988)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/ Petrobrás. 1988.

\_\_\_\_\_. *(entrevista, 26, abril, 1988)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – SERCOM/ Petrobrás. 1988.

\_\_\_\_\_. *(entrevista, 21, março, 1980)*. Rio de Janeiro, FGV /CPDOC – História Oral. 1990, 1984.

\_\_\_\_\_. *Rômulo: Voltado para o Futuro*. Fortaleza: BNB, 1986.

- \_\_\_\_\_. *O Nordeste no Segundo Governo de Vargas*. Brasília: Ministério do Interior, 1985.
- \_\_\_\_\_. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. In: *Planejamento*. Salvador, 5 (4), out/dez, 1977, p. 123-136.
- \_\_\_\_\_. Prefácio das “Pastas Cor de Rosa”, reeditado em 1988.
- \_\_\_\_\_. “*Uma Historinha Eleitoral*” [(Bilhete de Panamá (II)] s/d.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Situação e problemas da Bahia – 1955: recomendações de medidas ao governo (Pastas Cor de Rosa)*. Salvador: Centro de Planejamento e Estudos – CPE, 1982. (Não publicado).
- BAHIA. Governo do Estado. *Pastas Rosas: contribuições preliminares para o planejamento*. Salvador, 1955. 3 v. Xerocopiado.
- BRASIL. Presidência da República – Grupo de Trabalho para o desenvolvimento econômico do Nordeste (GTDN). *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1959.
- CPDOC/FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas.
- CPE. *Programa de Recuperação Econômica da Bahia*. Salvador: Edições CPE, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento da Bahia (1960-1963) – PLANDEB*. Salvador: Governo da Bahia, 1959.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. In: *Planejamento*. Salvador, nº 5, v. 4, out./dez., 1977, p.123-136.
- ALBAN, Marcus. O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital. In: *Revista Desenbahia*, nº 4 / mar. 2006.
- ALMEIDA, Aristeu Barreto de. *Rômulo Almeida. O Construtor de Sonhos*. Salvador: Comecon, 1995.
- ALMEIDA, Eduardo de Souza. *Memórias de um Pária*. Salvador: Adipro, 2006.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*. Brasília, 2004. In: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>. Consultado em 18/07/2008.
- ALMEIDA, Rômulo. Meio Século de Propostas Sobre o Planejamento Regional da Grande Salvador. In: BA-SEI. *Planejamento na Bahia*. Salvador: BA-SEI, 2001. Gravação eletrônica.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia; uma tentativa de interpretação histórica*. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.
- AZEVEDO, Thales de; LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia: 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- BATISTA, Celeste Maria P. *A intervenção planejada do estado: uma interpretação do caso baiano*. Salvador: SEPLANTEC/BAHIA, 1979.



- BIELSSCHOWSKI, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: EDUFBA, 1992.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Meio Século de propostas sobre o planejamento regional da grande Salvador*. Salvador: SEI, 2001. (Texto Inédito).
- CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: CPE, 1978.
- CAMPOS, Roberto. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. *Digesto Econômico*, São Paulo, abr. 1952a.
- CANO, W. e GUIMARÃES NETO, L. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. *Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política*. Santiago: ICI- CEPAL, nº 10, jul-dez 1986.
- CARVALHO NETO, Jose Francisco. A consolidação Institucional do Planejamento na Bahia. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, v.12 n. 2. Consultado em 18/07/2008.
- CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do juracisismo: um perfil da política baiana*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Espelhos na Penumbra: o enigma soteropolitano (1947-1958)*. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Nacional, 1966.
- FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Os donos dos frutos do ouro*. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.
- \_\_\_\_\_; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534 – 1940*. Ilhéus: Editus, 2001.
- FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cultura, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GUERRA, O. e TEIXEIRA, F. “50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica”. In: *Bahia. Análise & Dados*, v. 10, n.1, p. 87-98, jun, Salvador, 2000.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Estrutura e Formação das Classes Sociais na Bahia. Cadernos CRH*, 02. 1987.

- \_\_\_\_\_. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia: 1930-1964*. 1982. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- GUIMARÃES, Ary. *Um sistema para o desenvolvimento; governo baiano e industrialização*. Salvador: Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1966.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930 – 1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LEITE, P. Cleantho. *O Assessoramento da Presidência da Republica*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1959.
- LEITE, Rinaldo Nascimento. *A rainha destronada: discurso das elites sobre as grandezas e infortúnios nas primeiras décadas da Bahia republicana*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MARIANI, Clemente. Análise do Problema Econômico Baiano. In: *Planejamento*. Salvador, nº 5, v. 4, out./dez., 1977.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Agenor. *Cartilha histórica da Bahia*. Rio de Janeiro: Continente, 1986.
- NORONHA, S. Sarmiento. A raposa e a Águia: Rui Barbosa e J. J. SEABRA na política baiana da primeira Republica. *Anais do IV Encontro Estadual de Historia – ANPUH – BA. V. da Conquista – BA*. 2008.
- NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar/Brasília: Enap, 1997.
- OCAMPO, J. Antonio. Cincuenta años de la CEPAL. In. *Revista de la CEPAL*. Nº Extraordinário. Outubro, 1998.
- OLIVEIRA Nelson de. *A outra fase da Moeda*. Salvador: Comissão Justiça e Paz, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: Critica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismos. *Ideação*, Feira de Santana, n.4, p.49-78, jul./dez. 1999.
- RESENDE FILHO, Cyro de Barros. *Historia Econômica Geral*. São Paulo: Contexto, 1991.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República – Uma política de acomodação*. Salvador: Edufba, 1978.
- SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891 – 1973*. Salvador: UFBA, 1975.
- SANTA CRUZ. H *La creación de las Naciones Unidas y de la CEPAL*. In. <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/19118/santacruz.htm#creacioncepal>. Consultado em 5/01/2009.
- SANTANA, Carlos. *Intelectuais, planejamento e clientelismo*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.

SANTOS, Milton. Meio Século de Propostas Sobre o Planejamento Regional da Grande Salvador. In: BA-SEI. *Planejamento na Bahia*. Salvador: BA-SEI, 2001. Gravação eletrônica.

SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 – 1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Vanessa Magalhães da. *No embalo das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950)*. 2010. 256 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Aristeu. *A serviço do Brasil: a trajetória de Rômulo Almeida*. Rio de Janeiro: A. Souza, 2006.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A Economia Baiana: Os condicionantes da dependência. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano VI, nº 10, Julho de 2004, Salvador.

\_\_\_\_\_. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Salvador: UNIFACS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: UNIFACS, 2003.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A economia da província da Bahia na 2º metade do século XIX. *Universitas*, jan/abr. 1982.

\_\_\_\_\_. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: UFBA, 1966.

VIANA FILHO, Luiz. *Petroquímica e industrialização da Bahia, 1967 – 1971*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.